Há 50 anos, a energia de Brasília passa por aqui.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CEB 2017

CEB 50 anos

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB

CNPJ nº 00.070.698/0001-11

Setor de Indústria e Abastecimento - SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

I. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e Senhoras Acionistas,

De acordo com a legislação vigente e as disposições estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia Energética de Brasília - CEB e os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

O ano de 2017 caracterizou-se por conjunturas econômico-financeira e climática de difícil gerenciamento, exigindo da Companhia ações preventivas e de mitigação de consequências para que o período fosse superado com bons resultados.

Por outro lado, no ambiente interno, particularmente no âmbito do seu principal negócio, a CEB Distribuição S.A., houve componentes estruturais que necessitaram de continuada atenção, tais como as ainda elevadas despesas operacionais, o alto endividamento, a sobrecontratação do suprimento de energia comprada e os compromissos regulatórios com a qualidade dos serviços prestados.

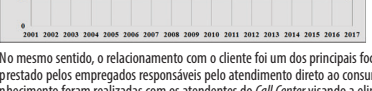
Nesse contexto, revelou-se importante a elaboração dos Planos de Negócios da CEB Distribuição S.A. e desta *holding*, no final do ano de 2016, em atenção à Lei nº 13.303 (Lei das Estatais) para o período de 2017 a 2021, com enfoque no primeiro ano do planejamento de médio prazo.

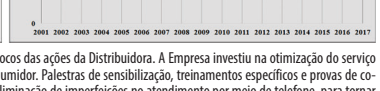
De fato, tais instrumentos, ao utilizarem as projeções disponíveis nos campos econômico-financeiro e climático e ao considerarem as características vigentes de nossos dois principais negócios - as geradoras hidroelétricas e a Distribuidora –, permitiram a sustentação das ações que se mostraram eficazes.

Assim, a CEB Distribuição S.A. conseguiu melhorias importantes, sobretudo na qualidade do serviço, no relacionamento com o seu consumidor e na situação econômico-financeira.

A qualidade do fornecimento do serviço de energia elétrica é monitorada pela ANEEL por meio de dois principais indicadores: o DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras e o FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidades Consumidoras. O primeiro indica o número de horas que um consumidor fica sem energia elétrica e, o segundo, o número de interrupções do fornecimento de energia elétrica por unidade consumidora. Tanto para o DEC como para o FEC, concluiu-se o ano de 2017 dentro dos limites estabelecidos pelo Regulador e com os melhores resultados obtidos desde a criação destes indicadores em 2001.

Os gráficos seguintes mostram a evolução destes indicadores nos últimos 17 anos:





No mesmo sentido, o relacionamento com o cliente foi um dos principais focos das ações da Distribuidora. A Empresa investiu na otimização do serviço prestado pelos empregados responsáveis pelo atendimento direto ao consumidor. Palestras de sensibilização, treinamentos específicos e provas de conhecimento foram realizadas com os atendentes do *Call Center* visando a eliminação de imperfeições no atendimento por meio de telefone, para tornar o processo mais ágil, cortês e eficiente.

Essas melhorias foram percebidas pelos consumidores e provocaram uma redução substancial do número de reclamações encaminhadas aos vários níveis de atendimento disponibilizados pela Distribuidora e, inclusive, na Ouvidoria da ANEEL onde, durante 7 (sete) meses do ano, não foram registradas quaisquer reclamações procedentes.

O reconhecimento dos consumidores da área de concessão da CEB Distribuição S.A. pode ser comprovado ademais pelos seguintes fatos: a Empresa foi premiada como "Melhor Distribuidora da Região Centro-Oeste" no certame IASC de 2017 promovido pela ANEEL; na classificação geral, envolvendo as 101 concessionárias e permissionárias participantes da pesquisa, a Distribuidora evoluiu da 41ª posição em 2016, para a 24ª em 2017; e, considerando as concessionárias acima de quatrocentas mil unidades consumidoras, a CEB Distribuição S.A. saiu da 18ª posição em 2016 para a 9ª posição em 2017.

Quanto às metas dos Planos de Negócios referentes ao exercício de 2017, no que diz respeito aos aspectos econômico-financeiros houve bons desempenhos.

No caso da CEB Distribuição S.A., para o EBITDA projetado de R$ 86,8 milhões foi alcançado o valor de R$ 154,0 milhões, enquanto que para o Lucro Líquido esperado de R$ 7,6 milhões apurou-se o montante de R$ 48,4 milhões. Mesmo se desconsiderados eventos não recorrentes, o EBITDA ainda seria maior.

Também para esta *holding*, o ano de 2017 foi de boa performance medida pelos principais indicadores econômico-financeiros consolidados, apesar do contexto desfavorável da economia nacional. A tabela seguinte mostra o EBTIDA e o Lucro Líquido alcançados nos exercícios de 2015, 2016 e 2017:

(R$ Mil)	2015 Reapresentado	2016 Reapresentado	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Líquida	2.396.004	2.114.554	2.720.486	605.932
Custo/Despesa Operacional	2.106.025	1.981.760	2.478.547	496.787
EBITDA	289.979	186.412	307.508	121.096
Lucro Líquido/Prejuízo				
Consolidado	25.448	112.438	152.082	39.644
Investimentos	78.676	88.341	73.843	(14.498)
Patrimônio Líquido	781.603	831.172	834.408	3.236

Percebem-se as boas evoluções dos indicadores, particularmente quando confrontados os exercícios de 2016 e 2017. Nota-se ainda, os montantes crescentes do Patrimônio Líquido.

Adicionalmente, é relevante destacar que, em função do desempenho econômico registrado no último triênio pela CEB, foi superado o prejuízo acumulado que persistia desde o exercício de 2014, conforme pode ser visto na tabela seguinte:

(R$ Milhões)	2014	2015 Reapresentado	2016 Reapresentado	2017
Lucro Líquido/Prejuízo Acumulado Consolidado	(251,0)	(231,7)	(119,8)	30,7

Para o alcance de tais resultados foi determinante a superação de dificuldades oriundas da inocorrência de duas premissas significativas expressas nos Planos de Negócios: a alienação de imóvel da CEB Geração S.A. que possibilitaria a destinação de dividendos a esta controladora com subsequente direcionamento à CEB Distribuição S.A. em montantes consideráveis; e a alienação dos ativos representados pelos negócios de geração, cujos recursos teriam o mesmo destino.

Complexos processos burocráticos causaram ambas as frustrações: o primeiro, em função do tempo demandado para as mudanças de destinação (usos) do terreno na esfera legislativa local e da liberação do ativo para venda, no âmbito da regulação federal; o segundo, pelas exigências impostas a empresas estatais para licitações com características como as que se revelam na contratação do estruturador das operações de venda de ativos nas dimensões em apreço.

A Administração, para enfrentamento das aludidas dificuldades, alternativamente, buscou formas de obtenção de recursos, com destaque para (a) o recebimento de créditos de serviços de iluminação com mais de 360 dias de vencimento em montantes jamais praticados envolvendo, inclusive, de forma inédita, acordo judiciais; e (b) as reduções de capital da CEB Participações S.A. e da CEB Lajeado S.A., tendo em vista o excesso de recursos naquelas empresas, que possibilitou o enquadramento legal para as reduções praticadas.

Essas alternativas foram importantes para cumprimento de metas previstas nos Planos de Negócios.

Embora se verifiquem evidências inequívocas de melhorias operacionais e econômico-financeiras, ainda há muito o que evoluir nos próximos exercícios. Esse é foco empresarial que norteará a gestão da Companhia.

As expectativas para o ano de 2018 são positivas pelas seguintes razões principais: a melhoria do deficit operacional, uma vez que os custos e despesas operacionais começaram trajetória de queda; a continuidade de aporte de capital desta CEB *Holding* na CEB Distribuição S.A. por meio de recursos oriundos das geradoras; o cumprimento rigoroso dos compromissos e obrigações do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, prorrogado em dezembro de 2015, quanto ao atendimento das metas de DEC e FEC, bem como as de sustentabilidade econômico-financeira; a realização de investimentos no volume necessário para assegurar a qualidade do fornecimento de energia e recepcionar a racionalidade na formação da base de remuneração, evitando-se pressões desnecessárias sobre o caixa; e, por fim, a redução do serviço da dívida ainda muito elevado. Esta última mostra-se favorecida pela perspectiva de trajetória virtuosa dos indicadores SELIC e CDI projetados para 2018.

Finalmente, a Companhia Energética de Brasília - CEB não poderia deixar de agradecer aos seus consumidores, fornecedores, acionistas, colaboradores, entidades de classe e à população do Distrito Federal pela confiança depositada em sua gestão, ao tempo que reafirma seu compromisso de continuar prestando os serviços de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, tarifas justas, inovação tecnológica, ética e transparência.

LENER SILVA JAYME
Diretor-Presidente

SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM
Presidente do Conselho de Administração

II. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 1º de março de 2018, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE confirmou as expectativas dos agentes econômicos ao divulgar que o crescimento do PIB em 2017 atingiu 1%. Esta apuração reverteu os desempenhos negativos de 2015 e 2016, quando foram registradas retrações correspondentes a (3,95%) e (3,46%), respectivamente, e evidenciou a primeira alta deste indicador desde 2013.

Ainda de acordo com o Banco Central, a Taxa Básica de Juros - SELIC, que estava em 14,25% ao ano desde julho de 2015, iniciou uma trajetória de queda a partir de outubro de 2016, quando foi reduzida para 14,00% e 13,75% no mês de dezembro. Em abril de 2017 a taxa recuou para 11,25%, tendo atingido 8,25% em setembro, encerrando o exercício com 7,00%.

Em resumo, o PIB foi ainda modesto e a inflação medida pelo IPCA recuou para algo em torno de 2,95%, levemente abaixo do piso da meta inflacionária. Por sua vez, o dólar continuou experimentando persistente desvalorização, ao regredir de R$ 4,20 em 2015 para R$ 3,40 em dezembro de 2016, e R$ 3,31 em dezembro de 2017, enquanto o desemprego alcançou 11,8% no final do exercício.

No entanto, embora os investimentos em infraestrutura no Brasil nos últimos anos estejam em declínio, o setor de energia (eletricidade e gás) tem se diferenciado e atraído capitais estrangeiros expressivos, em função das disponibilidades de recursos globais franceses, italianos, espanhóis, latino-americanos, indianos e chineses, dentre outros.

Efetivamente, os recursos investidos nos segmentos de gás e eletricidade quadruplicaram em 2017 quando comparado com o exercício anterior, evoluindo percentualmente sobre o total dos investimentos de 5,5% em 2016, para 21% em 2017. Nota-se assim, uma ascensão das aplicações estrangeiras e um recuo das estatais e empreiteiras nacionais, em especial no segmento de transmissão de energia elétrica, que demanda grandes volumes de recursos.

REPERCUSSÕES GERAIS NO GRUPO CEB

Indicadores Inflacionários - Os preços das energias produzidas pelas empresas geradoras do Grupo CEB são reajustados anualmente por meio do IGP-M. A trajetória de queda sustentada ocorrida em 2017 contribuiu no sentido de redução das receitas, se comparado com os anos imediatamente anteriores. Já na CEB Distribuição S.A. o índice de reajuste aplicável à tarifa é o IPCA. Em função do comportamento praticamente similar, houve repercussão no mesmo sentido na receita da Distribuidora.

PIB e Desemprego - O moderado comportamento geral da economia e a alta taxa de desemprego impactaram o mercado consumidor de energia, particularmente na CEB Distribuição S.A.

Taxa Selic e Câmbio - As dívidas mais relevantes da CEB Distribuição S.A. são corrigidas pelo CDI, índice diretamente atrelado à taxa SELIC. A consistente trajetória de queda daquele indicador ocorrida em 2017, contribuiu positivamente para redução dos encargos das dívidas (empréstimos bancários e debêntures), quando se compara com o ocorrido em 2015 e 2016. Destaque-se ainda, as debêntures contratadas pela Corumbá Concessões S.A., remuneradas com 128% do CDI, cujo saldo em setembro de 2017 alcançou cerca de R$ 388,0 milhões. Neste caso, também ocorreu importante redução das despesas financeiras. Por sua vez, o comportamento declinante do dólar em relação ao real, propiciou algum alívio no caixa da CEB Distribuição S.A., considerando que a aquisição da energia de suprimento de Itaipu Binacional é dolarizada.

III. PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Energética de Brasília - CEB originou-se da Companhia de Eletricidade de Brasília, criada em 16 de dezembro de 1968, oriunda do Departamento de Força e Luz - DFL da Novacap.

No início da década de 1990 a CEB passou a investir em novos negócios, obtendo concessão de gás canalizado em 1993 bem como participação em consórcio de aproveitamento hidrelétrico, em 1994. No ano de 2006, atendendo ao disposto na Lei nº 10.848/2004 e na Resolução Autorizativa nº 318/2005 - ANEEL, a CEB foi submetida a uma reestruturação societária, passando, respectivamente, as concessões de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal e de gerações das Usinas Hidrelétrica do Paranoá, Termelétrica de Brasília, e da Usina de Queimado (parte da CEB no Consórcio Cemig/CEB), para as empresas CEB Distribuição S.A., CEB Geração S.A. e CEB Participações S.A.

Dessa forma, a Companhia tornou-se controladora de empresas nos ramos de distribuição e de geração de energia elétrica, tendo também participações em empresas coligadas, controlada em conjunto e ligada.

Estrutura Societária

A Companhia Energética de Brasília é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976), tendo por órgão fiscalizador de suas ações mercadológicas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desde seu registro na entidade, em 4 de julho de 1994.

Em atendimento à orientação da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), por intermédio do Ofício nº 041/2007 - SEO, de 15 de março de 2007, a CEB, após decisão tomada na 45ª Assembleia Geral Ordinária, agrupou suas ações, a partir de 18 de junho de 2007. Dessa forma, foi adotada a cotação unitária, passando o seu capital social a ser representado por 9.183.458 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 4.576.432 ações ordinárias, 1.313.002 ações preferenciais classe A e 3.294.024 ações preferenciais classe B.

Em 23 setembro de 2015, a 89ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE homologou o aumento de capital da CEB em R$ 223.969.190,00, mediante as subscrições particulares de 2.607.746 ações ordinárias e de 2.625.179 ações preferenciais Classe B.

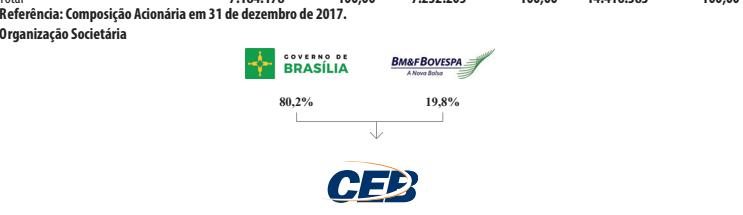
Atualmente, o capital social da CEB, no montante de R$ 566.025.355,62 (quinhentos e sessenta e seis milhões, vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), apresenta a seguinte composição:

Composição Acionária (Controlador)

Acionistas	Ações Ordinárias Qtd	%	Ações Preferenciais Qtd	%	Ações Totais Qtd	%
Governo do Distrito Federal	6.696.418	93,21	4.865.691	67,28	11.562.109	80,20
Outros Acionistas	487.760	6,79	2.366.514	32,72	2.854.274	19,80
Total	7.184.178	100,00	7.232.205	100,00	14.416.383	100,00

Referência: Composição Acionária em 31 de dezembro de 2017.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros Consolidado

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Bruta	4.001.658	4.205.801	204.143
Receita Operacional Líquida	2.114.554	2.720.486	605.932
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	96.052	302.998	206.946
EBITDA (LAJIDA)	186.412	307.508	121.096
Lucro Líquido Consolidado	112.438	152.082	39.644
Patrimônio Líquido	831.172	834.408	3.236

Fonte: Demonstrações Contábeis da Companhia Energética de Brasília.

Com relação à receita de Faturamento ao Consumidor, que evidencia a energia elétrica fornecida, houve crescimento de 5,1%, evoluindo de R$ 4.001.658 mil em 2016, para R$ 4.205.801 mil em 2017.

Os Custos e Despesas Operacionais, que em 2017, sofreram vários ajustes não recorrentes, aumentaram 25,07% (R$ 1.981.760 mil em 2016, para R$ 2.478.547 mil em 2017).

O Lucro Consolidado atingiu R$ 152.082 mil no exercício de 2017, representando um aumento de R$ 39.644 mil, em relação àquele reapresentado em 2016 (R$ 112.438 mil).

Por último, destaque-se o pequeno acréscimo do Patrimônio Líquido, ao evoluir de R$ 831.172 mil em 2016, para R$ 834.408 mil em 2017. Este comportamento se justifica pelo ajuste fiscal promovido pela Investco S.A., que repercutiu, negativamente, no mesmo agregado (Patrimônio Líquido) da CEB Lajeado S.A.; e pelas reduções de capital desta última e da CEB Participações S.A.

IV. NEGÓCIOS DA COMPANHIA

Empresas Controladas

CEB Distribuição S.A.

Nos termos do Contrato de Concessão nº 66/1999 - ANEEL, a Empresa tem por objeto a distribuição e comercialização de energia elétrica no Distrito Federal ou em outras áreas do País, cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada.

Em 9 de dezembro de 2015, a CEB Distribuição S.A. e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia - MME, celebraram o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 66/1999 - ANEEL, publicado na edição de 24 de dezembro de 2015 do Diário Oficial da União, que formalizou a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica por mais 30 anos, vigente até 7 de julho de 2045.

A área de concessão da CEB Distribuição S.A. corresponde a 5.780 km2 e abrange todo o Distrito Federal, dividido em regiões administrativas, atendendo a 1.056.773 clientes.

Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2016	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Bruta	3.442.356	4.108.617	666.261
Receita Operacional Líquida	2.052.795	2.655.892	603.097
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	34.346	143.501	109.155
EBITDA (LAJIDA)	125.599	154.015	28.416
Lucro Líquido (Prejuízo)	50.270	48.409	(1.861)
Patrimônio Líquido	359.180	407.778	48.598

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Distribuição S.A.

No exercício de 2017, apesar de um modesto cenário de recuperação econômica que afetou o consumo de energia, a CEB Distribuição S.A. registrou Lucro Líquido de R$ 48.409 mil, resultado levemente inferior àquele alcançado em 2016 (R$ 50.270 mil).

Por sua vez, no mesmo exercício, registrou-se um EBITDA no montante de R$ 154.015 mil, superior ao apurado em 2016, no valor de R$ 125.599 mil.

Verifica-se que em 2016 esse indicador foi favorecido pelo crédito de PIS/PASEP decorrente de decisão judicial favorável à Distribuidora, no montante de R$ 65.173 mil; pelo crédito de decisão judicial em favor da CEB Distribuição S.A. referente ao Finsocial, no valor de R$ 31.679 mil; pela prescrição de recolhimentos devidos pela Distribuidora relacionados com a Contribuição de Iluminação Pública - CIP, que alcançou R$ 26.609 mil; e pela reversão de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD dos clientes Metrô e Secretaria de Saúde relativos a fornecimentos de energia, que atingiu R$ 29.919 mil.

Finalmente, observe-se que houve um aumento do Patrimônio Líquido de R$ 48.598 mil ocasionado pelo Lucro Líquido do exercício.

CEB Geração S.A.

A CEB Geração S.A. tem como objeto social a geração e a comercialização da energia produzida pelos seus ativos de geração, a Usina Hidrelétrica do Paranoá, com capacidade instalada de 30 MW e a Usina Termelétrica de Brasília - UTE Brasília, com potência nominal de 10 MW.

A UTE Brasília devido ao seu alto custo operacional e defasagem tecnológica, não se presta mais à geração de energia elétrica, por isso, iniciaram-se procedimentos visando a alienação de seus ativos. O Contrato de Concessão venceu em 7 de julho de 2015 e o Governo Federal publicou o decreto que possibilita a extinção de termoelétricas com livre disponibilização dos bens.

Quanto à Usina Paranoá, com o seu enquadramento como Pequena Central Hidrelétrica - PCH foi possível a atuação no Mercado Livre, com novos contratos de venda de energia, desta vez incentivados, com períodos de vigência de janeiro de 2017 a setembro de 2019. O montante de energia comercializada alcançou 11,0 MW médios, e a venda da energia resultou em uma receita bruta de, aproximadamente, R$ 17.380 mil.

Saliente-se que em 2017 a Empresa manteve seus procedimentos de manutenção e conservação da Barragem do Lago Paranoá, concluindo a reforma da Chaminé de Equilíbrio e a elaboração do Plano de Segurança da Barragem. Foram iniciadas ainda, as modernizações das válvulas borboletas e a manutenção corretiva do vertedouro com a substituição de diversos componentes.

Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2016	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Bruta	16.486	21.520	5.034
Receita Operacional Líquida	15.101	20.390	5.289
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	9.067	7.412	(1.655)
EBITDA (LAJIDA)	8.762	7.764	(998)
Lucro Líquido (Prejuízo)	8.324	6.571	(1.753)
Patrimônio Líquido	14.035	11.444	(2.591)

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.

O ano de 2017 também foi caracterizado pela crise hídrica que causou uma redução média de 20,5% do montante de energia gerada pactuado para o exercício (Garantia Física do Sistema). Este deficit de energia exigiu que a CEB Geração S.A. adquirisse energia para cobertura de lastro contratual ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, cujo valor médio foi de R$ 312,0/MWh.

Quanto as despesas gerenciáveis, a CEB Geração S.A. continuou atuando sobre os custos operacionais, reduzindo 19% do gasto com pessoal e de 13% das despesas com materiais. Quanto a serviços de terceiros, houve acréscimo de 7,4% devido, principalmente, aos reajustes legais dos contratos e às execuções de manutenções corretivas não recorrentes.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a CEB Geração S.A. não manteve o patamar de resultados que vinha sendo praticado, em função de sua exposição no Mercado de Curto Prazo, que elevou seus custos operacionais. Tais consequências ocorreram com a maioria dos agentes atuantes no Mercado Livre, opção escolhida pela Empresa para que fossem evitadas repercussões ainda mais nocivas no seu desempenho.

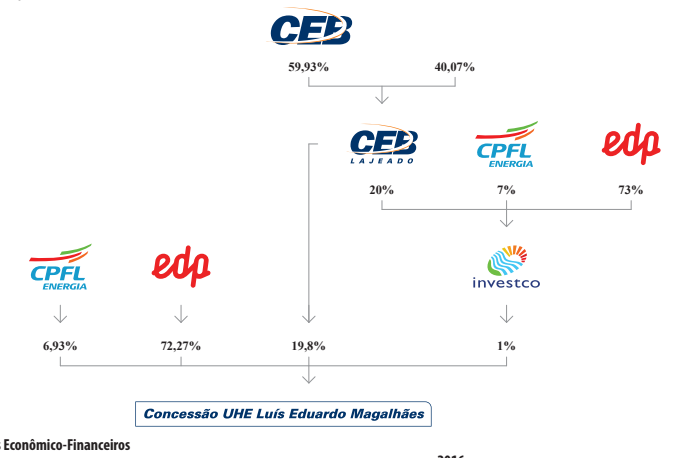
CEB Lajeado S.A.

A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco S.A., são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Bruta	132.082	195.487	63.405
Receita Operacional Líquida	114.609	171.891	57.282
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	43.428	70.749	27.321
EBITDA (LAJIDA)	49.045	72.845	23.800
Lucro Líquido (Prejuízo)	31.404	45.676	14.272
Patrimônio Líquido	318.343	273.891	(44.452)

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Lajeado S.A.

Após a amortização dos financiamentos contraídos para a construção da UHE Luís Eduardo Magalhães, os resultados líquidos apurados pela CEB Lajeado S.A. vem se mantendo consistentes ao longo dos anos.

Embora o segmento de geração de energia hidráulica tenha sentido novamente em 2017 os efeitos danosos da escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país, a CEB Lajeado S.A. cumpriu, rigorosamente, com as obrigações legais do exercício, bem como com as metas fixadas pela Administração.

Concomitantemente com essa medida, a CEB Lajeado S.A. manteve, em 2017, sua atuação no Mercado Regulado, liquidando ainda, aproximadamente, 9% da sua energia no Mercado de Curto Prazo. O volume descontratado foi utilizado como *hedge* para compor o deficit de lastro contratual, ocasionado pela expressiva redução na geração de energia no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, equivalente a um percentual médio de 20,5%.

O exercício também foi caracterizado pelo expressivo desempenho econômico-financeiro da CEB Lajeado S.A. No campo econômico a Empresa alcançou o maior resultado desde a sua criação, fruto de práticas de governança corporativa eficientes, controle intensivo de custos e de estratégias comerciais adequadas. De forma análoga, o repasse financeiro aos acionistas atingiu o maior volume de recursos já transferido em um único exercício. Além da distribuição integral do resultado de 2016, a CEB Lajeado S.A. também promoveu a redução de seu capital social, além da distribuição de dividendos intercalares, antecipando, assim, o resultado estimado para 2017.

Cabe ressaltar que o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, aprovando a metodologia adotada no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". O documento determinou uma redução do montante de Garantia Física de Energia da UHE Luís Eduardo Magalhães correspondente a 4,08%, diminuindo a Garantia Física da CEB Lajeado S.A. de 104,260 MW médios para 100,010 MW médios, cujos efeitos redutores ocorrerão a partir de janeiro de 2018.

Observa-se que houve aumentos nas rubricas EBITDA (LAJIDA) e Lucro Líquido, em torno de 48,5% e 45,4%, respectivamente, quando comparados com o exercício anterior. Tais comportamentos refletem o conjunto das ações empregadas pela Administração da Empresa que resultaram, principalmente, na diminuição das despesas operacionais. Além desse fato, a CEB Lajeado S.A. foi beneficiada pela queda no custo do Arrendamento. O decréscimo dessa rubrica teve como causa principal a retração do índice IPCA mensal projetado que compõe a fórmula de cálculo do Arrendamento. Para o exercício de 2018, pelo mesmo motivo, o valor desse componente de despesa já definido pela Investco S.A. será ainda menor, o que sinaliza que a CEB Lajeado S.A., provavelmente, alcançará resultados mais expressivos que os ocorridos em 2016 e 2017.

Por fim, no exercício de 2017, a coligada Investco S.A. ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida de juros sobre dividendos das Ações Preferenciais nas bases de cálculos do IRPJ e CSLL que vinha sendo praticada nos últimos anos.

O valor do ajuste na mencionada coligada foi de R$ 85.523 mil e o impacto na CEB Lajeado S.A. foi de R$ 16.704 mil, que representa 20% do percentual de participação societária no capital social da Investco S.A. Tal repercussão se deu na conta Reserva Legal, com base em parecer jurídico emitido por escritório especializado.

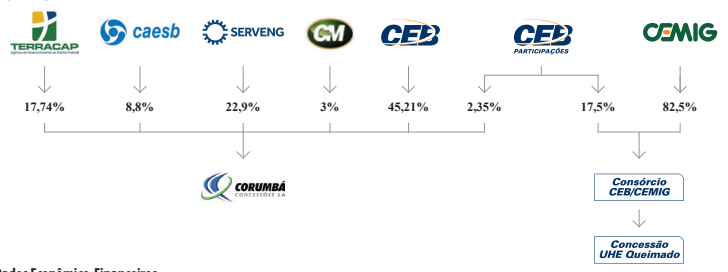
Assim, a diminuição do Patrimônio Líquido no valor de R$ 44.452 mil justifica-se pela ocorrência da redução de capital praticada em 2017 (R$ 33.372 mil), acrescida dos reflexos dos ajustes fiscais relatados.

CEB Participações S.A.

A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Atua na comercialização de energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,50% no Consórcio Cemig-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica e detém a participação acionária correspondente a 2,35% do Capital da geradora Corumbá Concessões S.A.

Organização Societária



Dados Econômico-Financeiros

(R$ Mil)	2016	2017	Δ 2017/2016
Receita Operacional Bruta	17.239	18.151	912
Receita Operacional Líquida	16.057	16.970	913
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	11.306	9.185	(2.121)
EBITDA (LAJIDA)	10.415	9.777	(638)
Lucro Líquido (Prejuízo)	10.187	8.293	(1.894)
Patrimônio Líquido	39.457	26.794	(12.663)

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Participações S.A.

A receita da CEB Participações S.A. é proveniente, em sua maior parte, da comercialização de energia gerada pela Usina Hidrelétrica Queimado, complementada pelos recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados para o Consórcio Cemig-CEB, pelas aplicações financeiras e pelo recebimento de resultados da participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A.

Em função dos efeitos danosos da escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país que persistiram em 2017, houve redução na geração de energia (deficit) no bojo do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, equivalente a um percentual médio de 20,5%.

As repercussões financeiras e econômicas do deficit anual nas operações de energia no Mercado de Curto Prazo foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico e pela estratégia de comercialização operada pela Empresa no exercício de 2017. Contudo, a despesa com aquisição de energia necessária para adimplir os contratos de comercialização no Ambiente de Contratação Regulado sofreu elevação de 130%, saindo de R$ 1.030 mil em 2016, para R$ 2.370 mil em 2017.

A comercialização de energia também caracterizou-se pela continuidade dos contratos de venda de energia elétrica gerada pela UHE Queimado, e representou a principal fonte de receita da Empresa, com aumento de 5,90% em relação ao apurado em 2016. Somada às receitas de rendimentos de aplicações financeiras e serviços administrativos prestados ao Consórcio Cemig-CEB, dentre outros, a receita bruta total em 2017 foi de R$ 19.031 mil.

Houve ainda um evento importante relacionado com a regulação. O Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 178, de 3 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". O relatório revisou o montante de Garantia Física de Energia da UHE Queimado em 17,1%, aumentando de 58,0 MW médios para 67,9 MW médios, com efeitos positivos a vigorar a partir de janeiro de 2018.

Relativamente às operações com partes relacionadas, seguindo as diretrizes da Controladora, a CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R$ 384 mil, com vigência de 42 meses e carência de 18 meses, a ser restituído em 24 parcelas corrigidas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), acrescidas de correção monetária correspondente a 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

No mesmo sentido, a CEB Participações S.A. promoveu a redução do seu capital social em R$10.000 mil, montante considerado excessivo para a realização do objeto social, com a diminuição do número de ações ordinárias nominativas na mesma proporção, na forma solicitada pela Controladora, e com amparo no art. 173 da Lei nº 6.404/1976. Por essa razão, o Capital Social da Empresa passou a ser de R$21.270 mil. Adicionalmente, houve a distribuição de dividendos intercalares, antecipando, assim, o resultado estimado para 2017.

Finalmente, registre-se que em 2017, em geral, foram alcançados resultados econômico-financeiros favoráveis. Por sua vez, a variação significativa do Patrimônio Líquido, que foi diminuído de R$ 39.457 mil em 2016 para R$ 26.794 mil em 2017, deveu-se à citada redução de capital demandada pela Controladora.

Companhia Brasiliense de Gás

A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás natural canalizado, de produção própria ou de terceiros. Poderá, inclusive, importar o suprimento para distribuição nos segmentos comercial, industrial, residencial, automotivo, de geração termelétrica, ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal.

A Companhia poderá ainda:

- Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- Exercer atividades correlatas à

- O aumento da Recuperação de Despesas correspondente a R$ 61.317 mil, uma vez que em 2016 a recuperação foi de R$ 8.660 mil, enquanto em 2017 atingiu R$ 69.977. Esta última recuperação deveu-se à reversão da atualização monetária do Superavit de Baixa Renda apurada na CEB Distribuição S.A.

Outros Indicadores

EBITDA (LAJIDA)

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Exercício	**129.814**	**177.233**	**47.419**	**36,5**
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social	**(33.762)**	**125.765**	**159.527**	**472,5**
(+/-) Resultado Financeiro	**36.742**	**(61.058)**	**(97.800)**	**266,2**
(+/-) Depreciação/Amortização	**53.618**	**65.569**	**11.951**	**22,3**
EBITDA (LAJIDA)	**186.412**	**307.509**	**121.097**	**65,0**
Margem EBITDA (LAJIDA) %	**8,8**	**11,3**		28,4

O EBITDA (LAJIDA) aumentou R$ 121.097 mil em 2017, quando comparado com o resultado de R$ 186.412 mil apurado em 2016. Por sua vez, a Margem EBITDA (LAJIDA) correspondeu a 11,3% no exercício, enquanto em 2016 registrou-se 8,8%.

Endividamento

Em 2017, foram realizadas as seguintes captações: 1ª operação de empréstimo no exercício realizada com o Banco FIBRA. Foi contratado o valor de R$ 60.000 mil a serem pagos, após carência de 6 meses, ao custo de captação de CDI + 4,5% ao ano, em um período de 6 meses; 2ª operação, desta vez com o Banco BBM. Foi contratado o valor de R$ 80.000 mil a serem pagos, após carência de 12 meses, ao custo de captação de CDI + 4% ao ano, durante 36 meses; 3ª operação realizada com o Banco SOFISA, no montante de R$ 20.000 mil, com carência de 6 meses e custo de captação correspondente a CDI + 4,5% ao ano, em um período de 30 meses; e 4ª operação com o Banco Daycoval, no valor de R$ 60.000 mil, com carência de 12 meses e remuneração correspondente a CDI + 4% ao ano, por um período de 24 meses.

A seguir apresenta-se a composição da Dívida Total da Companhia que foi reduzida em R$ 115.324 mil, registrando uma retração de 16,2%. Contribuiu para esse comportamento a repactuação da dívida com o Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Curto Prazo	**315.730**	**261.227**	**(54.503)**	**(17,3)**
Longo Prazo	**396.474**	**335.653**	**(60.821)**	**(15,3)**
Dívida Total	**712.204**	**596.880**	**(115.324)**	**(16,2)**
(-) Caixa Disponível	**(86.041)**	**(92.001)**	**(5.960)**	**(6,9)**
= Dívida Líquida	**626.163**	**504.879**	**(121.284)**	**(19,4)**
Dívida Líquida/EBITDA (LAJIDA)	**3,4**	**1,6**		**(52,9)**

Movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O quadro seguinte sintetiza a movimentação da dívida no exercício de 2017:

(R$ Mil)	31/12/2017
Saldo Inicial em 31/12/2016	**400.893**
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures Obtidos	**221.151**
Encargos Incorridos no Período	**54.984**
Encargos Financeiros Pagos	**(54.977)**
Amortizações de Principal	**(117.744)**
Deságio, Variação Monetária e Custo da Transação	**2.664**
Saldo Final em 31/12/2017	**506.971**

CAPEX

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
CAPEX	**88.341**	**73.843**	**(14.498)**	**(16,4%)**

Em 2017 os investimentos alcançaram R$ 73.843 mil (R$ 88.341 mil em 2016), apresentando uma redução de 16,4%. Os recursos investidos no exercício foram destinados, principalmente, às obras de expansão do sistema e à modernização e manutenção da rede de distribuição, no valor de R$ 68.993 mil (R$ 58.695 mil em 2016); à aquisição de *software*, com registro de R$ 4.127 mil (R$ 19.846 mil em 2016); e R$ 722 mil (R$ 9.800 mil em 2016), relativos aos imobilizados não vinculados à concessão.

Distribuição do Valor Adicionado

(R$ Mil)	2016 Reapresentado	2017	Δ Ano (R$ Mil)	Δ Ano (%)
Distribuição do Valor Adicionado	**1.906.620**	**1.969.896**	**63.276**	**3,3**

Em 2017, o Valor Adicionado Distribuído alcançou R$ 1.969.896 mil, com aumento de 3,3% em comparação com a distribuição do ano anterior. Deste valor, R$ 221.396 mil foram destinados aos Empregados (11,2%); R$ 1.450.664 mil a Impostos, Taxas e Contribuições (73,6%); R$ 120.601 mil à Remuneração de Capital de Terceiros (6,1%); e R$ 177.235 mil à Remuneração de Capital Próprio (9,0%).

VI. GESTÃO DE PESSOAS

A CEB tem como cultura organizacional a valorização do ser humano, a meritocracia e o incentivo ao autodesenvolvimento, tendo como princípios a integridade e o comprometimento pessoal e das equipes, visando sempre o fiel cumprimento de sua Missão.

Os principais projetos executados pela gestão dos recursos humanos em 2017 foram voltados para capacitação técnica, saúde e segurança no trabalho dos empregados, qualidade de vida e valorização do ser humano, além do fiel cumprimento dos dispositivos constitucionais, legislatórios, previdenciários, tributários e normativos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a CEB Distribuição S.A. possuía 909 empregados efetivos. Destes, 856 estão laborando na Empresa; 7 estão cedidos para o sindicato, com ônus para a Distribuidora; 37 cedidos à Companhia Energética de Brasília - CEB e suas controladas; e os demais 15 para outros Órgãos Públicos, todos com ônus para o requisitante. Ocorreram ainda, 7 contratações em função de ações judiciais relacionadas com o concurso público; 2 reposições recrutadas do concurso público (advogados); e 85 desligamentos, 59 decorrentes da política vigente (aposentadorias).

Além dos 856 empregados em efetivo labor na CEB Distribuição S.A., a Empresa conta com 24 empregados comissionados e 4 servidores requisitados do GDF/Governo Federal. Finalmente, em atendimento ao seu papel social, a CEB Distribuição S.A. propicia aprendizagens supervisionadas para 35 Jovens Aprendizes e 37 Estagiários.

Quanto às capacitações, foram realizados treinamentos para o desenvolvimento do quadro de colaboradores que totalizou 39.297 alunos/hora. Os principais cursos e eventos realizados foram os seguintes: Reciclagem em NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; Reciclagem em NR-33 - Trabalho em Espaço Confinado; Curso de Formação em NR35 - Trabalho em Altura; *Excel* (básico, intermediário e avançado); Multiplicadores do Sistema Integrado de Gestão Empresarial - (ERP); Reforma Trabalhista; *Workshop* CEB do Futuro; Controle Patrimonial do Setor Elétrico; Excelência no Atendimento; Palestras de Regulação (Contrato de Concessão; Resolução nº 63/2004- ANEEL; e Processo Administrativo Regulatório).

Atualmente, o quadro de pessoal do Grupo CEB é composto por 1.091 empregados e colaboradores, conforme demonstra o quadro seguinte:

(R$ Mil)	CEB	CEB Distribuição S/A	CEB Geração S/A	CEB Lajeado S/A	CEB Participações S/A	Total
Efetivos	**3**	**850**	**2**	**2**	**3**	**860**
Requisitados	**33**	**4**	**4**	**2**	**1**	**44**
Cedidos	**0**	**59**	**0**	**0**	**0**	**59**
Comissionados	**8**	**24**	**4**	**4**	**2**	**42**
Jovens Aprendizes	**0**	**35**	**0**	**0**	**0**	**35**
Estagiários	**14**	**37**	**0**	**0**	**0**	**51**
Total	**58**	**1009**	**10**	**8**	**6**	**1.091**

VII. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As ações desenvolvidas em 2017 ocorreram nos seguintes campos: licenciamento ambiental; compensação florestal; manejo da vegetação próxima ao sistema elétrico; gestão de resíduos sólidos; uso racional de recursos hídricos; substituições de dispositivos convencionais de iluminação pública por lâmpadas tipo *Light Emitting Diode* - LED ou Diodo Emissor de Luz; e Programa de Eficiência Energética.

Os principais eventos estão descritos a seguir:

- Em decorrência do racionamento de água ocorrido no Distrito Federal, toda a comunidade, empresas e o setor público tiveram que reduzir o consumo de água. A CEB, por meio medidas efetivas de combate ao desperdício, tais como campanhas e reparos nas instalações hidráulicas, conseguiu diminuir 63,55% do consumo de água em relação ao ano de 2016.
- Foi editada a Resolução nº 10, de 20 de dezembro 2017, que dispensa de licenciamento ambiental as atividadesde distribuição de energia até 138 kV (linhas e subestações), e limpeza de faixa de servidão. A DLA - Dispensa de Licenciamento Ambiental passa a ser mais um instrumento do licenciamento ambiental. A CEBDistribuição S.A. vem desde 2006 em tratativas com os órgãos do Governo do Distrito Federal, para encontrar formas de agilizar o licenciamento ambiental das atividades de distribuição de energia, uma vez que a Resolução nº 237/1997 prevê tais processos somente para as atividades de transmissão e geração de energia.Em 2017 foram concedidas 9 (nove) licenças ambientais.
- Está em curso a implantação do "Plano de Recuperação de Áreas Degradas (PRAD)" na área do Parque Nacional de Brasília, referente à retirada de uma torre de telecomunicações implantada na poligonal daquela unidade de conservação, que prevê a recuperação de uma área de 8,79 hectares, por meio do plantio de 19.532 (dezenove mil, quinhentos e trinta e duas) mudas nativas do cerrado. Para tanto, foi contratada a empresa GEOLÓGICA - Consultoria Ambiental.
- Foi investido no manejo de vegetações próximas de redes aéreas, aproximadamente, R$ 5.982 mil.
- 37 (trinta e sete) servidores da limpeza passaram por treinamento relativo às novas legislações atinentes à gestão de resíduos no Distrito Federal, abordando as implicações desse arcabouço legal na mudança dehábitos da sociedade brasiliense. Visando a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, foi emitida a Portaria nº428/2017-DD.
- O "Projeto Coleta de Lâmpadas", que tem como objetivo recolher e dar a destinação correta às lâmpadas com vida útil expirada, teve continuidade. Em 2016 foi concedida a Autorização Ambiental nº 006/2016 relativa à implantação da coleta de lâmpadas em todas as agências de atendimento da CEB Distribuição S.A.. O projeto atende os clientes do segmento residencial, uma vez que estes não dispõem das mesmas facilidades que as demais classes de consumidores (comercial, industrial, serviços e poder público) para contratar empresas especializadas em destinação adequada de resíduos, bem como em implantação de gestão ambiental. Estão instalados 6 (seis) pontos de coleta.
- Além das atividades do Programa de Eficiência Energética, foram realizadas 30 palestras em órgãos públicos, escolas e clientes particulares, capacitando cerca de 1.160 (mil e cento e sessenta) participantes sobre o uso racional da energia elétrica em residências e, também, em ambientes de trabalho, com o intuito de conscientizar a população quanto à importância da economia de energia nas edificações.
- Por intermédio de contratos de serviços de iluminação pública formalizados com órgãos da estrutura do Governo do Distrito Federal, foram substituídas 1.371 lâmpadas convencionais por dispositivos tipo *Light Emitting Diode* - LED ou Diodo Emissor de Luz, propiciando redução de consumo de energia anual da ordem de 425.000 MWh. Em 2018 já estão contratadas as substituições de 8.000 lâmpadas por meio do "Programa Ilumina Mais Brasília".
- Foram finalizados os seguintes projetos selecionados na chamada pública do Programa de Eficiência Energética de 2015:

a) Eficientização das Instalações do *Garvey Park* Hotel, no valor de R$ 861 mil, compreendendo as seguintes intervenções:
   - Substituição de toda a iluminação das áreas comuns do hotel por lâmpadas do tipo LED;
   - Instalação de um sistema de aquecimento solar da água de banho com 36 placas com 60 tubos de vácuo por unidade; e
   - Instalação de 30,6 kWp de geração fotovoltaica.

b) Eficientização das Instalações do UNICEUB Campus Asa Norte, compreendendo as seguintes atividades:
   - Substituição de toda a iluminação convencional por lâmpadas do tipo LED;
   - Substituição de 10 chuveiros elétricos existentes por um sistema de aquecimento solar com duas placas com 60 tubos de vácuo por unidade; e
   - Instalação de 40,8 kWp de geração fotovoltaica.

   Os dois projetos foram finalizados com as substituições dos equipamentos de iluminação que correspondiam às últimas ações de eficiência energética programadas. Os valores efetivamente investidos ficaram abaixo dos montantes previstos, devido às reduções dos preços de alguns materiais e aos aumentos das contrapartidas dos clientes contemplados. No projeto do Garvey Park Hotel foram aplicados R$ 814 mil, com contrapartida do consumidor correspondente a R$ 53 mil; enquanto no projeto do UniCEUB, o investimento foi de R$ 894 mil, com contrapartida do consumidor no valor de R$ 162 mil.

c) Em 2016 foram publicadas as licitações para contratação da eficientização energética do Edifício da ANEEL. Este projeto será o primeiro de eficientização na tipologia Poder Público realizado por Contrato de Desempenho, ou seja, os recursos investidos pela CEB Distribuição S.A. serão devolvidos pela Reguladora ao final de sua execução, no prazo limitado pela vida útil das ações de eficiência.
   A licitação para a substituição da iluminação e ar condicionado fracassou e houve modificações no projeto do novo certame que será realizada em 2018, que ficou restrito ao ar condicionado, já que a substituição da iluminação será contratada pela ANEEL.
   A contratação da instalação da usina solar fotovoltaica foi efetivada com valor de R$ 1.879 mil e a execução foi iniciada em 2017, com desembolsos previstos para 2018.

d) Foi concluído o "Projeto Agente CEB 3" para atendimento às comunidades de baixa renda. O Projeto recebeu um aditivo e o investimento total foi de R$ 20.616 mil para a execução das seguintes ações:
   - 37.500 visitas técnicas contemplando cadastramento dos consumidores; orientações para redução de consumo de energia; e identificações de lâmpadas e refrigeradores passíveis de substituição;
   - 62 palestras socioeducativas;
   - Substituição de 8.750 refrigeradores;
   - Substituição de 100.000 lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por lâmpadas tipo LED; e
   - Instalação de 2.600 aquecedores solares.

No ano de 2017 foram realizadas 34.500 visitas; substituídas 96.000 lâmpadas e 7.973 refrigeradores; e instalados 2.600 aquecedores solares.

Quanto às capacitações, foram promovidas 62 palestras em escolas, alcançando cerca de 1.750 participantes sobre o tema "Uso Consciente de Energia Elétrica", tanto em residências, como em locais de trabalho.

Também foram disponibilizadas para os Centros de Ensino e a comunidade em geral, 3 (três) maquetes energizadas de simulação do consumo de energia elétrica em residências típicas.

e) Finalmente, houve a seleção de 8 (oito) Projetos de Eficiência Energética decorrentes da Chamada Pública de PEE 001-2016, cujas execuções estão previstas para 2018, conforme especificado na tabela seguinte:

Descrição Programa de Eficiência Energética	Valor (R$ Mil)
SECONCI DF	**342**
CONDOMÍNIO *VICTÓRIA OFFICE*	**565**
CONDOMÍNIO *LAKE SIDE*	**1.002**
CASA *THOMAS JEFFERSON* ASA SUL	**993**
CONDOMÍNIO PARQUE CIDADE	**757**
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	**1.250**
CASA *THOMAS JEFFERSON* ASA NORTE	**807**
CONDOMÍNIO *METROPOLITAN FLAT*	**351**
TOTAL	**6.067**

VIII. PERSPECTIVAS EMPRESARIAIS

O expressivo crescimento dos investimentos estrangeiros no setor de energia (eletricidade e gás) que tem se verificado no Brasil tende a continuar nos próximos anos, de acordo com as intenções apuradas pelo Ministério de Desenvolvimento.

Em 2017 foram concretizadas vendas de ativos e leilões de concessões envolvendo os segmentos de transmissão (leilões tendo como vencedores a indiana *Sterlite Power* e a francesa *Engie*); geração (usinas da CEMIG leiloadas, cujos vencedores foram a chinesa *Spic*, que arrematou a UHE São Simão, e as UHEs Jaguara e Miranda, compradas pela francesa *Engie*); distribuição (CELG Distribuição S.A., adquirida pela Enel Brasil S.A.); e o Grupo CPFL Energia, cujo controle foi adquirido pela chinesa *State Grid*, dentre outras.

Para 2018 estão sinalizadas algumas operações que poderão confirmar o aquecimento do mercado do setor. Estão previstos o leilão da CESP; as vendas de ativos de distribuição da Eletrobrás; e os leilões de transmissão e geração, além de outras operações. Há ainda, grande interesse na geração de energia renovável (solar e eólica).

Assim, os fatos ocorridos recentemente, particularmente em 2017, e as projeções colhidas no setor, apontam claramente para um mercado comprador, conjuntura que favorece àquelas organizações que planejam eventuais desmobilizações de ativos em suas estratégias empresariais, em todos os setores de energia.

De outro lado, nos últimos anos, os segmentos de distribuição e geração de energia, em especial os empreendimentos hidroelétricos, tem enfrentado dificuldades decorrentes da crise hídrica que persiste, aflorando inconsistências regulatórias que resultaram e suscitam novas judicializações, trazendo inseguranças e causando efeitos nocivos nos resultados empresariais.

Tal conjuntura não tem solução de curto prazo e exigirá atenção permanente e proativa para mitigação das repercussões que continuarão se apresentando.

Considere-se ainda o ambiente econômico-financeiro do País. O último triênio mostrou-se desfavorável para a maioria das empresas. As retrações do PIB apuradas em 2015 e 2016, e a tímida retomada de crescimento de 2017, exigiram pronta movimentação das administrações para permitir a continuidade operacional das organizações.

As projeções para a economia nacional para os próximos anos são mais favoráveis, porém, deverão ser monitoradas periodicamente, e consideradas nos planejamentos de médio prazos da Companhia, que são atualizados anualmente.

Em sintonia com esse contexto, o Conselho de Administração da CEB aprovou o Plano de Negócios Para o Período de 2018 a 2022, na 564º Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017.

Os objetivos principais do Plano podem ser resumidos nos enfrentamentos de dois problemas estruturais da CEB Distribuição S.A., principal empresa do Grupo CEB: os ainda elevados custos e despesas operacionais, quando confrontados com aqueles cobertos pelos processos tarifários; e o alto endividamento.

Assim sendo, as principais estratégias do Plano estão centradas nos seguintes pilares:

- Alienações de participações em negócios de geração de energia e de distribuição de gás, já autorizadas pela Câmara Legislativa, por meio da Lei nº 5.577/2015;
- Vendas de imóveis inservíveis para as concessões; e
- Continuidade das ações de redução das despesas com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros - PMSO.

No médio prazo, o Plano de Negócios oferece aos acionistas os seguintes resultados na CEB Distribuição S.A.:

- Atendimento da curva de redução dos custos operacionais (PMSO) planejada, que resultará em um patamar inferior ao PMSO regulatório nos próximos exercícios;
- Redução do endividamento para patamar adequado à dimensão do negócio;
- Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento compatível com o nível praticado pelo mercado;
- Programa de Investimentos racionalizado, levando em conta a continuidade dos bons resultados alcançados na qualidade do fornecimento de energia; a formação da base de remuneração, considerando a data da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2021; e o ponderado uso do caixa, evitando-se pressões desnecessárias; e
- Metas Regulatórias da qualidade do fornecimento e sustentabilidade econômico-financeira rigorosamente cumpridas.

Em perspectiva ampliada, o Plano de Negócios tem a expectativa de cumprir a seguinte curva de EBITDA (LAJIDA) Consolidada no médio prazo:

CEB Consolidado					R$ mil
Período	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
EBITDA (LAJIDA)	**590.552**	**234.504**	**273.592**	**314.422**	**362.654**
Margem EBITDA (LAJIDA)	**21,60%**	**8,58%**	**9,79%**	**10,74%**	**12,49%**

Dessa forma, a Companhia enfrentará as causas dos seus problemas empresariais, continuando a ênfase no relacionamento com o seu consumidor; melhorando a qualidade dos serviços prestados; realizando os investimentos necessários; e reduzindo o serviço da dívida.

IX. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia informa, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, que utiliza os serviços de Auditoria Independente da BDO Auditores Independentes S/S; e que em 2017 não usou outros serviços desses auditores senão aqueles ligados diretamente à auditoria das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016 Reapresentado	Controladora 01/01/2016 Reapresentado	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016 Reapresentado	Consolidado 01/01/2016 Reapresentado
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	6.964	4.248	10.083	92.001	86.041	78.043
Contas a Receber	6	15.323	7.232	10.008	555.376	520.706	548.842
Depósitos e Bloqueios Judiciais	10	95	731	–	5.385	4.536	–
Estoques		565	579	468	7.846	8.768	7.178
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	1.758	1.366	2.428	40.813	72.720	23.015
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	8	–	–	–	922.669	392.433	586.161
Demais Créditos	9	8.877	7.525	9.172	69.728	117.477	68.256
Ativos não Circulante Mantido para Venda	13	2.094	2.094	–	2.094	3.663	275.969
Total do Circulante		**35.676**	**23.775**	**32.159**	**1.695.912**	**1.206.344**	**1.587.464**
Não Circulante							
Aplicações Financeiras	12	–	–	–	7.770	7.767	6.434
Contas a Receber	6	–	–	–	43.295	21.874	19.636
Empréstimos e Financiamentos		11.849	8.579	–	13.529	4.797	–
Depósitos e Bloqueios Judiciais		150	150	824	5.010	2.176	3.095
Tributos e Contribuições Compensáveis	7	30.228	37.677	8.028	36.252	46.234	22.011
Ativo Financeiro Indenizável	11	–	–	–	140.856	129.189	95.372
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	8	–	–	–	–	–	127.710
Demais Créditos	9	–	–	285	15.167	17.289	22.932
Realizável a Longo Prazo		**42.227**	**46.406**	**9.137**	**261.879**	**229.326**	**297.190**
Investimentos	14	660.813	652.844	612.686	599.487	604.948	342.325
Imobilizado	15	13.136	13.313	15.491	104.066	118.014	109.153
Intangível	16	2.650	46	62	975.741	982.956	1.028.414
Total do Não Circulante		**718.826**	**712.609**	**637.376**	**1.941.173**	**1.935.244**	**1.777.082**
Total do Ativo		**754.502**	**736.384**	**669.535**	**3.637.085**	**3.141.588**	**3.364.546**

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016 Reapresentado	Controladora 01/01/2016 Reapresentado	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016 Reapresentado	Consolidado 01/01/2016 Reapresentado
Circulante							
Fornecedores	17	8.795	3.251	2.213	403.602	219.195	322.035
Obrigações tributárias	18	5.488	1.344	1.250	198.161	224.115	264.796
Contribuição de iluminação pública	19	–	–	–	79.130	127.532	135.107
Encargos regulatórios	20	–	–	–	101.030	202.102	118.605
Debêntures	21	–	–	–	64.641	53.145	16.568
Empréstimos e financiamentos	22	–	–	–	125.030	43.844	55.325
Obrigações societárias	23	7.741	10.691	18.692	16.766	20.231	30.871
Obrigações sociais e trabalhistas	24	174	97	153	50.819	46.325	38.730
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	8	–	–	–	543.297	285.271	342.530
Benefícios pós emprego	25	–	–	–	4.791	30.252	69.465
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	26	–	–	–	4.013	3.905	9.168
Demais obrigações	27	1.959	950	423	34.523	37.418	33.421
Total do Circulante		**24.157**	**16.333**	**22.731**	**1.625.803**	**1.293.335**	**1.436.621**
Não Circulante							
Fornecedores		–	–	–	–	–	25.960
Obrigações tributárias	18	97.270	97.270	97.269	299.017	178.745	282.840
Contribuição de iluminação pública	19	–	–	–	42.494	79.880	110.088
Debêntures	21	–	–	–	61.987	128.763	112.571
Empréstimos e financiamentos	22	–	–	–	255.312	175.142	223.619
Benefícios pós emprego	25	–	–	–	166.427	59.101	21.626
Encargos regulatórios	20	–	–	–	168.748	222.209	182.269
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	26	96	10.827	8.356	75.166	68.512	69.399
Obrigações vinculadas a concessão	28	–	–	–	65.420	76.863	117.546
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	8	–	–	–	32.563	11.820	–
Demais obrigações	27	–	–	–	9.740	16.046	11.829
Total do Não Circulante		**97.366**	**108.097**	**105.625**	**1.176.874**	**1.017.081**	**1.157.747**
Patrimônio Líquido	29						
Capital social		566.025	566.025	566.025	566.025	566.025	566.025
Reserva de lucros		1.615	–	–	1.615	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial		42.319	165.702	206.815	42.319	165.702	206.815
Dividendos adicionais propostos		23.020	–	–	23.020	–	–
Prejuízos acumulados		–	(119.773)	(231.661)	–	(119.773)	(231.661)
Atribuível as acionista controlador		**632.979**	**611.954**	**541.179**	**632.979**	**611.954**	**541.179**
Atribuível aos acionistas não controladores		–	–	–	**201.429**	**219.218**	**228.999**
Total do Patrimônio Líquido		**632.979**	**611.954**	**541.179**	**834.408**	**831.172**	**770.178**
Total do Passivo		**754.502**	**736.384**	**669.535**	**3.637.085**	**3.141.588**	**3.364.546**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores: Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Dividendos Adicionais Propostos	Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador	Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	**566.025**	–	–	**206.815**	**(231.661)**	**541.179**	**228.999**	**770.178**
Transação de Capital com Acionistas:								
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	–	–	–	–	–	–	(3.920)	**(3.920)**
Ganho na Diluição de Percentual	–	–	–	1.930	–	1.930	–	**1.930**
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	(23.237)	**(23.237)**
Resultado Abrangentes Total:								
Lucro do Exercício	–	–	–	–	112.438	112.438	17.376	**129.814**
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego	–	–	–	(43.043)	–	(43.043)	–	**(43.043)**
Equiv. Patrim. sobre Ajuste de Exercícios Anterior - Coligadas	–	–	–	–	(550)	(550)	–	**(550)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	**566.025**	–	–	**165.702**	**(119.773)**	**611.954**	**219.218**	**831.172**
Transação de Capital com Acionistas:								
Dividendos destinados aos acionistas	–	–	–	–	(7.674)	(7.674)	–	**(7.674)**
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias	–	–	–	–	–	–	(4.805)	**(4.805)**
Dividendos pagos	–	–	–	–	–	–	(38.135)	**(38.135)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	152.082	152.082	25.151	**177.233**
Destinação do Lucro								
Reserva Legal	–	1.615	–	–	(1.615)	–	–	–
Dividendos adicionais propostos	–	–	23.020	–	(23.020)	–	–	–
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego	–	–	–	(123.383)	–	(123.383)	–	**(123.383)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**566.025**	**1.615**	**23.020**	**42.319**	–	**632.979**	**201.429**	**834.408**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016 Reapresentado	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016 Reapresentado
Receitas	**95.931**	**33.137**	**4.199.555**	**3.650.247**
Venda de Energia e Serviços Prestados	56.089	40.354	4.122.331	3.467.418
Receita de Construção de Ativos Próprios	–	–	83.471	53.889
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	39.837	(7.282)	(58.769)	(50.272)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	(16)	–	(9.711)	(1.378)
Outras Receitas	21	65	62.233	180.590
Insumos Adquiridos de Terceiros	**(27.342)**	**(32.917)**	**(2.338.685)**	**(1.880.791)**
Custos com Serviço de Energia Elétrica	–	–	(2.057.833)	(1.660.445)
Custos de Construção	–	–	(83.471)	(53.889)
Serviços de Terceiros	(34.680)	(29.998)	(175.449)	(175.904)
Material	(348)	(221)	(3.256)	(3.584)
Provisões/Reversões	10.801	(2.438)	27.194	14.991
Outros	(3.115)	(260)	(45.870)	(1.960)
Valor Adicionado Bruto	**68.589**	**220**	**1.860.870**	**1.769.456**
Retenções	**(208)**	**(167)**	**(65.569)**	**(53.618)**
Depreciação e Amortização	(208)	(167)	(65.569)	(53.618)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**68.381**	**53**	**1.795.301**	**1.715.838**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**108.533**	**99.074**	**170.787**	**190.782**
Receitas Financeiras	10.561	5.167	151.327	163.179
Resultado de Equivalência Patrimonial	96.980	93.202	18.351	26.559
Dividendos Recebidos	992	705	1.109	1.044
Valor Adicionado Total a Distribuir	**176.914**	**99.127**	**1.966.088**	**1.906.620**
Distribuição do Valor Adicionado	**176.914**	**99.127**	**1.966.088**	**1.906.620**
Empregados	**11.618**	**11.227**	**217.590**	**231.065**
Remuneração Direta	11.478	11.166	136.428	134.089
FGTS	83	27	20.391	12.923
Benefícios	57	34	50.717	70.193
Participação nos Lucros e Resultados	–	–	10.054	13.860
Impostos, Taxas e Contribuições	**12.079**	**(24.831)**	**1.450.664**	**1.271.084**
Federal	10.919	(25.647)	781.302	591.249
Estadual e Municipal	1.160	816	669.362	679.835
Remuneração de Capitais de Terceiros	**1.135**	**293**	**120.601**	**274.661**
Aluguéis	436	127	33.310	62.390
Despesas Financeiras	699	166	87.291	212.271
Remuneração de Capitais Próprios	**152.082**	**112.438**	**177.233**	**129.810**
Participação dos Acionistas Não Contoladores	–	–	25.151	17.372
Lucros Líquidos Retidos	152.082	112.438	152.082	112.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016 Reapresentado	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	30.1	**49.776**	**35.809**	**2.720.486**	**2.114.554**
Custo com Energia Elétrica	30.2	–	–	(1.854.211)	(1.493.570)
Custo de Operação	30.3	–	–	(319.134)	(316.173)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	30.3	(34.512)	(30.267)	(41.642)	(26.687)
Lucro Bruto		**15.264**	**5.542**	**505.499**	**278.124**
Receitas / (Despesas) Operacionais		**136.553**	**72.956**	**(263.559)**	**(145.330)**
Despesas com Vendas	30.3	39.837	(7.290)	(97.513)	(119.321)
Despesas Gerais e Administrativas	30.3	(11.023)	(9.563)	(236.251)	(194.845)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	96.979	93.201	18.352	26.559
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	30.4	10.760	(3.392)	51.853	142.277
Outras Receitas Operacionais		10.901	65	99.604	235.648
Outras Despesas Operacionais		(141)	(3.457)	(47.751)	(93.371)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**151.817**	**78.498**	**

da Lei nº 5.577/2015 (Nota Explicativa nº 1.3); • Vendas de imóveis inservíveis para as concessões; e • Continuidade das ações de redução das despesas com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros - PMSO. No médio prazo, o Plano de Negócios oferece aos acionistas os seguintes resultados na CEB Distribuição S.A.: • Atendimento da curva de redução dos custos operacionais (PMSO) planejada, que resultará em um patamar inferior ao PMSO regulatório nos próximos exercícios; • Redução do endividamento para patamar adequado à dimensão do negócio; • Estrutura Patrimonial no horizonte de planejamento compatível com o nível praticado pelo mercado; • Programa de Investimentos racionalizado, levando em conta a continuidade dos bons resultados alcançados na qualidade do fornecimento de energia; a formação da base de remuneração, considerando a data da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2021; e o ponderado uso do caixa, evitando-se pressões desnecessárias; e • Metas Regulatórias da qualidade do fornecimento e sustentabilidade econômico-financeiras rigorosamente cumpridas. **(ii) Bandeiras Tarifárias:** O sistema de Bandeiras Tarifárias foi criado para substituir a tarifa do período seco e úmido, buscando fornecer um sinal de preços mais adequado ao consumidor e mais próximo do contexto atual de custos de geração de energia. Desde 2015, as Bandeiras Tarifárias são acionadas tendo como base o Custo Unitário Variável - CVU relativo à última usina despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico por ordem de mérito. Isso ocorre para arrecadar recursos necessários para cobrir custos extras com a produção de energia mais cara, gerada por termelétricas. A partir de 20 de fevereiro de 2017 entrou em vigor a Resolução Normativa nº 760/2017, com as seguintes determinações: manutenção dos patamares de acionamento das Bandeiras Verde; Amarela; e Vermelha (patamares 1 e 2). Os valores correspondentes foram os seguintes: Bandeira Amarela, R$ 20,00/MWh; e Bandeira Vermelha Patamar 1, R$ 30,00/MWh e Patamar 2, R$ 35,00/MWh. Em 24 de outubro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica instaurou a Audiência Pública - AP 61/2017 com o objetivo de coletar subsídios para redefinição da metodologia das Bandeiras Tarifárias. Assim, até que seja deliberada a metodologia final, foi estabelecida, em caráter extraordinário, a aplicação dos novos valores apresentados na AP 61/2017, a partir de novembro de 2017. Tais valores continuarão sendo aplicados em 2018. Dessa forma, os valores dos patamares em vigor são os seguintes: a) Bandeira Amarela: R$ 10,00/MWh; b) Bandeira Vermelha Patamar 1: R$ 30,00/MWh; e c) Bandeira Vermelha Patamar 2: R$ 50,00/MWh. De janeiro a dezembro de 2017, a Companhia recebeu R$ 108,7 milhões por meio do faturamento das contas de energia para fazer frente aos custos extras de energia e repassou para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o valor de R$ 26,3 milhões em valores líquidos. A diferença foi alocada na Conta de Compensação de Valores da Parcela A - CVA. **(iii) Ressarcimento Conta - ACR:** A Conta no Ambiente de Contratação Regulada (Conta - ACR) foi criada por meio do Decreto nº 8.221 de 2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612 de 2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no Mercado de Curto Prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade incorridos no período de fevereiro a dezembro de 2014. O Decreto definiu que caberia a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contratar as operações de créditos destinadas à cobertura dos custos extraordinários e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a partir de 2015. O repasse não está vinculado aos recursos recebidos pela distribuidora em relação às competências de fevereiro a dezembro de 2014, mas às dimensões de seu mercado. Dessa forma, os custos são distribuídos equitativamente a todos os consumidores cativos do país. A amortização das operações de créditos da Conta-ACR tem como fonte de recursos o pagamento de quotas mensais da CDE, pagas por todas as distribuidoras, mediante encargo tarifário a ser incluído nas tarifas de energia elétrica a partir dos processos tarifários de 2015. No caso da CEB-D, a ANEEL homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.863/2015, um incremento na tarifa mensal da Companhia de R$ 12,3 milhões para ser repassado no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2020, via repasse CDE-Conta-ACR, para amortização dos empréstimos. A Resolução Homologatória nº2.004 de 2015 e nº 2.231 de 15 de abril de 2017, revisaram os valores e prazos de recolhimento das cotas mensais da Conta-ACR que passaram a ser, respectivamente, R$ 13,31 milhões de janeiro a março de 2017 e R$ 10,0 milhões de abril a dezembro de 2017. O total repassado em 2017 foi de R$ 129,15 milhões ante R$ 149,84 milhões em 2016. A CCEE é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à CDE. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR. **(iv) Repasse de Recursos da CDE:** A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados, cuja finalidade é prover recursos para o custeio de políticas públicas do setor elétrico. Assim, a CDE promove a universalização do serviço de energia elétrica; garante recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; destina recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); aloca recursos para permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; e promove a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados. Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013), e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: (i) prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e (ii) prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013). Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico; exposição involuntária; ESS por segurança energética; e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA, de que trata a Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, relativa ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse teve apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifárias das concessionárias de distribuição realizados no período de março de 2013 a fevereiro de 2014. Conforme dispõe o inciso VII do artigo 13º da Lei nº 10.438 de 2002, combinado com o Decreto nº 7.891 de 2013, a CDE tem dentre suas finalidades custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos consumidores que possuem benefício tarifário. Na Revisão Tarifária Periódica de 2016, conforme o próprio Decreto nº 7.891 de 2013, coube à Eletrobrás repassar o montante mensal do ciclo tarifário de outubro de 2016 a setembro de 2017, relativo à CDE, correspondente a R$ 3.299.852,84. Já no Reajuste Tarifário Anual de 2017, a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, estabeleceu o montante mensal a ser repassado para o período de outubro de 2017 a setembro de 2018, no montante de R$ 2.841.335,72. Ressalte-se que com a publicação das Leis nº 13.299/2016 e nº 13.360/2016, que introduziu alterações na CDE, CCC e RGR, cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o repasse à CEB D. **(v) Reajuste Tarifário Anual - RTA 2017:** No Reajuste Tarifário Anual, que determinou a nova Receita Requerida da Concessionária, foram levados em consideração os custos atualizados referentes à Parcela A e Parcela B; os referentes às Outras Despesas; Componentes Financeiros e Fator X; e a variação de mercado do período de referência. Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL definiu por meio da Resolução Homologatória nº 2.316/2017, o resultado do Reajuste Tarifário Anual da CEB D, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 7,35%, sendo 8,46% para os consumidores em alta tensão e 6,84% para os consumidores de baixa tensão. No processo tarifário em comento, a Reguladora reconheceu como Componentes Financeiros um ativo líquido de R$ 181,3 milhões, que incluiu o pedido de diferimento relativo ao Superavit de Baixa Renda, dividido em quatro parcelas de R$ 24,4 milhões. A primeira parcela foi incorporada no RTA de 2017 e as demais serão contempladas nos processos tarifários subsequentes. Informações adicionais e o detalhamento dos cálculos correspondentes encontram-se na Nota Técnica nº 308/2017-SGT/ANEEL, de 11 de outubro de 2017, disponível no *site* da ANEEL. **(vi) Sobrecontratação de Energia:** Nos últimos anos, fatores alheios à capacidade de gestão da Companhia, tais como: a crise econômica que diminuiu a demanda por eletricidade, a elevação das tarifas que, consequentemente, reduziu o consumo e intensificou a migração de clientes do Ambiente Regulado para o Ambiente Livre e o deficit hídrico, afetaram o nível prudencial de contratação da distribuidora para atender o crescimento da carga projetada do mercado da concessionária. O conjunto desses fatores produziu um excedente de energia contratada pela Distribuidora superior ao limite regulatório de 5% para o qual há cobertura tarifária. Adicionalmente, o crescente aumento da Geração Distribuída nas unidades consumidoras na área de concessão da CEB D também contribuiu para o incremento da sobra de energia. Essa sobra de energia de contratada, em 2017, chegou a alcançar o percentual de 26,6%acima domercado verificado que, após o desconto do limite regulatório (5% do mercado verificado), resultou no excedente de1.431 GWh, representando21,6% da energia contratada pela Distribuidora. Registre-se que no Reajuste Tarifário Anual - RTA, ocorrido em outubro de 2017, o ÓrgãoRegulador considerou, provisoriamente, a totalidade do montante sobrecontratado no cálculo das tarifas como sobrecontratação involuntária, uma vez que ainda não foi calculado o montante definitivo que poderá ser repassado para a tarifa de energia do consumidor final. Considerando todo o exercício de 2017, em decorrência das açõesgerenciais implantadas, incluindo as declarações no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, a CEB D atingiu o nível de sobrecontratação de energia esperado e retornou ao patamar regulatório, passando de 26,60% para 1,15% no final de 2017. Referente à sobrecontratação do exercício de 2016, a parcela correspondente ao excedente de 5% está mantida provisionada no montante de R$ 65.235, como Passivo Financeiro - Sobrecontratação (Nota Explicativa nº 8), em função das incertezas sobre o acolhimento pela ANEEL da alegação de involuntariedade da CEB D quanto ao excedente verificado. Esse passivo está sendo atualizado e mantido contabilmente, tendo em vista que não houve deliberação por parte da Agência sobre a mencionada involuntariedade desse valor. **2.2.1.1.2. CEB Geração S.A.:** A CEB Geração S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, detentora de 2 (duas) concessões: **(i) UTE Brasília:** O contrato de concessão da Usina Termelétrica Brasília encerrou-se no dia 7 de julho de 2015. Foi recomendada a caducidade da usina por meio do Ofício nº 661/2015-SCG/ANEEL em decorrência de vários fatores, tais como: projeto da década de 50 com custo de energia muito elevado; ausência de peças de reposição; e questões ambientais. Desde 2009 a usina não é despachada pelo ONS, sendo até retirada do quadro de unidades disponíveis à Operação do Sistema Nacional. Dessa forma, foram iniciados os procedimentos visando à alienação de seus ativos. O Contrato de Concessão venceu em 7 de julho de 2015 e o Governo Federal publicou o decreto que possibilita a extinção de termoelétricas com livre disponibilização dos bens. **(ii) UHE Paranoá:** A Usina Hidrelétrica do Paranoá - UHE Paranoá foi outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969. A concessão foi prorrogada pela Portaria MME nº 255 de 1999, com encerramento previsto para 29 de outubro de 2019. Posteriormente, o período da concessão foi novamente prorrogado até 20 de abril de 2020, em função da Repactuação do Risco Hidrológico. Finalmente, em dezembro de 2016, foi firmado o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-ANEEL, conferindo à CEB Geração S.A. atuar como Produtora Independente de Energia. O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, mantendo o mesmo prazo da concessão e permitindo os benefícios previstos na legislação pertinente para essa classe de geração. Com o seu enquadramento como Pequena Central Hidrelétrica - PCH foi possível a atuação no Mercado Livre, com novos contratos de venda de energia, desta vez incentivados, com períodos de vigência de janeiro de 2017 a setembro de 2019. O montante de energia comercializada alcançou 11,0 MW médios, e a venda da energia resultou em uma receita bruta de, aproximadamente, R$ 17.380 mil. **2.2.1.1.3. CEB Participações S.A.:** A CEB Participações S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral da CEB, que atua na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente. A sociedade atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG/CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica. Complementarmente, a Companhia detém a participação acionária correspondente a 2,35% do capital da Corumbá Concessões S.A.. **2.2.1.1.4. CEB Lajeado S.A.:** A CEB Lajeado S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília - CEB, com 59,93% do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás detém 40,07% do total das ações, representada por ações preferenciais. A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da Investco S.A.. Sobre este capital, a CEB Lajeado S.A. detém 20% de participação. As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997. **2.2.1.1.5. Companhia Brasiliense de Gás:** A Companhia Brasiliense de Gás é uma sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital no 2.518, de 10 de janeiro de 2000. Tem por objeto social a exploração do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia poderá ainda: • Efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte; • Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e • Constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades. A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. A Companhia Energética de Brasília - CEB é controladora da Companhia Brasiliense de Gás com 51% das ações ordinárias e 17% do total das ações**. 2.2.2. Coligadas: 2.2.2.1. Energética Corumbá III S.A.:** A Energética Corumbá III S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais. **(i) Acordo Global:** Em 2016, foi concluída a formalização do Acordo Global envolvendo diversas empresas, incluindo aquelas acionistas da Energética Corumbá III S.A., e participantes do Consórcio Empreendedor Corumbá III e Consórcio Construtor Corumbá III. Em 2017, em decorrência do mencionado Acordo, foram eliminadas diversas demandas tratadas em ambiente arbitral e jurídico, remanescentes de reivindicações (*claims*) oriundas da época da construção da usina. Tais eliminações significaram desistências e quitações de eventuais obrigações recíprocas, pendentes de julgamentos, que agregaram valor ao negócio, uma vez que deixaram de existir expectativas futuras de provisões no passivo da Energética Corumbá III S.A.. **2.2.2.2. Corumbá Concessões S.A.:** A Corumbá Concessões S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 6 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente. A participação do Grupo no capital social da Empresa é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% da CEB Participações S.A.. **(i) Ação de Cobrança Proposta Pela Empresa Saneamento de Goiás S.A. - Saneago:** A companhia Saneamento de Goiás S.A. - Saneago ajuizou ação de cobrança contra a Corumbá Concessões S.A., embasada no argumento de que ocorreu a inundação de uma obra de captação de água bruta, de sua propriedade, no rio Corumbá, em decorrência da formação do lago para produção de energia hidrelétrica, de responsabilidade da Corumbá Concessões S.A., restando à autora da ação judicial, o prejuízo de R$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A Corumbá Concessões S.A., por sua vez, alegou que tinha conhecimento da interferência das obras que seriam feitas sobre a construção da estação de captação de água já iniciada pela Saneago, e que desde a assinatura do Termo de Compromisso, cumpriu com as obrigações referentes à primeira fase da obra, tendo sido impedida de dar prosseguimento à segunda etapa da construção, por fatos alheios à sua vontade, por parte da resistência apresentada pelos proprietários dos imóveis situados nas proximidades da área e a fiscalização do Ibama/DF. Posteriormente, houve a emissão da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido da Corumbá Concessões S.A., pela não aplicação da multa por atraso na execução da obra, eis que as resistências criadas constituíram situações não gerenciáveis pela companhia, que a impediram de cumprir as obrigações. Tal situação exclui, portanto, sua responsabilidade pela mora, não sendo cabível a condenação ao pagamento da multa contratual. Entretanto, o juiz entendeu ser necessário, em procedimento de liquidação de sentença, se apurar a quantia devida, o que requer o auxílio de um perito para estimar o valor da obra inundada. Após recursos de ambas as partes no curso da ação de cobrança, em 12 de maio de 2015, foi proposta pela Saneago ação de liquidação provisória de sentença, que apurará o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela companhia. A perícia de liquidação não foi iniciada e o valor original da causa foi atualizado para R$ 45.947. A Administração da coligada considerou como provável a perda da ação, sendo mantida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. **(ii) Requerimento de Instauração de Procedimento Arbitral:** No período de julho de 2005 a abril de 2008, a Serveng Civilsan S.A. ("Serveng") apontou na Corumbá Concessões S.A. o montante de R$ 38.195, enquanto a CEB destinou R$ 3.232, para suprir desequilíbrio de caixa daquela geradora. Entretanto tais aportes, inicialmente, foram contabilizados no Patrimônio Líquido e, posteriormente, migraram para conta de passivo. Restou a indefinição se os montantes estariam caracterizados como Adiantamentos Para Futuros Aumentos de Capital ou como mútuos. Diante do cenário de discordância, em agosto de 2017, a Controladora Serveng Civilsan S.A. requereu ao Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o reconhecimento de dívida (mútuo), com correção dos valores. O resultado do processo de arbitragem em curso envolvendo a Serveng Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A. poderá impactar os resultados econômico-financeiros do negócio, sem valores mensuráveis até a emissão destas demonstrações financeiras, bem como afetar as participações acionárias da CEB e da CEB Participações S.A. no empreendimento. Desta forma, em função das indefinições quanto aos valores e prazos envolvidos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, a Administração não constituiu provisão em face de eventuais perdas relacionadas a esse evento, considerando a grande indefinição dessa demanda. **(iii) Aumento da Garantia Física:** Em 19 de dezembro de 2017, por intermédio da Portaria nº 387 do Ministério das Minas e Energia, foi concedido o aumento de 2,0 MW médios de Garantia Física à UHE Corumbá IV, decorrente dos Processos Administrativos nº 48.500.001395/1998-10 no âmbito da ANEEL e nº 48000.000065/2014-95 na esfera do Ministério de Minas e Energia. **2.2.2.3. Investco S.A. (Participação Indireta):** A Investco S.A. é uma empresa de capital aberto que tem como objeto social a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado. A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias; 20,0% de ações preferenciais classe R; 6,02% de ações preferenciais classe A; e 20% de ações preferenciais classe B. A Investco S.A., juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado" cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos do Contrato de Concessão n° 05/1997 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998, com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. **2.2.3. Ligada: 2.2.3.1. BSB Energética S.A.:** A BSB Energética S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,0% do capital social da BSB Energética S.A.. **2.2.4. Concessões:** A CEB, suas controladas e controlada em conjunto, são detentoras das seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
			07/07/2045
CEB Distribuição S.A.	Brasília - DF	09/12/2015	(a)
Geração			
CEB Participações S.A.	Brasília - DF	26/01/2000	18/12/2032
CEB Geração S.A.	Brasília - DF	14/09/2005	29/04/2020
Energética Corumbá III S.A.	Brasília - DF	07/11/2001	07/11/2036
CEB Lajeado S.A.	Brasília - DF	31/12/1999	15/12/2032
Outros			
Companhia Brasiliense de Gás	Brasília - DF	23/03/2001	09/01/2030

(a) A CEB Distribuição S.A. era detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, em 26 de agosto de 1999, cujo vencimento ocorreu em 7 de julho de 2015. Em 09 de dezembro de 2015, foi celebrado o aditamento do contrato nº 66/1999, que tem como objeto a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da CEB Distribuição S.A., até 7 de julho de 2045. O aditamento ocorreu com base no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, com fulcro na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012; e no Decreto nº 8.461, de 2 de janeiro de 2015. **2.2.5. Participação de acionistas não-controladores:** É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente, nenhum ágio ou deságio é reconhecido como resultado de tais transações. **2.2.6. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas, registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: 2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.3.2. Transações em moeda estrangeira:** A Companhia definiu que sua moeda funcional para todo o Grupo é o Real de acordo com as definições do Pronunciamento Técnico CPC nº 2 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21). As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. **2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa nº 5). **2.5. Ativos Financeiros: Classificação:** O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis; ativos financeiros mantidos até o vencimento; e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **2.5.1.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) e as Aplicações Financeiras com prazo superior a noventa dias (Nota Explicativa nº 12). **2.5.1.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **2.5.1.3. Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa e bancos (Nota Explicativa nº 5); contas a receber (Nota Explicativa nº 6); valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 8). **2.5.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota Explicativa nº 11). **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa correspondentes expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas repassam os direitos daqueles fluxos de caixa por meio de uma transação, na qual, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventuais participações que sejam criadas ou retidas pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia ou suas controladas e coligadas têm o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar ou realizar o ativo e o passivo, simultaneamente. **2.5.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*): 2.5.3.1. Ativos mensurados ao custo amortizado:** O Grupo avalia na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Há evidência objetiva de *impairment* se, após o reconhecimento inicial dos ativos, for constatada perda apurada por meio de fluxos de caixa futuros, estimada de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante de perda por *impairment* quando incorrido é registrado no resultado e, se num período subsequente, o valor dessa perda diminuir, em função de um evento que ocorreu após a deterioração anteriormente reconhecida, tal perda deverá ser revertida na demonstração do resultado. **2.6. Instrumentos Financeiros Derivativos:** O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos. **2.7. Contas a Receber:** O Grupo classifica os valores a receber dos consumidores, dos revendedores, das concessionárias e das permissionárias na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e estão apresentados pelo valor presente e são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de estimativa de perda com crédito de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionários e permissionários incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica e de prestação de serviços de manutenção e obras de iluminação pública; incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres, bem como o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota Explicativa nº 6). **2.8. Estoques:** Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo), classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos (material de depósito), classificados no ativo não circulante - imobilizado, que estão registrados pelo custo médio de aquisição. Quando exceder os custos de reposição ou valores de realização, são deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação. **2.9. Reconhecimento dos Valores a Receber/Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros:** Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aditou os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica, visando eliminar eventuais incertezas quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados à tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o Órgão Regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica OCPC08, que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros, que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada. De acordo com a OCPC 08, o aditamento do contrato de concessão representou um elemento novo, que eliminou as eventuais incertezas quando à realização do ativo ou exigibilidade do passivo dos itens da Parcela A e outros componentes financeiros, que até então, não eram reconhecidos. Por se tratar de evento novo, o Grupo efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A.. • Quanto à CEB D, a diretriz da Administração é oferecer um serviço de qualidade à população do Distrito Federal e garantir rentabilidade compatível com o mercado aos seus acionistas, bem como assegurar sua sustentabilidade econômico-financeira. Para tanto, a CEB concebeu o Plano de Negócios - Período 2018 a 2022, que está descrito no Subitem 2.2.1.1.1., "Letra (i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D" destas Notas Explicativas. • Com relação às empresas geradoras/comercializadoras, o "Item 1.2 Acordo GSF - Repactuação do Risco Hidrológico - Impactos Sobre as Investidas" destas Notas Explicativas, relata as iniciativas da Administração sobre este aspecto. **4.1. Fatores de Risco:** A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo. Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo. A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual, as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos. **4.1.1. Risco de crédito:** A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos. O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporadas na Parcela "A" das tarifas, que são capturadas nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes. A CEB D pratica linha de parcelamento para devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo à negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos. Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*. Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: telecobrança; suspensão de fornecimento por inadimplência; negativação e protesto de débitos; ações judiciais; mediação no Centro Judiciário de Solução de conflitos e Cidadania de Brasília - CEJUS/TJDFT; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. **4.1.2. Risco de liquidez:** O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais; desinvestimentos de ativos em operação; na rentabilidade futura dos investimentos em andamento; e na capacidade de obter novas linhas de financiamentos. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando. A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

Consolidado	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Passivos Financeiros Não Derivativos					
Fornecedores	403.602	403.602			
Empréstimos e Financiamentos	380.342	62.515	62.515	99.675	155.637
Debêntures	126.628	32.321	32.321	46.024	15.963
Total	**910.572**	**498.438**	**94.836**	**145.699**	**171.600**

4.1.3. Risco de taxa de juros: O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data-base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas Explicativas nos 21 e 22, respectivamente. Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. **4.1.3.1. Análise de sensibilidade:** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. Estimou-se que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 6,75% e 4,23%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 2017 (média curto prazo - Top 5). No caso da TLP, atribuiu-se a taxa de 6,75% a.a., para o primeiro trimestre de 2018, conforme o Comunicado nº 31.536 do BACEN, de 29 de dezembro de 2017. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções para a data de 31 de dezembro de 2018. Também se espera que a taxa de 6,45% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2018. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto.

	Possível	Remoto
CDI	8,44%	10,13%
TLP	8,44%	10,13%
IGPM	5,29%	6,35%
UMBNDES	8,06%	9,68%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
Alta do CDI	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		6,75%	**8,44%**	**10,13%**
	420.344	448.717	455.821	462.925
Efeito da Variação do CDI		(28.373)	(35.477)	(42.581)

Cenários Projetados - Base 31/12/2016				
Alta do CDI	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		10,10%	**12,65%**	**15,15%**
	286.026	314.915	322.208	329.359
Efeito da Variação do CDI		(28.889)	(36.182)	(43.333)

Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
Alta da TLP	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		6,75%	**8,44%**	**10,13%**
	58.092	62.013	62.995	63.977
Efeito da Variação da TLP		(3.921)	(4.903)	(5.885)

Cenários Projetados - Base 31/12/2016				
Alta da TLP	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Provável - 25%**	**Provável - 50%**
		7,50%	**9,38%**	**11,25%**
	65.739	70.669	71.905	73.135
Efeito da Variação da TLP		(4.930)	(6.166)	(7.396)

Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
Alta do IGP-M	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		4,23%	**5,29%**	**6,35%**
	496	517	522	527
Efeito da Variação do IGP-M		(21)	(26)	(31)

Cenários Projetados - Base 31/12/2016				
Alta do IGP-M	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		4,86%	**6,08%**	**7,29%**
	839	880	931	992
Efeito da Variação do IGP-M		(41)	(92)	(153)

Cenários Projetados - Base 31/12/2017				
Alta do UMBNDES	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		6,45%	**8,06%**	**9,68%**
	12.771	13.595	13.800	14.007
Efeito da Variação do UMBNDES		(824)	(1.029)	(1.236)

Cenários Projetados - Base 31/12/2016				
Alta do UMBNDES	**Exposição (R$ mil)**	**Provável**	**Possível - 25%**	**Remoto - 50%**
		4,32%	**5,40%**	**6,48%**
	13.204	13.774	14.487	15.343
Efeito da Variação do UMBNDES		(570)	(1.283)	(2.139)

4.1.4. Risco cambial: A Companhia não possui exposição financeira relevante em moeda estrangeira. **4.1.5. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo. O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; e (ii) buscar eficácia de custos. Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A.. As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritas na Nota Explicativa 2.2.1.1.1 (i). **4.2. Gestão de Capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nos 21 e 22)	506.970	400.894
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 5)	(92.001)	(86.041)
Dívida líquida	**414.969**	**314.853**
Total do Patrimônio Líquido (Nota Explicativa nº 29)	632.979	611.954
Total do Capital	**1.047.948**	**926.807**
Índice de Alavancagem Financeira - %	**39,60**	**33,97**

4.3. Estimativa do Valor Justo: Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo. **4.3.1. Hierarquia do valor justo:** O CPC 40 (R1)/IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*non-performance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 (R1)/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *input* significativo para sua mensuração. A seguir, mostra-se uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 - Os *inputs* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas; Nível 2 - Os *inputs* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *inputs* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *inputs* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo; e Nível 3 - Os *inputs* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *inputs* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. O Grupo mensura, de acordo com o CPC 40 (R1)/IFRS 7, seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares. As tabelas seguintes demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2017.

			31/12/2017			
			Controladora		Consolidado	
	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	571	571	38.722	38.722
Contas a Receber	Custo Amortizado		15.323	15.323	598.671	598.671
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				922.669	922.669
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.770	7.770
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		6.393	6.393	53.279	53.279
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			140.856	140.856
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		8.795	8.795	403.602	403.602
Debêntures	Custo Amortizado				126.628	126.628
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				380.342	380.342
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		7.741	7.741	16.766	16.766
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				608.717	608.717
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				269.778	269.778
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				32.563	32.563

			31/12/2016			
			Controladora		Consolidado	
	Avaliação	Hierarquia do Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	31.016	31.016
Contas a Receber	Custo Amortizado		7.232	7.232	520.706	520.706
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				392.443	392.443
Mantidos até o Vencimento						
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado				7.767	7.767
Valor Justo Por Meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo		4.245	4.245	55.025	55.025
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			129.189	129.189
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		3.251	3.251	219.195	219.195
Debêntures	Custo Amortizado				181.908	181.908
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				218.986	218.986
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		10.691	10.691	20.231	20.231
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				297.091	297.091
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				424.311	424.311
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado				76.863	76.863

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos Conta Movimento	571	3	38.722	31.016
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	6.393	4.245	53.279	55.025
Total	**6.964**	**4.248**	**92.001**	**86.041**

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados com o Banco de Brasília - BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. CONTAS A RECEBER

6.1. Composição do Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			621.985	584.602
Títulos de Créditos a Receber			66.301	45.523
Serviços Prestados a Terceiros	25.229	56.975	37.650	66.608
Total a Receber Bruto	**25.229**	**56.975**	**725.936**	**696.733**
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota Explicativa 30.3)	(9.906)	(49.743)	(127.265)	(154.153)
Total a Receber Líquido	**15.323**	**7.232**	**598.671**	**542.580**
Circulante	**15.323**	**7.232**	**555.376**	**520.706**
Não Circulante			**43.295**	**21.874**

6.2. Valores a Receber por Idade de Vencimento:

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/12/2017	Total 31/12/2016
Classes de Consumidor						
Residencial	68.051	89.951	31.673	7.182	196.857	175.967
Poder Público	12.911	12.664	4.898	34.081	64.554	74.728
Comércio, Serviços e Outros	53.175	31.941	8.270	21.552	114.938	112.803
Iluminação Pública	14.394			24.640	39.034	49.832
Serviço Público	10.992				10.992	12.532
Industrial	5.808	2.448	579	1.048	9.883	10.807
Rural	3.013	3.394	1.351	351	8.109	8.095
Subtotal Consumidores	**168.344**	**140.398**	**46.771**	**88.854**	**444.367**	**444.764**
Fornecimento Não Faturado	143.230				143.230	128.760
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	55.567				55.567	19.242
Serviços Prestados a Terceiros (Incluso Serviços de IP)	14.547	13.074	123	9.906	37.650	63.515
Concessionárias e Permissionárias	1.574				1.574	11.413
Parcelamentos a Faturar CP e LP	43.823				43.823	27.667
Serviço Taxado	1.347				1.347	1.444
Outros	19.639				19.639	10.344
Arrecadação a Classificar	(21.261)				(21.261)	(10.416)
Total	**426.810**	**153.472**	**46.894**	**98.760**	**725.936**	**696.733**
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa			(28.505)	(98.760)	(127.265)	(154.153)
Contas a Receber Líquido	**426.810**	**153.472**	**18.389**		**598.671**	**542.580**

6.3. Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa: A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída com premissas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída de acordo com os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência. Segue um resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	(9.906)	(49.743)	(40.984)	(78.764)
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			(24.640)	(24.640)
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			(38.855)	(26.420)
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			(21.552)	(22.900)
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			(7)	(8)
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			(959)	(1.133)
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			(268)	(288)
Total	**(9.906)**	**(49.743)**	**(127.265)**	**(154.153)**

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia. O § 1º do art. 3º da referida Lei reservou os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Entretanto, o Governo do Distrito Federal optou por realizar a maior parte dos pagamentos dos débitos em espécie no âmbito administrativo e por intermédio de acordo judicial. A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**42.461**	**159.622**
Adições	7.282	110.590
Baixa Para Perda - Lei 9.430/96		(65.787)
Reversões		(50.272)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**49.743**	**154.153**
Adições	1.210	111.656
Baixa Para Perda - Lei 9.430/96		(79.775)
Reversões	(41.047)	(58.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**9.906**	**127.265**

6.4. Créditos Com o Governo do Distrito Federal (Consolidado): Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R$ 71.631, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 86.960 em 2016), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública. Em 31 de dezembro de 2017, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R$ 63.075, dos quais, R$ 53.169 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R$ 9.906 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB. O quadro seguinte mostra a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos Vincendos	2.126	3.091	36.676	38.128
Vencidos até 90 dias	13.074	2.047	25.526	27.791
Vencidos de 91 a 360 dias	123	2.094	9.429	20.414
Vencidos há mais de 360 dias	9.906	49.743	63.075	101.085
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.906)	(49.743)	(63.075)	(100.458)
Total	**15.323**	**7.232**	**71.631**	**86.960**

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ **(a)**	22.425	29.017	45.018	29.081
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL **(a)**	7.821	8.678	17.440	9.421
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			13	13
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS **(b)**			10.414	12.008
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS			324	278
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	780	417	2.825	1.986
Programa de Integração Social - PIS	387	387	458	450
Crédito de PIS/PASEP Sobre Decisão Judicial				65.173
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros	29		29	
Total	**31.986**	**39.043**	**77.065**	**118.954**
Circulante	**1.758**	**1.366**	**40.813**	**72.720**
Não Circulante	**30.228**	**37.677**	**36.252**	**46.234**

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais. (b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. **7.1. Ativos Fiscais Diferidos Reconhecidos e Não Reconhecidos: 7.1.1. Ativos fiscais diferidos reconhecidos:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R$ 26.698, conforme demonstrado a seguir:

Controle de Prejuízo Fiscal Acumulado a Compensar

	Controle de Valores no Exercício			D/C	Ativo Fiscal Diferido
Histórico	**Débito**	**Crédito**	**Saldo**		**= Saldo x (+/-)34%**
Baixa por aproveitamento	7.465	–	80.407	C	27.338

Controle dos Custos a Faturar

	Controle de Valores no Exercício			D/C	Ativo Fiscal Diferido
Histórico	**Débito**	**Crédito**	**Saldo**		**= Saldo x (+/-)34%**
Custo a faturar	–	769	1.694	D	(576)

Controle do não Faturado

	Controle de Valores no Exercício			D/C	Ativo Fiscal Diferido
Histórico	**Débito**	**Crédito**	**Saldo**		**= Saldo x (+/-)34%**
Não Faturado	965	–	2.126	C	723
Total					**80.841**
Contabilização dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa para Quitação do Programa Especial de Recuperação Tributária - PERT					**(2.314)**
Total da Base de Apuração do Ativo Fiscal Diferido					**78.528**
Total Ativo Fiscal Diferido Apurado (34%)					**26.699**

A Administração, norteada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados até 2018, a saber:

	2017		2018	
Controle do Ativo Fiscal Diferido	**Base de Cálculo**	**Tributo**	**Base de Cálculo**	**Tributo**
Saldo Inicial	88.306	29.237	78.526	26.699
(-) Saldo Utilizado	(7.464)	(2.538)	(78.526)	(26.699)
(-) Contabilização dos Prejuízos Fiscais e Base Negativa Para Pagamento do PERT	(2.316)			
Saldo Final	78.526	26.699	–	–

O estudo técnico de viabilidade elaborado pela Companhia foi objeto de apreciação no Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018 e 8 de março de 2018, respectivamente. **7.1.2. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos:** Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Diferenças Temporárias	10.000	20.593	91.935	83.118
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			165.684	117.863
Total	**10.000**	**20.593**	**257.619**	**200.981**

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

8. VALORES A RECEBER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	Saldo em 31/12/2017	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	**228.901**	**551.692**	**(244.621)**	**63.304**	**599.276**	**599.276**	
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	185.732	529.262	(200.224)	59.978	574.748	574.748	
Energia Adquirida - Proinfa	10.934	642	(11.616)	579	539	539	
Transporte Rede Básica	4.527	13.520	(4.034)	1.338	15.351	15.351	
Transporte de Energia - Itaipu	1.205	8.268	(1.605)	770	8.638	8.638	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.503		(27.142)	639			
Demais Ativos Financeiros Setoriais	**163.532**	**358.518**	**(212.798)**	**14.140**	**323.392**	**323.393**	
Neutralidade da Parcela A	7.092	55.136	(14.733)	2.565	50.060	50.060	
Sobrecontratação de Energia	25.161	3.770	(34.989)	9.240	3.182	3.182	
Diferimento de Reposição na RTP	109.557		(108.334)	(1.223)			
Implantação MCSPSE	13.877		(13.722)	(155)			
Angra		24.977	(4.427)	1.253	21.803	21.803	
Risco Hidrológico		114.037	(19.503)	1.526	96.060	96.060	
Financeiros Mercado Curto Prazo		69.175	(11.831)	926	58.270	58.270	
Competência	2.598	91.364			93.962	93.962	

	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço								
Eventos	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros	Imobilizado em Curso	Total
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**14.097**	**13.828**	**21.883**	**45.666**	**19.235**	**9.454**	**107**	**45.907**	**170.177**
Adições		380	40	1.026	4.741	145		37.954	**44.286**
Baixas		(688)	(537)			(39)		(29.523)	**(30.787)**
Ajuste de Inventário				699	7				**706**
Transferências	(2.094)							9	**(2.085)**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**12.003**	**13.520**	**21.386**	**47.391**	**23.983**	**9.560**	**107**	**54.347**	**182.297**
Adições	1.959	7	526	489		8		26.492	**29.481**
Baixas				(317)					**(317)**
Transferências	(18)		(814)	490		(100)		(37.477)	**(37.919)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**13.944**	**13.527**	**21.098**	**48.053**	**23.983**	**9.468**	**107**	**43.362**	**173.542**
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2015		**(4.097)**	**(10.588)**	**(31.072)**	**(10.874)**	**(4.296)**	**(97)**		**(61.024)**
Depreciação		(298)	(581)	(1.586)	(2.196)	(512)			**(5.173)**
Baixas						26			**26**
Transferências		205	2.156	(477)	(8)	12			**1.888**
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**(4.190)**	**(9.013)**	**(33.135)**	**(13.078)**	**(4.770)**	**(97)**		**(64.283)**
Depreciação		(290)	(542)	(1.404)	(2.703)	(559)			**(5.498)**
Baixas				5		86			**91**
Outros			3	211					**214**
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(4.480)	(9.552)	(34.323)	(15.781)	(5.243)	(97)		(69.476)
Imobilizado Líquido - 31/12/2017	**13.944**	**9.047**	**11.546**	**13.730**	**8.202**	**4.225**	**10**	**43.362**	**104.066**
Imobilizado Líquido - 31/12/2016	**12.003**	**9.330**	**12.373**	**14.256**	**10.905**	**4.790**	**10**	**54.347**	**118.014**

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável dos ativos do Grupo na data das demonstrações financeiras. **15.2. Valores Oferecidos em Garantias:** A Companhia ofereceu os terrenos localizados no Setor Norte, A-E 1N, Lotes G e H - Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto à Receita Federal de Brasil. Os terrenos estão avaliados conforme laudo pelo valor total de R$ 2.215.

16. INTANGÍVEL

	Controladora		
Eventos	*Software* (Em curso)	Direito de Uso de *Software*	Total
Custo do Intangível			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**83**	**83**
Adições	2.620		2.620
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.620**	**83**	**2.703**
Amortização Acumulada			
Saldo em 31 de dezembro de 2016		**(37)**	**(37)**
Amortizações		(16)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**(53)**	**(53)**
Intangível Líquido - 31/12/2017	**2.620**	**30**	**2.650**
Intangível Líquido - 31/12/2016		**46**	**46**

	Consolidado					
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
Eventos	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	Total
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.171.534**	**2.495**	**60.151**	**20.621**	**158.946**	**1.413.747**
Adições	1.224	53.889	55	19.846		75.014
Transferências	30.325	(34.452)	40.467	(40.467)		(4.127)
Baixas	(2.307)					(2.307)
Obrigações Especiais	(172.822)	110.358				(62.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.027.954**	**132.290**	**100.673**		**158.946**	**1.419.863**
Adições	65.455	76.549	4.137			146.141
Transferência		(67.027)				(67.027)
Baixas			(6)			(6)
Obrigações Especiais	829	(7.285)				(6.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.094.238**	**134.527**	**104.804**		**158.946**	**1.492.515**
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(273.883)**		**(52.581)**		**(58.869)**	**(385.333)**
Amortizações	(43.016)		(2.670)		(5.888)	(51.574)
Transferências						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(316.899)**		**(55.251)**		**(64.757)**	**(436.907)**
Amortizações	(62.864)		(11.116)		(5.887)	(79.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(379.763)		(66.367)		(70.644)	(516.774)
Intangível Líquido - 31/12/2017	**714.475**	**134.527**	**38.437**		**88.302**	**975.741**
Intangível Líquido - 31/12/2016	**711.055**	**132.290**	**45.422**		**94.189**	**982.956**

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas demonstrações financeiras. A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios. A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro–ativo indenizável (concessão). **16.1. Direito de Exploração de Concessão de Geração:** A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A., detentora do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito se trata de uma operação de reestruturação societária que foi decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A. o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe R, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A., totalizando 46.890.423 ações, por R$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A. com a Eletrobrás. Do total de R$ 213.452, R$ 54.506 representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea b da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R$ 5.887 mil de amortização ao ano. Em dezembro de 2017, a controlada CEB Lajeado S.A. realizou o teste de perda por redução no valor recuperável do direito de exploração da concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R$ 530.905. Este montante, quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração da concessão, no montante de R$ 241.685, não apresentou indicação de perda por redução no valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 9,63%, e tal utilização deveu-se ao fato de a Empresa não possuir dívida bancária. O fluxo de caixa livre foi realizado sob a ótica do acionista e foi utilizado o custo de capital próprio real depois dos impostos. A mencionada taxa foi divulgada pela ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, submódulo 12.3 - Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032. Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser assim mostrados:

	31/12/2017	31/12/2016
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(70.644)	(64.757)
Saldo Líquido	**88.302**	**94.189**

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de Energia Elétrica			319.782	156.303
Materiais e Serviços	8.795	3.251	43.727	49.401
Encargos de Uso de Rede Elétrica			39.853	13.304
Fornecedores de Gás			240	187
Total	**8.795**	**3.251**	**403.602**	**219.195**
Circulante	**8.795**	**3.251**	**403.602**	**219.195**

17.1. Parcelamento Itaipu Binacional: Em junho de 2015, a CEB D possuía um passivo de USD 43.267, referente a faturas pendentes de pagamento da Energia do Repasse de Itaipu inadimplidas até a data de 28 de fevereiro de 2015. Após negociação com a Eletrobrás, em 15 de julho de 2015 foi efetuado o pagamento de USD 21.448, o correspondente a R$ 67.220. O saldo remanescente de USD 21.819 foi negociado em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento todo o dia 30 de cada mês, devendo o primeiro pagamento ser efetuado a partir da data de eficácia do contrato. Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios de 1% ao mês, calculados *pro rata die*. No terceiro trimestre de 2017, o saldo devedor do parcelamento foi quitado (USD 7.752 - 2016). **17.2. Energia Elétrica de Curto Prazo:** Entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, o saldo de Suprimento de Energia Elétrica oscilou de R$ 156.303 para R$ 319.782. O aumento ocorreu, em especial, no segundo semestre de 2017,em virtude da inadimplência no Mercado de Curto Prazo - MCP, resultante do aumento do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, que refletiu em custos acima da cobertura tarifária. Isso resultou no descasamento entre a receita auferida, destinada aos custos de Parcela A, e os custos efetivamente incorridos, pressionando o fluxo de caixa da Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

18.1. Resumo das Obrigações Tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	100.849	97.611	284.514	190.785
Outros Tributos	1.909	1.003	212.664	212.075
Total	**102.758**	**98.614**	**497.178**	**402.860**
Circulante	**5.488**	**1.344**	**198.161**	**224.115**
Não Circulante	**97.270**	**97.270**	**299.017**	**178.745**

18.1.1. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.522	71.522	209.076	140.666
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	26.089	26.089	75.438	50.119
Total	**97.611**	**97.611**	**284.514**	**190.785**
Circulante	**341**	**341**	**20.589**	**21.952**
Não Circulante	**97.270**	**97.270**	**263.925**	**168.833**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Também é considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido. O quadro seguinte detalha a apuração do IRPJ e da CSLL:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	**161.293**	**86.373**	**161.293**	**86.373**	**377.479**	**168.457**	**377.479**	**168.457**
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					(15.192)	(37.687)	(15.192)	(37.687)
Total do Resultado Tributável	**161.293**	**86.373**	**161.293**	**86.373**	**362.287**	**130.770**	**362.287**	**130.770**
Equivalência Patrimonial	(96.980)	(95.370)	(96.980)	(95.370)	(108.749)	118.759	(108.749)	118.759
Adições/Exclusões Permanentes	(39.721)	(74.746)	(39.721)	(74.746)	(12.656)	(104.108)	(12.279)	(104.108)
Adições/Exclusões Temporárias		91.710		91.710	(314.392)	117.737	(314.392)	117.737
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	**24.592**	**7.967**	**24.592**	**7.967**	**(73.510)**	**263.158**	**(73.133)**	**263.158**
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(7.464)	(2.390)	(7.464)	(2.390)	(16.000)	(83.027)	(16.000)	(83.027)
Base de Cálculo	**17.128**	**5.577**	**17.128**	**5.577**	**(89.510)**	**180.131**	**(89.133)**	**180.131**
Alíquota Aplicável	**25%**	**25%**	**9%**	**9%**	**25%**	**25%**	**9%**	**9%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:	(4.236)	(1.370)	(1.567)	(501)	(4.236)	(1.371)	(1.567)	(501)
IRPJ/CSLL - Controladora e Controladas					(14.795)	(52.785)	(5.341)	(19.102)
IRPJ - Lucro Presumido					(1.158)	(1.269)	(575)	(593)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	**(4.236)**	**(1.371)**	**(1.567)**	**(501)**	**(20.189)**	**(55.425)**	**(7.483)**	**(20.196)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(2.506)	22.137	(902)	7.969	(72.104)	89.635	(25.989)	19.748
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(6.742)**	**20.766**	**(2.469)**	**7.468**	**(92.293)**	**34.210**	**(33.472)**	**(448)**

(i) Passivo fiscal diferido: A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota Explicativa nº 13). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como ativo não circulante mantido para venda. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do ativo financeiro indenizável; e sobre os ativos e passivos regulatórios, reconhecidos na CEB D de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do ativo financeiro indenizável e pela realização dos ativos e passivos regulatórios.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	71.522	71.522	194.050	124.129
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	25.748	25.748	69.875	44.704
Total	**97.270**	**97.270**	**263.925**	**168.833**
Não Circulante	**97.270**	**97.270**	**263.925**	**168.833**

18.1.2. Outros tributos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS **(a)**			168.006	180.275
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.489	753	33.316	25.490
Programa de Integração Social - PIS	323	163	7.224	5.522
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	96	87	705	102
Outros			3.413	686
Total	**1.908**	**1.003**	**212.664**	**212.075**
Circulante	**1.908**	**1.003**	**177.572**	**202.163**
Não Circulante			**35.092**	**9.912**

(a) Em 25 de novembro de 2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A., foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados deveriam sofrer apenas atualização monetária por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, portanto, sem a incidência de juros e multas decorrentes das postergações. Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 34.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária. Em 27 de agosto de 2014, foi publicado o Decreto nº 35.762, que alterou a redação do artigo 74 do Regulamento do ICMS, em relação ao seu vencimento, que passou a ser no penúltimo dia útil do mês subsequente.

19. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal. O custeio do serviço de iluminação pública compreende: I - despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e II - despesas com administração, operações, manutenção, eficiência energética e ampliação do sistema de iluminação pública. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC. Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Em 31 de dezembro de 2017, o montante a repassar ao GDF era de R$ 121.624 e apresentava a seguinte movimentação:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**207.412**
Faturamento Arrecadado	184.201
Faturamento Não Arrecadado	17.158
Atualização Monetária	(3.512)
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(283.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**121.624**
Circulante	**79.130**
Não Circulante	**42.494**

A movimentação do valor do parcelamento da CIP é apresentada no quadro a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**118.222**
Amortização no Exercício	(38.788)
Atualização no Exercício	2.297
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**81.731**
Circulante	**39.237**
Não Circulante	**42.494**

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Superavit de Baixa Renda **(a)**	74.036	140.322
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética **(b)**	116.701	117.987
Encargos do Consumidor a Recolher **(c)**	79.041	166.002
Total	**269.778**	**424.311**
Circulante	**101.030**	**202.102**
Não Circulante	**168.748**	**222.209**

(a) Superavit de Baixa Renda: A aplicação da Tarifa Social de Baixa Renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial. O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda. Em função de argumentos apresentados pela CEB Distribuição S.A., a Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que concluí pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas demonstrações financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora. Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D. Foi decidida a compensação na tarifa do saldo remanescente do passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários, sendo a primeira já no ano de 2017. A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a CEB Distribuição S.A. obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo "para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superávit de receita percebido pela CEB-DIS em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial baixa renda, referente aos períodos de maio de 2002 a outubro de 2004, julho de 2005 e agosto de 2008, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB-DIS", até o julgamento do Agravo de Instrumento. Até a data de emissão da presente Demonstrações Financeiras, a Agência Reguladora ainda não havia se pronunciado. Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

	Consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	**140.322**
Atualização no Período	11.278
Reversão de Atualização Monetária	(53.969)
Nota Técnica nº 308/2017 - STG ANEEL	**97.631**
Transferência Para Passivo Financeiro Setorial	(24.408)
Atualização	813
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	**74.036**

(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE: A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética - PEE; Pesquisa e Desenvolvimento - P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia - MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente. A atualização das parcelas referentes ao PEE e ao P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005; nº 219, de 11 de abril de 2006; nº 300, de 12 de fevereiro de 2008; e nº 316, de 13 de maio de 2008, além do Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009. Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Programa de Eficiência Energética - PEE	73.227	80.077
Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	41.587	36.747
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.663	955
Ministério de Minas e Energia - MME	224	208
Total	**116.701**	**117.987**

Visando o planejamento da aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócio do Período de 2018 a 2022, aprovado pelo Conselho de Administração, prevê metas para a destinação de recursos para tal fim. Dessa forma, ao longo do mencionado horizonte de planejamento, a Empresa voltará a exibir valores compatíveis com a regulamentação vigente. **(c) Encargos do consumidor a recolher:**

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE **(i)**	7.840	130.496
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	712	671
Demais Encargos Setoriais	70.489	34.835
Total	**79.041**	**166.002**

(i) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás, em 2015, no montante de R$ 391.473. Em 30 de setembro de 2016, os montantes devidos pela CEB Distribuição S.A. à Eletrobrás totalizaram R$ 143.652. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, mediante à Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A.. Em 2016, a CEB D e a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás celebraram o Contrato ECF nº 3.298/2016, cujo objeto foi a repactuação de dívida com Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecendo o parcelamento de débitos no montante de R$ 114.394. No entanto, atendendo ao previsto na Cláusula Décima Quinta do respectivo Contrato, a Eletrobrás e a CEB D iniciaram o processo para compensação deste débito com os créditos obtidos pela Distribuidora no montante de R$ 79.636, registrados no grupo de Demais Créditos, relativos aos Descontos Tarifários, previstos na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161/2016 e aos relativos à Diferença Mensal de Receita - DMR, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 472/2012. Após a respectiva compensação, o saldo remanescente da obrigação foi dividido em 4 parcelas, atualizadas mensalmente pela Taxa Selic, e foi quitado no fim de 2017. A movimentação contábil da compensação efetuada está descrita conforme quadro seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**130.496**
Ajuste Financeiro do Encontro de Contas	126
Ativo Compensado	(79.636)
Pagamentos Realizados	(50.985)
CDE	7.839
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.840**

21. DEBÊNTURES

Informações sobre as debêntures:

	Quantidade em Circulação	Remuneração a.a.	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
1ª Emissão - Série Única	1.300	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de Imóvel
2ª Emissão - Série Única	710	CDI + 6,8%	CDI + 6,8%	Parcelas mensais a partir de junho de 2017.	Recebíveis + Alienação de Imóvel

	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo Principal	64.630	62.774	**127.404**	51.440	130.152	**181.592**
Encargos	443		**443**	2.137		**2.137**
Custos da Emissão	(432)	(787)	**(1.219)**	(432)	(1.389)	**(1.821)**
Saldo Total	**64.641**	**61.987**	**126.628**	**53.145**	**128.763**	**181.908**

Em 14 de maio de 2015, por meio do Despacho nº 1.500, a ANEEL anuiu à emissão de debêntures no valor de R$ 130.000 à CEB D. A controlada optou por operações simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, e legislação aplicável. Tais debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados a partir da sua emissão, em 15 de junho de 2015, com vencimento em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado; de resgate antecipado facultativo; e de amortizações extraordinárias facultativas. Os montantes provenientes desta emissão foram destinados, principalmente, para: (a) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (b) no cumprimento de obrigações setoriais. Em 24 de novembro de 2015, mediante o Despacho nº 3.788, a ANEEL anuiu à segunda emissão de debêntures no valor de R$ 120.000, igualmente para a CEB D, nos termos e condições aplicáveis à primeira emissão. Em 15 de maio de 2016, a controlada realizou parcialmente a emissão das debêntures, perfazendo o montante de R$ 71.000, nas mesmas condições de prazo e taxa da operação anterior, com vencimento em 15 de maio de 2021. Os recursos líquidos obtidos pela controlada foram destinados, principalmente, para: (a) cumprimento de obrigações junto a fornecedores; e (b) efetivação de obrigações setoriais. As referidas debêntures, primeira e segunda emissão, possuem carência de 12 meses, contados da data de sua emissão para amortização do principal, bem como são remuneradas a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente com sobretaxa (*spread*) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ao ano. O saldo de debêntures registrado no passivo tem seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2018	64.641
2019	46.024
2020	15.963
Total	**126.628**

Condições restritivas: O Banco Credit Suisse possui cláusula de exclusividade para conduzir qualquer operação de emissão de novas debêntures a ser realizada pela CEB Distribuição S.A. durante a vigência do contrato.

21.1. Movimentação das Debêntures:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.908**
Encargos Incorridos	24.9568
Custo de Transação	603
Encargos Pagos	(26.606)
Amortização Principal	(53.877)
Deságio	(356)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**126.628**
Circulante	**64.641**
Não Circulante	**61.987**

21.2. Garantias na Emissão das Debêntures

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias. A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante - Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	31/12/2017	31/12/2016	
Eletrobrás	496	839	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	2.013	3.005	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	25.280	39.971	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil S.A.		15	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal	65.107	88.207	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	30.799	35.959	4,5% a.a + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	12.771	13.204	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	16.705	22.763	6% a.a
Banco Daycoval		5.185	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	6.753	10.712	6,5% a.a + CDI CETIP
Banco BBM	80.023		4% a.a. + CDI
Banco FIBRA	60.425		4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA	20.077		4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval	61.331		4,0 a.a. + CDI
Custo de Transação	(1.438)	(874)	
Total	**380.342**	**218.986**	
Circulante	**125.030**	**43.844**	
Não Circulante	**255.312**	**175.142**	

22.1. Garantias dos Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos estão garantidos por cessão de

29.2. Ajuste de Avaliação Patrimonial: A composição do saldo da rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial é a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado (Nota 29.2.1)	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual - Corumbá Concessões S.A.	19.929	19.929
Ganho Atuarial - Plano Assistencial		16.057
Perda Atuarial - Plano de Previdência	(166.427)	(59.101)
Outras Movimentações - Coligadas		
Total	**42.319**	**165.702**

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

29.2.1. Custo atribuído (*Deemed Cost*): A Reserva Para Ajustes de Avaliação Patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009, ocorreram vendas de terrenos e a reserva foi realizada em R$ 6.374, líquido dos efeitos tributários. O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**1.442**
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	**297.186**
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 - Valor Bruto	**286.087**
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Líquido do Efeito Fiscal	**188.817**
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Líquido do Efeito Fiscal	**188.817**

29.3. Reserva de Lucros: 29.3.1. Reserva Legal: A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos. **29.4. Resultado do Período:** A Companhia apurou um Lucro Líquido no exercício de 2017 no montante de R$ 152.082 (R$ 112.438 em 2016 - Reapresentado).

29.4.1. Demonstrativo da Destinação do Resultado de 2017:

Lucro do Exercício	152.082
Prejuízos Acumulados a Compensar	(119.773)
Lucro do Exercício após Compensação de Prejuízo	32.309
Constituição da Reserva Legal - (5%)	(1.615)
Lucro Líquido Ajustado (art. 202 Lei 6.404/1976)	30.694
Dividendo Mínimo Obrigatório - (25%)	7.674

30. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

30.1. Receita Operacional Líquida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento de Energia Elétrica			3.328.555	3.324.987
Energia de Curto Prazo **(a)**			380.646	275.812
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros **(b)**			212.685	(304.926)
Receita de Construção			83.471	58.100
Aporte de Recursos da CDE			45.253	41.273
Receita de Prestação de Serviços	56.089	40.354	58.466	41.362
Suprimento de Energia			34.568	31.731
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			24.071	21.198
Arrendamento e Aluguéis			31.522	28.494
Receita de Venda de Gás			3.721	4.919
Outras Receitas			2.843	2.692
Receita Operacional Bruta	**56.089**	**40.354**	**4.205.801**	**3.525.642**
Impostos	(1.122)	(806)	(667.738)	(678.191)
Contribuições	(5.191)	(3.739)	(389.269)	(333.619)
Encargos do Consumidor			(428.308)	(399.156)
Descontos Incondicionais				(122)
Deduções da Receita Operacional Bruta	**(6.313)**	**(4.545)**	**(1.485.315)**	**(1.411.088)**
Receita Operacional Líquida	**49.776**	**35.809**	**2.720.486**	**2.114.554**

(a) A receita de Energia de Curto Prazo atingiu, em 2017, R$ 380.646, 38% superior à receita reconhecida em 2016. A apuração de 2017 foi influenciada pela sobra de energia contratada (sobrecontratação), somada ao aumento substancial dos valores do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, especialmente no 2º semestre desse exercício. Entretanto, o aumento da receita em comento, em sua maior parte, foi capturado no reconhecimento da Conta de Variação da Parcela A e Outros Componentes Financeiros - CVA, favorecendo a neutralidade dos custos não gerenciáveis. **(b)** A receita de Recursos da Parcela A e Outros Itens Financeiros apresentou aumento no ano de 2017 de R$ 517.611. A variação positiva entre 2017 e 2016, é resultante do acréscimo da constituição de ativos decorrentes dos custos realizados acima da cobertura tarifária. Tal incremento originou-se, substancialmente, em função do risco hidrológico, bem como pelos demais efeitos do Mercado de Curto Prazo.

30.2. Custo com Serviço de Energia Elétrica:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Energia Elétrica Comprada Para Revenda **(a)**	(1.169.677)	(1.050.732)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo **(a)**	(352.229)	(286.410)
Encargos de Uso da Rede Elétrica **(b)**	(330.091)	(154.369)
Repactuação do Risco Hidrológico	(2.214)	(2.059)
Total	**(1.854.211)**	**(1.493.570)**

(a) O Custo da Energia Elétrica Comprada registrou aumento de R$ 118.945, em relação ao ano anterior; o Custo da Energia Elétrica de Curto Prazo também apresentou acréscimo da ordem de R$ 65.819, em função do aumento dos Custos Variáveis do Mercado de Curto Prazo que, por sua vez, foi impactado pelo cenário de escassez hídrica, causando incrementos do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, quando comparado com 2016.

(b) Os Encargos de Uso da Rede Elétrica tiveram o maior aumento nas despesas operacionais, alcançando o montante de R$ 175.722, quando comparado com 2016. Tal comportamento foi influenciado pelas repercussões da crise hídrica.

30.3. Custos e Despesas Operacionais por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e Administradores	(12.009)	(11.445)	(251.240)	(249.309)
Serviço de Terceiros	(32.179)	(27.612)	(172.646)	(173.432)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa **(a)**	39.837	(7.282)	(58.769)	(50.272)
Custo de Construção - Concessão **(b)**			(83.471)	(58.100)
Depreciação e Amortização	(208)	(167)	(65.569)	(53.618)
Arrendamento			(34.021)	(54.594)
Material	(348)	(221)	(3.256)	(3.584)
Outras Despesas	(791)	(392)	(25.568)	(14.117)
Total	**(5.698)**	**(47.119)**	**(694.540)**	**(657.026)**
Classificação:				
Custo da Operação			**(319.134)**	**(316.173)**
Custo dos Serviços Prestados a Terceiros	**(34.512)**	**(30.267)**	**(41.642)**	**(26.687)**
Despesas Com Vendas	**39.837**	**(7.290)**	**(97.513)**	**(119.321)**
Despesas Gerais e Administrativas	**(11.023)**	**(9.563)**	**(236.251)**	**(194.845)**

(a) Em 2017, a Companhia recebeu R$ 58.848 da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP de faturas em atraso, das quais, R$ 39.867 estavam vencidas há mais de 365 dias. A provisão foi revertida neste montante. **(b)** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que: • A atividade fim é a distribuição de energia elétrica; • Toda receita de construção está relacionada com obras de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e • A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

30.4. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			24.531	37.192
Atualização do Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável - VNR			7.474	30.196
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	21		51.621	25.676
Receita Crédito Tributário - Decisões Judiciais **(a)**				96.849
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	10.616		15.119	22.641
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			10.054	12.028
Resultado na Baixa de Bens	(16)		(9.711)	(1.378)
Tributos Sobre Outras Receitas			(610)	(15.740)
Outras Receitas	280	65	1.126	28.184
Subtotal	**10.901**	**65**	**99.604**	**235.648**
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(13.008)	(38.673)
Multas ANEEL			(507)	(6.083)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(96)	(2.438)	(15.143)	(16.458)
Compensação Por Descontinuidade de Energia			(4.230)	(14.935)
Provisão Para Participação nos Lucros e Resultados **(b)**			(9.371)	(10.054)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(3.299)	(3.012)
Outras Despesas	(45)	(1.019)	(2.193)	(4.156)
Subtotal	**(141)**	**(3.457)**	**(47.751)**	**(93.371)**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	**10.760**	**(3.392)**	**51.853**	**142.277**

(a) Créditos por Decisão Judicial Transitada em Julgado. **(i) FINSOCIAL:** A Companhia Energética de Brasília - CEB recolheu a contribuição destinada ao Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, instituído pelo Decreto-lei nº 1940/1982 e, após o reconhecimento de inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal - STF propôs ação judicial (processo 2005.34.00.016932-2). Obteve, assim, decisão favorável para a utilização do crédito fiscal na compensação de outros tributos próprios administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB. Complementarmente, a CEB solicitou, judicialmente, a mudança do polo ativo da ação para que os seus efeitos beneficiassem a CEB D, tendo em vista a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, o que foi deferido. A Companhia solicitou ainda à Receita Federal do Brasil, a habilitação do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado e em julho de 2016. O pedido foi deferido no valor atualizado de R$ 31.676. **(ii) PIS/PASEP:** A Companhia Energética de Brasília - CEB efetuou pagamento a maior de PIS/PASEP, no período de julho de 1991 a fevereiro de 1996, por considerar como base de cálculo do tributo a Receita Operacional Bruta do mês anterior à competência de pagamento, nos termos dos Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449, ambos de 1988. Por serem estes decretos declarados inconstitucionais pelo STF, em 2005, a CEB ajuizou ação para reconhecimento do indébito tributário e restituição deste por meio de compensação, tendo sido o pleito julgado procedente, com valor atualizado de R$ 65.173. Em 2006, após a reorganização societária, a CEB solicitou a alteração do beneficiário do crédito tributário no processo com direcionamento para a CEB Distribuição S.A.. O pedido formal de habilitação de créditos decorrente de decisão judicial transitada em julgado foi protocolado em 2016 e teve seu respectivo deferimento dado pelo Despacho Decisório nº 0008/2017 - Diort/DRF-Brasília/DF, anexado ao processo administrativo RFB nº 10166.731342/2016-10.

(b) Decorre de participação dos empregados no resultado atribuído pela CEB Distribuição S.A., em função do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. **30.5. Resultado Financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	9.959	4.100	18.400	42.016
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios			84.204	63.162
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			39.205	31.157
Rendimentos de Aplicações Financeiras	467	1.067	7.408	10.115
Receita de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	9.380	15.705	16.225	16.192
Reversão de Juros Sobre Capital Próprio	(8.388)	(15.000)	(15.000)	(15.000)
Multas e Penalidades Aplicadas			2.587	1.257
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(1.261)		(4.145)	(5.368)
Outras Receitas Financeiras	19		185	2.542
Subtotal	**10.176**	**5.872**	**149.069**	**146.073**
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos **(a)**	(316)	(68)	(30.740)	(76.051)
Encargos de Dívidas **(b)**			(58.831)	(70.556)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(46.239)	(39.078)
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(166)	(196)
Recuperação de Despesas **(c)**			69.977	8.660
Outras Despesas Financeiras	(384)	(98)	(21.291)	(20.051)
Subtotal	**(700)**	**(166)**	**(87.290)**	**(197.272)**
Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica (d)			**(721)**	**14.457**
Resultado Financeiro	**9.476**	**5.706**	**61.058**	**(36.742)**

(a) Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos: a redução se deve, substancialmente, às amortizações durante o exercício de 2017 de relevantes passivos que haviam sidos renegociados e parcelados e, consequentemente, à redução dos juros e variações monetárias se comparado os períodos. **(b)** A redução se deve, substancialmente, às amortizações dos empréstimos e financiamento e das debêntures durante o exercício de 2017. **(c)** Em 2017, foi efetuada a recuperação de despesas sobre a atualização monetária do passivo relacionado ao Superavit de Baixa Renda. **(d)** Variação Cambial Sobre Fatura de Energia Elétrica: a variação ocorre pela flutuação da moeda estrangeira que é o indexador das faturas de compra de energia elétrica de Itaipu e pela quitação do principal contrato em moeda estrangeira ocorrido no terceiro trimestre de 2017.

31. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas. **31.1. Básico:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. **31.2. Diluído:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas. A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação, básico e diluído:

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro Atribuível aos Acionistas da Companhia	**152.082**	**112.438**
Lucro Alocado às Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	72.168	53.355
Lucro Alocado às Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	79.914	59.083
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	7.232	7.232
Lucro por Ação - R$ 4		
Ações Ordinárias - Básicas e Diluídas	10,1332	7,4917
Ações Preferenciais - Básicas e Diluídas	10,9325	8,1049

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1. Controladora Final: A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal - GDF. **32.2. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos. As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	1.701	813	6.607	5.292
Demais Benefícios de Curto Prazo	490	216	1.311	1.523
Total	**2.191**	**1.029**	**7.918**	**6.815**

A Companhia não concede remuneração variável e tampouco benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros. **32.3. Transações Com Partes Relacionadas:** Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir: **32.3.1. Operações da Controladora com suas Controladas:**

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016
Ativo		**36.011**	**23.235**
Contas a Receber, Líquido da PECLD		**15.323**	**7.232**
Governo do Distrito Federal	a	15.323	7.232
Demais Ativos		**20.688**	**15.912**
Dividendos/JSCP	b	**8.794**	**7.517**
CEB Lajeado S.A.		7.130	7.130
CEB Geração S.A.			162
CEB Participações S.A.			
Corumbá Concessões S.A.		308	204
Energética Corumbá III S.A.		1.356	21
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		**11.894**	**8.394**
CEB Distribuição S.A.			4.492
Corumbá Concessões S.A.		11.894	3.902
Outras Operações			**186**
CEB Distribuição S.A.			186
Passivo		**3.078**	**11.523**
Dividendos	c	**2.215**	**10.623**
Governo do Distrito Federal		2.215	10.623
Demais Obrigações		**863**	**900**
CEB Distribuição S.A.	d	733	733
CEB Distribuição S.A.	e	130	167

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora 31/12/2017	Controladora 31/12/2016
Receitas		**50.428**	**41.251**
Receita de Prestação de Serviços		**49.776**	**40.354**
Governo do Distrito Federal	f	49.776	40.354
Encargos de Mútuo		**652**	**897**
CEB Distribuição S.A.			897
Corumbá Concessões S.A.	g	652	
Despesas		**(39.837)**	**(7.282)**
Provisão/Reversão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		**(39.837)**	**(7.282)**
Governo do Distrito Federal	h	39.837	(7.282)

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação púbica ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF; **b**) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas; **c)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador; **d)** A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília - CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais; **e)** Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília - CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D; **f)** Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal - GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal - GDF. **g)** Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, respectivamente; e **h)** Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal - GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

32.3.2. Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas:

17. Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo		**95.005**	**93.621**
Contas a Receber, Líquida da PECLD		**73.761**	**87.465**
Corumbá Concessões S.A.	a	1.814	406
Energética Corumbá III S.A.	a	88	99
Governo do Distrito Federal	b	71.859	86.960
Demais Ativos		**21.244**	**6.156**
Dividendos/JSCP	c	**7.715**	**1.359**
Corumbá Concessões S.A.		308	204
Energética Corumbá III S.A.		1.356	21
Investco S.A.		6.051	1.134
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		**13.529**	**4.796**
Corumbá Concessões S.A.		13.529	4.796
Outras Operações			**1**
Governo do Distrito Federal			1
Passivo		**151.430**	**246.248**
Fornecedores	d	**24.491**	**23.200**
Corumbá Concessões S.A.		19.208	18.318
Energética Corumbá III S.A.		5.283	4.882
Contribuição de Iluminação Pública	e	**121.600**	**207.412**
Governo do Distrito Federal		121.600	207.412
Dividendos	f	**2.215**	**10.623**
Governo do Distrito Federal		2.215	10.623
Arrendamento a Pagar		**3.124**	**5.013**
Investco S.A.		3.124	5.013

Transações Com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado 31/12/2017	Consolidado 31/12/2016
Receitas		**448.533**	**558.500**
Receita de Disponibilidade da Rede	g	**6.266**	**4.145**
Corumbá Concessões S.A.		5.288	3.309
Energética Corumbá III S.A.		978	836
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	h	**440.506**	**553.651**
Governo do Distrito Federal		440.506	553.651
Receita de Dividendos/JSCP		**1.109**	**704**
Corumbá Concessões S.A.		117	
BSB Energética S.A.		992	531
Energética Corumbá III S.A.			173
Encargos de Mútuo		**652**	
Corumbá Concessões S.A.		652	
Despesas		**(264.899)**	**(350.940)**
Energia Comprada Para Revenda	i	**(214.080)**	**(232.160)**
Corumbá Concessões S.A.		(169.044)	(190.399)
Energética Corumbá III S.A.		(45.036)	(41.761)
Despesa com Arrendamento		**(37.487)**	**(60.156)**
Investco S.A.		(37.487)	(60.156)
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	j	**(13.332)**	**(58.624)**
Governo do Distrito Federal		(13.332)	(58.624)

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador; **b)** Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília - CEB prestados ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF; **c)** Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas; **d)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; **e)** A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal - GDF; **f)** Trata-se de dividendos do acionista controlador; **g)** As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador; **h)** Representa a receita decorrente do fornecimento de energia e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal - GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros).

Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal - GDF. **i)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e **j)** Representam as reversões das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal - GDF (vencidos há mais de 360 dias), cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB. **32.3.3. Operações com a FACEB:** A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB. Vide detalhes das transações na Nota Explicativa nº 25. **32.4. Acordo de Cooperação Técnica:** Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378, autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos recíprocos.

33. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil. Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do ativo imobilizado, estão cobertos, até 30 de dezembro de 2018, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos. O custo do prêmio foi de R$ 1.900 e a importância segurada é de R$ 175.000. Os bens das Usinas Hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães (CEB Lajeado S.A.), Queimado (CEB Participações S.A.), Corumbá III (Energética Corumbá III S.A.) e Corumbá IV (Corumbá Concessões S.A.), também estão devidamente segurados.

34. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**161.293**	**84.204**	**262.469**	**96.052**
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	208	167	65.569	53.618
Resultado de Equivalência Patrimonial	(96.980)	(93.201)	(18.351)	(26.604)
Receita de Construção			(83.471)	(53.889)
Custo de Construção - Concessão			83.471	53.889
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível				1.378
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(39.837)	7.282	58.769	50.272
Encargos da Dívida			58.828	70.556
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(3.886)	(30.196)
Atualização Monetária - Mútuo	(652)	(897)	(652)	
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			3.512	14.689
Custo de Transação com Empréstimos			521	327
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(10.616)	2.471	24	(6.150)
Dividendos Recebidos - Custo	(992)	705	(992)	1.192
	(148.869)	**(83.473)**	**163.342**	**129.082**
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	29.583	4.506	76.122	24.374
Estoques	(14)	(111)	453	(1.590)
Aplicações Financeiras			(1)	(1.333)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	528	(57)	(6.521)	(3.617)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(345.263)	321.438
Tributos e Contribuições Compensáveis	7.057	13.587	(15.761)	(88.928)
Demais Créditos	(3.970)	(9.694)	(23.436)	(45.857)
	33.184	**8.231**	**(314.407)**	**204.487**
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	5.544	1.038	179.023	(128.800)
Obrigações Tributárias	4.144	95	(62.904)	(144.776)
Contribuição de Iluminação Pública			(52.798)	(37.783)
Encargos Regulatórios			(150.751)	123.437
Obrigações Sociais e Trabalhistas	77	(56)	(69)	7.595
Obrigações Societárias	(2.950)	(8.001)	(10.636)	(10.640)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			249.380	(45.439)
Benefícios Pós-Emprego			(148.475)	1.224
Obrigações Vinculadas a Concessão			(2.889)	(40.683)
Demais Obrigações	1.009	527	(292)	8.214
	7.824	**(6.397)**	**(411)**	**(267.651)**
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	57.708	45.521	25.018	35.446
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(63.716)	(32.713)
Pagamento de Encargos da Dívida			(54.284)	(66.218)
	58.360	**46.418**	(92.982)	(63.485)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	**111.792**	**48.983**	**18.011**	**98.485**

35. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada uma delas, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis: • Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.; • Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S.A. e a CEB Participações S.A.; • Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A.; e • Outros - Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB, que tem como atribuições a participação em outras sociedades como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado. As informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão contempladas no quadro seguinte: **35.1. Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio**

Exercício findo em 31/12/2017	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativos do Segmento	**1.223.795**	**6.655**	**108.966**	**15.999**		**1.355.415**
Adições (reduções) aos Ativos do Segmento no Exercício	257.890	415	(5.343)	2.205		255.166
Investimentos em Sociedades			**177.931**	**655.818**	**(515.374)**	**318.375**
Receita Operacional Líquida	**2.656.502**	**14.718**	**143.110**	**52.611**	**(146.455)**	**2.720.486**
Custo com Energia Elétrica	(1.969.083)	(1.543)	(30.040)		146.455	**(1.854.211)**
Custo de Operação	(277.312)	(3.904)	(35.374)	(2.543)		**(319.133)**
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(5.817)		(1.313)	(34.512)		**(41.642)**
Lucro Bruto	**404.290**	**9.271**	**76.383**	**15.556**		**505.500**
Receitas/ (Despesas) Operacionais	**(307.606)**	**(2.199)**	**(1.097)**	**135.702**	**(84.830)**	**(260.030)**
Despesas com Vendas	(137.349)			39.836		**(97.513)**
Despesas Gerais e Administrativas	(200.629)	(2.263)	(11.430)	(11.873)	3.528	**(222

CEB LAJEADO S.A. - CEBLajeado

CNPJ nº 03.677.638/0001-50

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Bloco M,
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas,

A Administração da CEB Lajeado S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi de enormes desafios para a maioria das empresas, haja vista a conjuntura econômica e política enfrentada pelo País. Repetindo o cenário do ano passado, as geradoras de energia hidráulica tiveram que conviver novamente com escassez de chuvas e queda acentuada nos níveis dos principais reservatórios do país. Entretanto, a despeito dessas dificuldades, a Empresa alcançou o maior resultado econômico desde a sua criação, fruto de práticas de governança corporativa eficientes, controle obsessivo de custos e de estratégias comerciais adequadas. Tais ações proporcionaram o atingimento das metas delineadas, em um momento de retração do mercado, garantindo, assim, a manutenção da capacidade operacional e a geração de receitas significativas para os acionistas. Além da distribuição integral do resultado de 2016, a CEB Lajeado também promoveu à redução do capital social com a finalidade de restituição aos acionistas e a distribuição de dividendos intercalares, antecipando, assim, o resultado estimado para 2017. Não poderíamos deixar de ressaltar, ainda, nosso compromisso como empresa pública com as pautas da ética, transparência e responsabilidade social e ambiental. Outrossim, temos certeza, inequívoca, de que nada disso seria possível sem o empenho e comprometimento dos nossos empregados e colaboradores que, com talento e inovação, depreenderam esforços significativos para que as metas e os resultados fossem conquistados.

A EMPRESA

A CEB Lajeado S.A., em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco S.A. constituem o denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos celebrados com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir de 16 de dezembro de 1997. A energia elétrica gerada pelo empreendimento é comercializada pelas **Concessionárias**, na proporção da participação de cada uma delas na formação do Consórcio Lajeado, conforme quadro a seguir:

Concessionárias	Quota
Lajeado Energia S.A.	72,27%
CEB Lajeado S.A.	19,80%
Paulista Lajeado Energia S.A.	6,93%
Investco S.A.	1,00%
Total	**100,00%**

Quase todo montante de energia da CEB Lajeado S.A. é comercializado com a CEB Distribuição S.A. por meio de um contrato bilateral de compra e venda de energia com vencimento em 15 de dezembro de 2032, prazo limite de suprimento previsto no contrato de concessão do empreendimento. À vista da questão hídrica vivenciada, esse contrato não mais alcança a totalidade do bloco de energia de titularidade da Empresa, conforme estratégia de *hedge* detalhada no item "Contexto Operacional" deste relatório. Mesmo com a redução no volume de venda anteriormente contratado, a manutenção desse instrumento significa garantia firme de receita até o final da concessão de produção independente da qual a CEB Lajeado S.A. é titular. A receita da Empresa oriunda da venda de energia é complementada pelo rendimento de aplicações financeiras e pelos resultados provenientes da participação acionária na empresa Investco S.A, detentora dos ativos de geração da Usina. Em 2017, a CEB Lajeado S.A. foi responsável pelo suprimento de 9,33% de toda a demanda de energia do Distrito Federal.

CONTEXTO ECONÔMICO

Os indicadores que medem a atividade econômica confirmaram uma recuperação gradual da economia brasileira. Apesar de 2017 ter sido marcado pelo término da recessão após dois anos seguidos de retração, os reflexos da crise econômica ainda foram sentidos de forma intensa pelos brasileiros, com sucessivos cortes de gastos, interrupção de serviços públicos por falta de recursos, aumento de tributos e situação crítica nas contas públicas de alguns estados. O início da recuperação da economia levou a uma reação nos dados do emprego em 2017. Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), nos 11 meses do ano, o saldo de empregos chegou a 299.635 novas vagas, com expansão de 0,78% em relação ao mesmo período de 2016, Outro fato de destaque foi o forte processo de desinflação. A inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou em 2017 em 2,95%, resultado 3,34 pontos percentuais inferior aos 6,29% de 2016. É o menor número desde a taxa de 1998 quando ficou em 1,65%. Com os preços mais baixos e expectativas para uma inflação menor, a taxa básica de juros, a Selic, passou por um ciclo de cortes, chegando ao menor nível histórico. Nas oito reuniões de 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, com queda acumulada de 6,75 pontos percentuais, passando de 13,75% ao ano para 7% ao ano. Em dezembro, o Copom sinalizou que pode haver nova redução da Selic em fevereiro de 2018. Segundo o comitê, a continuidade da redução da taxa depende da evolução da atividade econômica e das expectativas de inflação.

QUESTÃO REGULATÓRIA RELEVANTE

Pleito Sobre Perdas e Custo de Transmissão: A CEB Lajeado S.A. por intermédio do escritório de advocacia Mukai Advogados Associados ajuizou, em desfavor da ANEEL, em 2009, a Ação Ordinária nº 2009.34.00.008120.5, distribuída à 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária do Distrito Federal. Tal iniciativa visa obter, na formação da tarifa homologada naquela Agência, tratamento isonômico às demais empresas do Consórcio Lajeado, por meio da homologação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Suprimento celebrado entre a CEB Lajeado S.A. e a CEB Distribuição S.A.. Por conseguinte, objetiva-se transferir à Distribuidora o ônus do uso da rede básica de transmissão no desempenho do citado Contrato de Suprimento. Nessa ação, é pleiteada, ainda, a retroação dos efeitos à entrada em operação da Usina, ocorrida em 2001. Estima-se que o sucesso na disputa judicial poderá implicar créditos perante CEB Distribuição S.A., com valores superiores a R$ 50,0 milhões. Em 19 de outubro de 2011, o pedido foi julgado improcedente, tendo a CEB Lajeado S.A., em 15 de dezembro de 2011, interposto Recurso de Apelação, a fim de reformar a sentença e declarar nulo o ato que não homologou o referido Termo Aditivo e, consequentemente, compelir a ANEEL a efetuar a homologação do Aditivo. O processo foi distribuído à Quinta Turma do TRF da 1ª Região e aguarda julgamento.

CONTEXTO OPERACIONAL

As variações do preço da liquidação das diferenças (PLD) e do ajuste da garantia física das usinas hidrelétricas em razão do GSF causam aos agentes de geração de energia exposição financeira no Mercado de Curto Prazo. Como consequência, é necessário que os geradores comprem energia "extra", a fim de cumprirem os seus contratos de venda de energia. Para tanto, o agente pode optar por adquirir a energia faltante no mercado "spot" ou aguardar a finalização do processo mensal de contabilização em que as diferenças são liquidadas de acordo com o PLD publicado pela CCEE. Diante desse quadro, a CEB Lajeado promoveu em novembro de 2017 um leilão de compra de energia como forma de reduzir a sua exposição financeira no Mercado de Curto Prazo. A estratégia comercial adotada pela para a Empresa resultou em uma economia de mais de 10% em relação ao PLD que foi adotada pela CCEE no processo de contabilização daquele período. No quesito desempenho da Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, em 2017 a Usina registrou o melhor resultado no indicador que mede a disponibilidade para operação, atingindo 98,9% contra 98,8% em 2016, o que mostra a qualidade no seu programa de operação e manutenção.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A CEB Lajeado S.A., na condição de Empresa estatal do Distrito Federal, tem seu orçamento elaborado em estrita obediência à legislação distrital e, na estrutura orçamentária do Governo do Distrito Federal, a Empresa integra o programa "Energia para o Desenvolvimento". A execução orçamentária da Empresa mostrou-se bem próxima da previsão na maioria de suas ações, atingindo a média de 88,6% de sua realização. No exercício de 2017, a CEB Lajeado S.A. obteve um lucro bruto de R$ 70.479 mil e um lucro líquido de R$ 45.676 mil após o pagamento das Partes Beneficiárias. O Ebitda (Lucro antes das despesas financeiras, do imposto de renda, da contribuição social sobre lucros e das depreciações e amortizações) foi de R$ 72.845 mil, com margem de 42,4%.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

A CEB Lajeado S.A. mantém estreito relacionamento com diversos órgãos, tais como a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; Operador Nacional do Sistema - ONS; Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; Ministério de Minas e Energia - MME; Associações de Classe; Fundações; e Concessionárias em geral, e atua em conformidade com a legislação vigente, na busca de qualidade e transparência nas suas decisões, de forma a contribuir para o melhor desempenho do setor elétrico brasileiro e, consequentemente, garantir maior geração de riqueza para os acionistas da Empresa.

FORÇA DE TRABALHO

A CEB Lajeado S.A., atenta em corresponder às expectativas do Controlador e no intuito de atingir suas metas empresariais, tem procurado focar as relações de trabalho na valorização, no respeito e no desenvolvimento humano e, para isso, conta com uma força de trabalho composta de 7 profissionais. A seguir, detalha-se o quadro de pessoal da Empresa:

Colaboradores	
Quadro próprio	–
Comissionados, sem vínculo efetivo	5
Contratados terceirizados	–
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	2
Estagiários	–
Total geral (Força de trabalho)	**7**

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Diretoria da CEB Lajeado S.A. tem focado suas ações na eficiência empresarial e na valorização dos seus recursos humanos. De forma transparente e com ferramentas que valorizam a liderança, a participação, a motivação e a criatividade, cada servidor contribui de forma sistêmica na solução e no aperfeiçoamento dos processos organizacionais. Em um ambiente saudável e harmonioso, as virtudes profissionais dos servidores são potencializadas, a fim de que esses possam contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos propostos no Plano de Negócio da Empresa. Entre as ações desenvolvidas no exercício de 2017, destacam-se:

- Renovação e licitação de contratos administrativos, de natureza contínua;
- Gerenciamento e fiscalização das receitas investidas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e
- Distribuição total dos resultados de 2016 e de dividendos intercalares de 2017.

PERSPECTIVAS E PLANOS FUTUROS

A CEB Lajeado S.A. dará continuidade às ações em curso e concebidas no seu Plano de Negócio para o período de 2018 a 2022, visando maximizar os seus resultados empresariais. Dentre elas, destacamos:

- Definir estratégias comerciais a partir do bloco de energia descontratado, inclusive considerando a possibilidade de comercializá-lo no ambiente livre;
- Acompanhar o andamento da ação ordinária objeto do Processo nº 2009.34.00.008120.5, impetrada em desfavor da ANEEL, com vistas à obtenção de tratamento idêntico ao dispensado na mesma matéria às demais empresas do Consórcio Lajeado;
- Aperfeiçoar a gestão, disseminando culturas e valores de desenvolvimento humano;
- Manter a busca permanente da qualidade e da transparência nas decisões empresariais;
- Qualificar e aprimorar a força de trabalho; e
- Dar continuidade as tratativas com os sócios do Consórcio para implementação das novas bases do Contrato de Arrendamento propostas pela CEB Lajeado S.A., como forma de adequá-lo às atuais condições de mercado.

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Lajeado S.A. agradece aos seus acionistas, à CEB Distribuição S.A., aos parceiros, fornecedores e instituições financeiras pela confiança que depositaram na Empresa durante o exercício de 2017 e, em especial, aos Conselhos de Administração e Fiscal e aos colaboradores pela dedicação, empenho e compromisso, orientado para o cumprimento dos objetivos empresariais, com vistas à contribuir para tornar a Empresa uma referência de eficácia na geração de resultados para os seus acionistas e para a sociedade do Distrito Federal.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	31/12/2017	01/01/2016 Reapresentado	Reapresentado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	4	5.448	15.733	15.869
Concessionários e permissionários	5	21.615	20.548	34.522
Impostos e contribuições a recuperar	6	9	9	2.973
Caução em garantia CCEE	7	1.488	2	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	8	6.051	8.360	6.051
Serviço em curso P&D	9	–	3.876	3.676
Repactuação do Risco Hidrológico	10	1.214	1.214	–
Outros créditos	11	17	5	–
		35.842	**49.746**	**63.091**
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Concessionários e permissionários	5	16	8.199	–
Tributos Diferidos	6	172	–	147
Títulos a receber - Investco S.A	12	1.138	1.134	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	10	12.444	13.658	16.086
Outros créditos	11	1.128	1.128	1.128
		14.898	**24.119**	**18.498**
Investimentos	13	177.932	184.954	203.422
Imobilizado		98	117	136
Intangível	14	88.304	94.190	100.077
		281.232	**303.380**	**322.133**
Total do Ativo		**317.074**	**353.126**	**385.224**

Passivo	Nota	31/12/2017	01/01/2016 Reapresentado	Reapresentado
Passivo Circulante				
Contas a pagar	15	6.161	6.275	5.458
Salários e encargos sociais	16	221	264	223
Obrigações tributárias	17	17.902	7.327	16.155
Obrigações com acionistas	18	16.155	14.999	17.593
Pesquisa e desenvolvimento	19	2.134	5.129	4.519
Outras obrigações	20	609	554	674
		43.182	**34.548**	**44.622**
Não Circulante				
Obrigações tributárias	17	–	234	–
		–	**234**	–
Patrimônio Líquido	21			
Capital social		112.284	145.656	145.656
Reserva de capital		151.225	151.225	151.225
Reservas de lucros		10.309	35.679	54.246
Ajuste de avaliação patrimonial		74	66	71
Prejuízos Acumulados		–	(14.282)	(10.596)
		273.892	**318.344**	**340.602**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**317.074**	**353.126**	**385.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receita operacional líquida	22	**171.891**	**114.609**
Custo com energia elétrica e operação	23	(105.865)	(81.736)
Lucro operacional bruto		**66.026**	**32.873**
Receitas / (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	24	(2.762)	(2.926)
Amortização de ágio		(5.887)	(5.887)
Resultado de equivalência patrimonial		9.562	19.079
		913	**10.266**
Resultado antes do resultado financeiro		**66.939**	**43.139**
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		4.139	5.234
Despesas financeiras		(599)	(4.945)
		3.540	**289**
Resultado antes dos tributos e participações		**70.479**	**43.428**
Imposto de renda e contribuição social	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(20.136)	(8.154)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		407	(381)
		(19.729)	**(8.535)**
Partes beneficiárias		(5.074)	(3.489)
Lucro líquido do exercício		**45.676**	**31.404**
Lucro básico e diluído por ação		**0,3338**	**0,2295**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Lucro Líquido do Período	**45.676**	**31.404**
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes - Coligadas	8	(5)
Resultado Abrangente Total	**45.684**	**31.399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

Atividades operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Entradas:		
Recebimento pela venda de energia elétrica	157.181	130.994
Recebimento de juros sobre aplicação financeira	1.444	1.099
Liberação de garantia - CCEE	5.903	7.583
Recebimento de Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	18.065	34.246
Outras	37	4
	182.631	**173.926**
Pagamento de arrendamento	(39.376)	(58.986)
Energia elétrica comprada para revenda	(8.925)	(16.712)
Custo uso do sistema de transmissão	(12.753)	(11.778)
Fornecedores de materiais e serviços	(334)	(389)
Salários, remuneração e encargos	(2.227)	(2.264)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos hídricos	(2.538)	(3.814)
Doações, contribuições e subvenções	(133)	(131)
Pagamento de despesas financeira	(28)	–
Pagamento de impostos	(19.420)	(21.015)
Constituição de garantia - CCEE	(13.559)	–
Encargos setoriais	(1.481)	(1.144)
Outros	(333)	(340)
	(101.107)	**(116.573)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**81.524**	**57.353**
Atividades de financiamentos		
Saídas:		
Pagamento de dividendos	(54.516)	(50.555)
Pagametno de Partes Beneficiárias	(3.920)	(6.934)
Redução de Capital - Acionistas ON e PN	(33.372)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(91.809)**	**(57.489)**
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(10.285)**	**(136)**
Saldo de caixa no início do período	15.733	15.869
Saldo de caixa no final do período	5.448	15.733
	(10.285)	**(136)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros: Reserva especial de dividendos obrigatórios não distribuídos	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**145.656**	**151.225**	**16.147**	**27.694**	**10.963**	**71**	**–**	**351.756**
Ajuste de Exercícios Anteriores - Efeito no Resultado							(11.154)	**(11.154)**
Ajuste de Exercícios Anteriores - Efeito sobre Reserva Legal	–	–	(558)	–	–	–	558	–
Saldos em 01 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	**145.656**	**151.225**	**15.589**	**27.694**	**10.963**	**71**	**(10.596)**	**340.602**
Operações com acionistas:								
Dividendos pagos no exercício	–	–	–	–	(10.963)	–	–	**(10.963)**
Dividendos Adicionais Declarados	–	–	–	(27.694)	–	–	–	**(27.694)**
Dividendos Adicionais Propostos do Exercício	–	–	–	18.518	–	–	(18.518)	–
Juros sobre Capital Próprio Creditados	–	–	–	–	–	–	(15.000)	**(15.000)**
Resultado Abrangente Total:	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	31.404	**31.404**
Outros Resultados Abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	–	–	–	–	–	(5)	–	**(5)**
Movimetações Internas	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição de Reserva Legal	–	–	1.572	–	–	–	(1.572)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	**145.656**	**151.225**	**17.161**	**18.518**	**–**	**66**	**(14.282)**	**318.344**
Saldos em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	**145.656**	**151.225**	**17.161**	**18.518**	**–**	**66**	**(14.282)**	**318.344**
Operações com acionistas:								
Dividendos Pagos no Exercício	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos Pagos Declarados	–	–	–	(18.518)	–	–	–	**(18.518)**
Dividendos Intercalares 2017	–	–	–	–	–	–	(23.246)	**(23.246)**
Dividendos Adicionais Proposto no Exercício	–	–	–	5.145	–	–	(5.145)	–
Juros sobre Capital Próprio Creditados	–	–	–	–	–	–	(15.000)	**(15.000)**
Redução de Capital	(33.372)	–	–	–	–	–	–	**(33.372)**
Resultado Abrangente Total:								
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	45.676	**45.676**
Outros Resultados Abrangentes:								
Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes - Coligadas	–	–	–	–	–	8	–	**8**
Movimentações Internas:								
Constituição de Reserva Legal	–	–	2.285	–	–	–	(2.285)	–
Compensação de Prejuízos Acumulados	–	–	(14.282)	–	–	–	14.282	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**112.284**	**151.225**	**5.164**	**5.145**	**–**	**74**	**–**	**273.892**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

		31/12/2017		31/12/2016 Reapresentado	
1	**Receitas**	**31/12/2017**		**Reapresentado**	
	Venda de Energia Elétrica	**195.487**		**132.082**	
		195.487		132.082	
2	**Insumos adquiridos de terceiros**				
	Serviços de terceiros	1.195		1.217	
	Material	-		3	
	Operações com energia elétrica (CCEE)	58.882		15.062	
	Repactuação do risco hidrológico	-		-	
	Custo de uso da rede de transmissão	11.591		10.790	
	Comp. Financ. pela Utilização dos Recursos hídricos	2.606		3.686	
	Outros custos operacionais	1.301		1.219	
		75.575		**31.977**	
3	**Valor adicionado bruto (1-2)**	**119.912**		**100.105**	
4	**Retenções**				
	Depreciação	19		19	
	Amortização	5.887		5.887	
		5.906		**5.906**	
5	**Valor adicionado líquido produzido (3-4)**	**114.006**		**94.199**	
6	**Valor adicionado recebido em transferência**				
	Equivalência patrimonial	9.562		19.079	
	Receitas financeiras	4.139		5.234	
		13.701		**24.313**	
7	**Valor adicionado total a distribuir (5+6)**	**127.707**		**118.512**	
			%		**%**
	Pessoal e encargos	1.486	1,2%	1.630	1,4%
	Impostos, taxas e contribuições	40.852	32,0%	22.452	18,9%
	Arrendamento, alugueis e juros	34.619	27,1%	59.537	50,2%
	Remuneração de capitais próprios	43.321	33,9%	18.489	15,6%
	Retenção de lucros	7.429	5,8%	16.404	13,8%
8	**Valor adicionado total distribuído**	**127.707**	**100,0%**	**118.512**	**100,0%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (31/12/2016 - Reapresentadas)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objetivo social: A CEB LAJEADO S.A. ("CEBLajeado" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, controlada pela *holding* Companhia Energética de Brasília - CEB e é uma coligada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS. Foi constituída em 22 de fevereiro de 2000, e autorizada a funcionar pela Lei Distrital nº 2.515, de 31 de dezembro de 1999. Essa lei foi alterada pela Lei nº 3.737, de 13 de janeiro de 2006, para autorizar a sua reestruturação societária. Sua sede social está localizada na cidade de Brasília–DF no endereço SIA - Área de Serviços Públicos Lote "C" Bloco "M". A CEBLajeado tem por objetivo a geração e comercialização de energia produzida pelo Aproveitamento Hidroelétrico Lajeado, praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo participar da sociedade Investco S.A. ("Investco"), como meio para realizar o seu objeto social, na condição de acionista. **1.2. Participação societária:** A CEBLajeado e as empresas Lajeado Energia S.A. ("Lajeado Energia") e Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado Energia") são titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital votante e 85,31% (oitenta e cinco vírgula trinta e um por cento) do capital social da Investco, uma sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída para administrar a UHE Luís Eduardo Magalhães, com sede na cidade de Miracema, no estado do Tocantins, e endereço na rodovia TO Miracema, Km 23, s/nº, inscrita no CNPJ sob nº 00.644.907/0001-93, onde é gerada a energia comercializada pela Companhia. **1.3. Concessão:** A CEBLajeado, em conjunto com a Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e a Investco, são parte do consórcio denominado "Consórcio Lajeado", cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão n.º 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997 (término em 15 de dezembro de 2032). A concessão da UHE Luís Eduardo Magalhães é compartilhada da seguinte forma:

	Quota
Lajeado Energia	72,27%
CEBLajeado	19,80%
Paulista Lajeado	6,93%
Investco	1,00%
Total	**100,00%**

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina, porém, esses ativos são arrendados somente aos sócios ordinários e de acordo com percentual de participação de cada um no contrato de concessão, conforme instrumento particular do contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001. Dessa forma, a energia gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é de propriedade das arrendatárias e não há relação de compra e venda de energia entre a Investco e a CEBLajeado. A UHE Luís Eduardo Magalhães encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, tendo energia assegurada 823,3 MW. Da potência instalada e energia assegurada, as Concessionárias deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano, respectivamente, até o prazo final deste contrato, para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do Risco Hidrológico, estabelecida por meio da Lei 13.203/2015 e regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, que transferiu parte deste risco para os consumidores finais envolvendo os contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, como o da CEBLajeado, mediante o pagamento de um prêmio de risco. O produto escolhido pela Companhia foi o SP92, que garante uma proteção para déficits de geração de energia do Mercado de Curto Prazo superior a 8%, sendo que para déficits até este nível a CEBLajeado possui a responsabilidade de ressarcir os agentes de mercado. A Companhia tem em vigor um contrato de compra e venda de energia com a CEB Distribuição, firmado em 27 de novembro de 2001 e posteriormente prorrogado até o prazo limite da concessão da CEBLajeado (15 de dezembro de 2032). Em 2017 o volume contratado de energia foi de 823.822,53 MWh/ano, valor que deverá se repetir até o final da concessão. Todavia, este volume é 7,4% inferior ao montante inicial contratado, que era de 884.758,2 MWh/ano. A adoção dessa medida teve como objetivo reduzir a exposição da CEBLajeado no Mercado de Curto Prazo, e, caso houvesse excedente de energia, realizar a sua venda pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD ou por meio de um contrato bilateral no ambiente livre. Em 03 de maio de 2017, o MME publicou a Portaria nº.178 aprovando a revisão ordinária da garantia física de energia das usinas hidrelétricas. Para a CEBLajeado a redução foi de 4,08%, passando de 104,26 MW médios para 100,01 MW médios em 2018. Essa Portaria é resultado das análises do Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria MME nº 681, de 30 de dezembro de 2014, que, durante os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, realizou diversas reuniões técnicas com os agentes setoriais e duas consultas públicas, nas quais foram recebidas sugestões de aperfeiçoamento ao trabalho desenvolvido. No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2017, a UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) produziu 297,1 MW médios, ou seja, 56,07% da sua garantia física. Apesar de ter alcançado um índice de disponibilidade de 98,9%, a Usina teve o seu despacho contido pelo ONS em razão do baixo volume de agua do reservatório que ela opera. **1.4. Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** A Companhia é obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional após dedução do PIS e da COFINS em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. REAPRESENTAÇÃO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

De acordo com o CPC 39, as Ações Preferenciais de classes "A", "B", e "C" da coligada Investco são registradas como Empréstimos e financiamentos e os juros e dividendos dessas respectivas ações devem ser reconhecidos como despesa financeira na Demonstração do Resultado. A Lei nº 12.973/14, em seu artigo 9º, modificou o §3º do artigo 10º da Lei nº 9.249/95, estabelecendo que não são dedutíveis na apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, os lucros e dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação prevista no artigo 15º da Lei nº 6.404/76, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial. No exercício de 2017, a coligada Investco ajustou os impactos fiscais decorrentes da dedução indevida dos juros sobre as Ações Preferenciais nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor do Ajuste na coligada Investco foi de R$ 83.523 mil e o impacto na CEBLajeado foi de R$ 16.704 mil, o que representa 20% do percentual de participação societária no capital social da coligada. Conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação de erros requer a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com o período atual, como se estivessem corretos a partir do início do período mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Lucros ou Prejuízos acumulados. Os impactos na Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo: **2.1. Balanço Patrimonial: 2.1.1. Balanço Patrimonial em 01 de janeiro de 2016:**

Ativo	01/01/2016 Divulgado	Ajustes: Equivalência Patrimonial	Ajustes: Partes Beneficiárias	Ajustes: Reservas de Lucros	01/01/2016 Reapresentado
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	15.869	–	–	–	15.869
Concessionários e permissionários	34.522	–	–	–	34.522
Impostos e contribuições a recuperar	2.973	–	–	–	2.973
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	6.051	–	–	–	6.051
Serviço em curso P&D	3.676	–	–	–	3.676
	63.091	–	–	–	**63.091**
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Tributos diferidos	147	–	–	–	147
Títulos a receber - Investco S.A	1.137	–	–	–	1.137
Repactuação do Risco Hidrológico	16.086	–	–	–	16.086
Outros créditos	1.128	–	–	–	1.128
	18.498	–	–	–	**18.498**
Investimentos	215.817	(12.395)	–	–	203.422
Imobilizado	136	–	–	–	136
Intangível	100.077	–	–	–	100.077
	334.528	**(12.395)**	–	–	**322.133**
Total do Ativo	**397.619**	**(12.395)**	–	–	**385.224**

Passivo	01/01/2016 Divulgado	Ajustes: Equivalência Patrimonial	Ajustes: Partes Beneficiárias	Ajustes: Reservas de Lucros	01/01/2016 Reapresentado
Circulante					
Contas a pagar	5.458	–	–	–	5.458
Salários e encargos sociais	223	–	–	–	223
Obrigações tributárias	16.155	–	–	–	16.155
Obrigações com acionistas	18.834		(1.241)	–	17.593
Pesquisa e desenvolvimento	4.519	–	–	–	4.519
Outras obrigações	674	–	–	–	674
	45.863	–	–	–	**44.622**
Patrimônio Líquido		–	–	–	
Capital social	145.656	–	–	–	145.656
Reserva de capital	151.225	–	–	–	151.225
Reservas de lucros	54.804	–	–	(558)	54.246
Ajuste de avaliação patrimonial	71	–	–	–	71
Prejuízos Acumulados	–	(12.395)	1.241	558	(10.596)
	351.756	**(12.395)**	**1.241**	–	**340.602**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**397.619**	**(12.395)**	**1.241**	–	**385.224**

2.1.2 - Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016:

| Ativo | 31/12/2016 Divulgado | Ajustes: Equivalência Patrimonial | Ajustes: Partes Beneficiárias | Ajustes: Reservas de Lucros | 31/12/2016 Reapresentado |
|---|---|---

rias e permissionários: O valor incluso nesta conta representa a venda de energia proveniente do contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota explicativa 5). **3.9. Investimentos em coligadas:** As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade. Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O investimento da Companhia está líquido de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. **3.10. Intangível:** É constituído pelo valor do ágio obtido na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, deduzido da amortização acumulada, calculada até a data do período final de sua utilização, ou seja, até o final do prazo de concessão (Nota explicativa 13). **3.11. Redução ao valor recuperável de ativos:** O saldo de investimentos e intangível (*goodwill*) são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos. Baseado na conclusão dos estudos realizados pela Companhia para este fim, não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. **3.12. Passivos financeiros:** A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Contas a pagar (Nota explicativa 15) e Obrigações com acionistas (Nota explicativa 18). **3.13. Contas a pagar:** O valor do saldo de contas a pagar é composto basicamente pelo Arrendamento a pagar à Investco pelo uso do seu imobilizado na geração de energia comercializada pela CEBLajeado e pelo Custo do Uso do Sistema de Transmissão - CUST. As obrigações estão sendo apresentadas pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data dessas demonstrações financeiras (Nota explicativa 15). **3.14. Obrigações tributárias:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social sobre lucros são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias, que se tornarão dedutíveis quando realizadas, são constituídos créditos tributários diferidos, que estão sendo apresentados na conta de tributos diferidos no ativo. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou quando é feita fiscalmente a compensação com impostos a pagar. **3.15. Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado e ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio, originalmente, são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas. Entretanto, para fins de preparação destas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como distribuição de lucros e não transitam pelo resultado, recebendo o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é contabilizado a débito no patrimônio líquido quando de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação. **3.16. Participações estatutárias:** Alienação de partes beneficiárias, títulos sem valor nominal, estabelecido pelo Estatuto Social com base no art. 46 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07. Consiste em participação nos lucros anuais de no máximo 10%. O art. 190 da Lei nº 6.404/76, e as alterações citadas acima definem o lucro sobre o qual se aplica o percentual. O prazo de vigência das partes beneficiárias será até o ano de 2032, quando então a reserva de capital deverá ser convertida em ações preferenciais, de modo que represente 5,084% do capital social na ocasião. **3.17. Demais ativos e passivos:** Os outros ativos e passivos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **3.18. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (Nota explicativa 21.1). **(i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, livre de quaisquer efeitos tributários. **(ii) Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. **3.19. Reserva legal:** Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota explicativa 21.4.1). **3.20. Reserva de capital:** Constituída pelo valor da alienação das partes beneficiárias, foi classificada de acordo com a alínea "a" do § 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota explicativa 21.2). **3.21. Reconhecimento da receita:** A receita operacional é reconhecida quando existem as seguintes evidências convincentes: • de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; • de ser provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; • de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e • de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de comercialização de energia é registrada com base no contrato bilateral firmado com o agente de mercado CEB Distribuição e devidamente registrado na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **3.22. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas: IFRS 9:** Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); **IFRS 15:** Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); e **IFRS 16:** Arrendamentos - introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **3.23. Aprovação das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa rotativo	1	1
Banco de Brasília - BRB	–	–
Banco Itaú	3	3
Banco Bradesco	–	
Banco de Brasília - BRB - aplicação financeira	5.444	15.729
Total	**5.448**	**15.733**

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados em instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

	31/12/2017	31/12/2016
CEB Distribuição S.A (a)	21.520	27.783
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	111	964
Total	**21.631**	**28.747**
Circulante	**21.615**	**20.548**
Não circulante	**16**	**8.199**

a) O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem nos dias 3, 13 e 23 do mês posterior ao da venda de energia. O saldo de R$21.520 mil é composto por: i) R$12.811 mil referentes ao faturamento de dezembro a vencer em janeiro de 2018; ii) R$487 mil referentes a encargos financeiros resultantes de pagamento em atraso por parte da CEB Distribuições nos meses de outubro e novembro de 2017. Este saldo foi liquidado em janeiro de 2018 e iii) R$8.222 mil referentes aos saldos em aberto de períodos anteriores (2014/2015) não liquidados pela CEB Distribuição tempestivamente, incluindo correção monetária, multa e juros estabelecidos contratualmente, que foram renegociados pelas Companhias em 20 de dezembro de 2016, obedecendo as seguintes condições: • Prazo de pagamento em 24 parcelas mensais e consecutivas, restando, em 31 de dezembro de 2017, 12 parcelas a serem pagas; • Vencimento, sempre no último dia útil de cada mês; • Taxa de juros efetiva de 1% a.m. (0,9489%), calculado *pro rata die*, além de correção monetária pelo IGP-M.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Referem-se a tributos compensáveis futuramente, atualizados até a data do balanço, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF e CSLL diferido	172	–
IRPJ e CSLL por estimativa	–	–
Outros impostos	9	9
Total	**181**	**9**
Circulante	**9**	**9**
Não circulante	**172**	–

O valor de R$172 mil em tributos diferidos foi apurado com base no montante de adições temporárias de despesas reconhecidas por estimativa em 31 de dezembro de 2017, sendo as mesmas dedutíveis para fins de apuração do IR e CS.

7. CAUÇÃO EM GARANTIA - CCEE

O saldo de R$1.488 mil em 31 de dezembro de 2017 representa a garantia financeira depositada pela Companhia em conta bancária específica determinada pela CCEE para realização da liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo. Esse montante permanece aplicado, com remuneração atrelada ao CDI, até que a Companhia liquide a compra de energia no referido Mercado.

8. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

A movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio com a investida Investco durante o ano de 2017 foi:

	31/12/2016	Adições	Recebimentos	31/12/2017
Dividendos adicionais ações ordinárias	–	9.589	(9.589)	–
Dividendos adicionais ações preferenciais	–	117	(117)	–
Juros sobre capital próprio ações ordinárias - 2016	8.212	–	(8.212)	–
Juros sobre capital próprio ações preferenciais - 2016	148	–	(148)	–
Juros sobre capital próprio ações ordinárias - 2017	–	5.936	–	5.936
Juros sobre capital próprio ações preferenciais - 2017	–	115	–	115
Totais	**8.360**	**15.757**	**(18.066)**	**6.051**

a) Em 19 de abril de 2017 a coligada informou o crédito de dividendos adicionais propostos que foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária juntamente com as demonstrações financeiras da Investco do ano de 2016, composto da seguinte forma: i) R$117 mil das ações preferenciais classe "A"; e ii) R$9.589 mil das ações ordinárias. Esse montante foi recebido pela Companhia no segundo semestre de 2017. b) Durante o primeiro semestre de 2017 a Companhia recebeu o montante de R$8.360 mil de juros sobre capital próprio que foram declarados pela Coligada Investco, sendo que: i) R$8.212 mil de juros sobre capital próprio proposto no exercício de 2016 sobre as ações ordinárias; e ii) R$148 mil das ações preferenciais classe "A". c) Adicionalmente, no mês de dezembro de 2017, a coligada informou a distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R$6.051 mil, líquido do IRRF. Desse crédito, R$5.936 mil são referentes às ações ordinárias e R$115 mil das ações preferenciais.

9. SERVIÇO EM CURSO - P&D

Em 2017 a Companhia baixou a totalidade do seu ativo relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento em contrapartida à obrigação de mesma natureza, referente a projetos já encerrados e com o relatório de auditoria emitido, conforme prevê Resolução Normativa da Aneel nº 504/2012. Os projetos de P&D são executados conjuntamente com a coligada Investco, que é a empresa responsável perante à ANEEL por esses projetos. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita Operacional Líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando, mensalmente, por competência, o valor da obrigação no passivo que em 31 de dezembro de 2017 totalizava R$2.134 mil (R$5.129 mil - 31/12/2016), atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC. O programa de P&D está regulamentado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012 e alterada pela Resolução Normativa nº 504/2012.

10. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

O saldo de R$13.658 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$14.872 mil - 31/12/2016), constituído por R$1.214 mil no ativo circulante e R$12.444 mil no ativo não circulante, é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que regulamentou a Lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, para compensação do prêmio de seguro a pagar pelos agentes de mercado em função da repactuação do risco hidrológico. Esse saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL, sendo que a CEBLajeado deixará de pagar o encargo do seguro até 1º de abril de 2029. O crédito apurado está sendo amortizado linearmente até esta data. No exercício de 2017, a Companhia amortizou o valor de R$1.214 mil (Nota explicativa 23).

11. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos judiciais	1.128	1.128
Adiantamento a empregado/diretor	17	4
Total	**1.145**	**1.132**
Circulante	**17**	**4**
Não circulante	**1.128**	**1.128**

12. TÍTULOS A RECEBER - INVESTCO S.A.

O saldo de R$1.138 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$1.134 mil - 31/12/2016) corresponde ao dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor das ações preferenciais classes "A" e "B" de emissão da coligada Investco, trazidos a valor presente na data do balanço, conforme regulamentado pelo artigo 8º do Estatuto Social da Investco. Pelo fato de constituir um ativo estatutário da CEBLajeado oriundo de sua participação na Investco, essas **ações, inconversíveis em ordinárias e** sem direito a voto nas Assembleias Gerais, foram classificadas como um instrumento financeiro recebível conforme determina o parágrafo 19 da NBC TG39 (R1). A estimativa de valor justo desse ativo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos anuais até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente a uma taxa de desconto de 8,70% a.a., conforme quadro a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos a receber - Investco	2.460	2.460
(-). Ajuste a valor presente	(1.322)	(1.326)
Saldo líquido	**1.138**	**1.134**

13. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES

A CEBLajeado possui participação de 20% nas ações ordinárias na empresa Investco S.A. (somado a participação nas ações preferenciais o total é de 16,98%) e, consequentemente, tem o direito de indicação de um Conselheiro e um Diretor, sendo, portanto, classificada como coligada pela influência que exerce sobre a investida. Nessas condições, considerando ser um investimento relevante, este é avaliado pelo método de equivalência patrimonial proporcional a participação da CEBLajeado no Patrimônio líquido da Investco, apurado em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016. Além da participação nas ações ordinárias, a Companhia participa em 20% das Ações preferenciais classe "R", 20% das ações preferenciais classe "B" e 6,02% das ações preferenciais classe "A". O capital social da Investco é de R$804.459 mil, totalmente subscrito e dividido em 786.406.270 ações nominativas sem valor nominal. A segregação das ações por classe e a respectiva participação da CEBLajeado podem ser assim demonstradas:

	Quant. Ações Investco	% CEBLajeado	Quant. Ações CEBLajeado
Ações ordinárias	402.202	20,00%	80.440
Ações preferenciais classe "R"	255.560	20,00%	51.112
Ações preferenciais classe "C"	107.199	0,00%	–
Ações preferenciais classe "B"	5.156	20,00%	1.031
Ações preferenciais classe "A"	16.289	6,02%	980
Total	**786.406**	**16,98%**	**133.563**

Cada ação ordinária detida pela CEBLajeado lhe assegura o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais, conforme já mencionado anteriormente, são inconversíveis em ações ordinárias e não terão direito a voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais gozam dos seguintes direitos: • Ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% (um por cento) sobre o valor da sua respectiva participação no capital social; • Ações preferenciais classe "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social; • Ações preferenciais classe "B": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social; • Ações preferenciais classe "A": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% (três por cento) sobre o valor de sua respectiva participação no capital social, sem prejuízo do disposto no artigo 9º do Estatuto da Companhia; e • Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade e, depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar. As ações preferenciais de classes "A" e "B" detidas pelas CEBLajeado são consideradas ativos financeiros e, consequentemente, não são reconhecidas como investimentos, sendo registradas no ativo na rubrica de "Títulos a receber - Investco S.A." (Nota explicativa 12). Os principais números da Investco em 31 de dezembro de 2017 e dezembro de 2016 são:

Balanço Patrimonial	**31/12/2017**	**31/12/2016 Reapresentado**
Total ativo circulante	64.528	64.879
Ativo não circulante	1.142.436	1.185.016
Realizável a longo prazo	1.300	1.373
Imobilizado	1.126.517	1.166.383
Intangível	14.619	17.260
Total Ativo	**1.206.964**	**1.249.895**
Total passivo	317.308	325.129
Patrimônio líquido	841.844	829.367
Resultado do período	47.812	95.399
Total Passivo + Patrimônio	**1.206.964**	**1.249.895**

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seu investimento na Investco, bem como do ágio relacionado a este ativo (Nota explicativa 14) em 31 de dezembro de 2017. A CEBLajeado faz anualmente uma avaliação do valor do investimento com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*. A Demonstração do Resultado da Investco para o exercício de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

Demonstração do Resultado	**31/12/2017**	**31/12/2016 Reapresentado**
Receita liquida	176.791	278.750
(-) Custo de operação	(69.293)	(60.218)
(=) Lucro bruto	**107.498**	**218.532**
(+/-) Despesas e receitas operacionais	(13.390)	(15.050)
(+/-) Resultado financeiro liquido	(32.569)	(63.687)
(=) Resultado antes dos tributos	**61.539**	**139.795**
(+/-) IR e CS correntes e diferidos	(13.727)	(44.396)
Lucro Liquido	**47.812**	**95.399**

Como titular exclusiva dos ativos que compõem a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), a Investco S.A.. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. A empresa tem contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta. A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da usina, na condição de "Produtor Independente", na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão. O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o período, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente,e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte. O quadro a seguir apresenta o valor anual do arrendamento nos últimos 3 anos:

Arrendamento	**2016**	**2017**	**2018**
Total	300.780	187.436	152.184
CEBLajeado (cota)	60.156	37.476	30.432

Além da redução no valor do arrendamento, o lucro líquida da Investco foi afetada também pela distribuição de dividendos aos acionistas detentores das ações preferenciais A, B e C que são classificadas como despesa financeira. Enquanto em 2016 foram distribuídos R$52.143 mil em 2017 esse valor foi de R$19.980 mil. Em consequência desses acontecimentos, tanto a CEBLajeado como os demais acionistas detentores das ações ordinárias, foram afetados pela queda no valor da equivalência patrimonial, conforme demonstrado pela movimentação do investimento da Investco no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 - Reapresentado	**203.422**
Equivalência patrimonial	19.079
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(37.542)
Outros resultados abrangentes	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - Reapresentado	**184.954**
Equivalência patrimonial	9.562
Dividendos recebidos de ações ordinárias	(9.589)
JSCP creditados de ações ordinárias	(7.003)
Outros resultados abrangentes	8
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**177.932**

As demonstrações financeiras anuais da Investco referente ao exercício de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram opinião sem ressalva datada em 22 de fevereiro de 2018.

14. INTANGÍVEL

Refere-se ao ágio gerado na operação de reestruturação societária ocorrida na Companhia nos anos de 2005 e 2006, quando foram adquiridos da Eletrobrás 46.890.423 ações preferenciais classe "R" da Investco, representativas de 7,50% do capital total da investida. O valor negociado foi de R$213.452 mil, pagos à Eletrobrás da seguinte forma: • 54.835.800 ações preferenciais da própria CEBLajeado, emitidas ao preço de R$1,134788 por ação, totalizando R$62.227 mil, representando 40,07% do capital social da Companhia; e • 10.000 (dez mil) partes beneficiárias ao valor de R$151.225 mil, registrado como reserva de capital na CEBLajeado, que assegurarão à Eletrobrás uma participação de 10% nos lucros da Companhia e deverão ser conversíveis em ações preferenciais em 31 de outubro de 2032. Dessa forma, do montante pago pelas ações de R$213.452 mil, R$54.506 mil representavam o valor patrimonial das ações na Investco em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida e, consequentemente, reconhecidos como investimento na CEBLajeado. Classificado como intangível, a diferença entre o valor pago e o valor patrimonial resultou em um ágio de R$158.946 mil, que, a partir de janeiro de 2006, está sendo amortizado anualmente em R$5.887 mil, com prazo final em dezembro de 2032, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ágio	158.946	158.946	158.946
Amortização	(5.887)	(5.887)	(5.887)
Saldo líquido	88.304	94.190	100.077
Amortização acumulada	(70.642)	(64.756)	(58.869)

15 - CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimáveis até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável.

	31/12/2017	31/12/2016
Energia comprada - CCEE **15.1**	1.783	–
Arrendamento - Investco S.A. **15.2**	3.124	5.013
Encargos de uso do sistema de transmissão **15.3**	1.246	1.251
Fornecedores de serviços	9	11
Total	**6.161**	**6.275**

15.1. Energia comprada - CCEE: A provisão de R$1.783 mil refere-se à: i) apuração da CCEE do déficit de energia no Mercado de Curto Prazo de novembro de 2017 no montante de R$1.275 mil, a ser liquidado em janeiro de 2018; e ii) estimativa de liquidação da Companhia para o mês de dezembro de 2017 no valor de R$508 mil. **15.2. Arrendamento - Investco S.A.:** Refere-se ao arrendamento a pagar à Investco pela utilização do seu ativo imobilizado para geração de energia comercializada pela CEBLajeado, conforme mencionado na Nota explicativa 1.3. **15.3. Encargos de uso do sistema de transmissão:** Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias	62	102
Tributos sobre a folha	52	65
Consignações em favor de terceiros	33	24
Pessoal cedido CEB D	74	73
Total	**221**	**264**

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL a pagar	14.519	3.970
IRRF sobre juros sobre capital próprio	2.250	2.250
IRPJ e CSLL diferidos	–	234
PIS a recolher	200	235
COFINS a recolher	930	1.089
Outros tributos a recolher	3	17
Total	**17.902**	**7.561**
Circulante	**17.902**	**7.327**
Não circulante	–	**234**

18. OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS

A distribuição financeira realizada pela CEBLajeado aos seus acionistas durante o exercício de 2017 está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2016 Reapresentado	Adições	Pagamentos	31/12/2017
Companhia Energética de Brasília - CEB				
Juros sobre Capital Próprio - 2016 (a)	7.130	–	(7.130)	–
Dividendos Adicionais Exercício 2016 (b)	–	10.356	(10.356)	–
Dividendos Intercalares 2017 (c)	–	13.000	(13.000)	–
Redução de Capital (e)	–	20.000	(20.000)	–
Juros sobre Capital Próprio - 2017 (f)	–	7.130	–	7.130
Subtotal	**7.130**	**50.486**	**(50.486)**	**7.130**
Eletrobrás				
Juros sobre Capital Próprio - 2016 (a)	5.620	–	(5.620)	–
Dividendos Adicionais Exercício 2016 (b)	–	8.162	(8.162)	–
Dividendos Intercalares 2017 (c)	–	10.247	(10.247)	–
Partes Beneficiárias (d)	3.920	5.075	(3.920)	5.075
Partes Beneficiárias (ajuste exercícios anteriores) (d)	(1.671)	–	–	(1.671)
Redução de Capital (e)	–	13.372	(13.372)	–
Juros sobre Capital Próprio - 2017 (f)	–	5.620	–	5.620
Subtotal	**7.869**	**42.476**	**(41.321)**	**9.024**
Total	**14.999**	**92.962**	**(91.809)**	**16.155**

a) Juros sobre Capital Próprio - 2016: Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2017, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. A Companhia liquidou toda a obrigação durante o exercício 2017. **b) Dividendos adicionais exercício 2016:** Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia aprovou por meio de assembleia geral ordinária suas demonstrações financeiras e deliberou sobre a destinação de dividendos adicionais que estavam registrados em conta específica do patrimônio líquido e que neste ato foram transferidos para o passivo, cujo montante totalizou R$ 18.518 mil. Desse total, R$10.356 mil foram destinados ao acionista controlador CEB Holding e R$8.162 mil a Eletrobrás, integralmente liquidados em 2017. **c) Dividendos intercalares:** Conforme previsão em seu estatuto social, a Administração da Companhia apurou os seus resultados acumulados até 30 de junho de 2017 e realizou o pagamento de dividendos intercalares no montante de R$23.246 mil, sendo R$13.000 mil para a CEB Holding e R$10.246 mil para a Eletrobrás. **d) Partes beneficiárias:** As partes beneficiárias conferem ao seu titular direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro líquido do exercício apurado, observando-se o disposto na Lei 6.404/76 e será devida e paga na mesma data em que forem devidos e pagos os dividendos anuais ou juros sobre o capital próprio atribuídos aos acionistas da Companhia. No primeiro trimestre de 2017, a Companhia realizou a quitação do valor devido a Eletrobrás referente ao saldo de partes beneficiárias do exercício de 2016, cujo montante totalizou R$3.920 mil. Em 2017 o valor das partes beneficiárias foi calculado com base no resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL, e resultou em uma provisão no montante de R$5.075 mil. Entretanto devido ao ajuste de exercícios anteriores realizado pela coligada Investco no valor R$83.523 mil, a CEBLajeado foi impactada por este ajuste e com isto teve que realizar a reapresentação de suas demonstrações de exercícios anteriores, o que gerou um reconhecimento na rubrica de partes beneficiárias de R$1.671 mil. Por consequência destes eventos, foi reduzido o valor provisionado em favor da Eletrobrás. **e) Redução de capital:** Em 18 de maio de 2017, a Diretoria da Companhia, em reunião do conselho de administração, ata nº 136ª, decidiu pela redução do capital social de R$145.656 mil para R$112.284 mil, totalizando uma redução de R$33.372 mil. O assunto foi apreciado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2017 com aprovação deste colegiado. A CEBLajeado recebeu a anuência da ANEEL para efetivação da operação em 26 de setembro de 2017. O repasse para os acionistas ocorreu nos meses de setembro e dezembro de 2017, sendo de R$20.000 mil para a CEB e R$13.372 para a Eletrobras. **f) Juros sobre capital próprio 2017:** Os juros sobre o capital próprio - JSCP foram calculados conforme o art. 9º da Lei 9.249/95, considerando a TJLP sobre o patrimônio líquido de 2017, limitado a 50% do lucro líquido do exercício apurado antes da dedução desses juros, após a dedução da CSLL. No dia 08 de dezembro de 2017 a Diretoria decidiu por meio da Ata nº 177ª, aprovar o pagamento de R$15.000 mil de juros sobre capital próprio aos seus acionistas de classes ON e PN, sendo de R$7.130 mil para a CEB Holding e de R$5.620 mil para a Eletrobras, já líquidos do imposto de renda retido que foi de R$2.250 mil.

19. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	31/12/2017	31/12/2016
Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	142	81
Ministério das Minas e Energia	71	40
Recursos em poder da empresa	1.921	5.008
Total	**2.134**	**5.129**

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de fiscalização ANEEL	39	38
Compensação financeira utilização recursos hídricos	570	503
Outros credores	–	13
Total	**609**	**554**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social: O capital social da CEBLajeado é de R$112.284 mil em 31 de dezembro de 2017 (R$145.656 mil em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, representado por 136.850.013 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 82.013.911 ações ordinárias e 54.836.102 ações preferenciais, divididas da seguinte forma:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total de ações	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
CEB Holding	82.013.911	100	–	–	82.013.911	59,93
Eletrobrás	–	–	54.835.800	100	54.835.800	40,07
Amadeu Zamboni	–	–	300	–	300	–
Sérgio Feijão	–	–	2	–	2	–
Total	**82

CEB GERAÇÃO S.A.

CNPJ nº 04.232.314/0001-70

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Complexo CEB
CEP: 71215-902 - Brasília/DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da CEB Geração S/A concessionária da Pequena Central Hidrelétrica do Paranoá - PCH Paranoá e da Usina Térmica Brasília - UTE Brasília, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, apresenta suas Demonstrações Financeiras, bem como os Pareceres do Conselho Fiscal e Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31/12/2017. O ano de 2017 foi novamente um período com crise hídrica que afetou os geradores de energia. A falta de chuvas e baixo nível dos reservatórios causou um decréscimo superior a 20% da garantia física do sistema, fazendo com que os geradores que participam do MRE, mecanismo de compartilhamento e mitigação de risco hidrológico, comprassem energia a altos preços de PLD para completar a sua garantia física. Em relação à PCH Paranoá, foram feitos investimentos na Chaminé de Equilíbrio, efetuados laudos nos condutos e concluída a elaboração do Plano de Segurança da barragem. Foram iniciados também os serviços de reforma/modernização das válvulas borboletas e reforma do vertedouro. A UTE Brasília, devido ao seu alto custo operacional e defasagem tecnológica, estava fora de operação. Os bens da usina, por não serem mais utilizados de modo exclusivo e permanente na prestação dos serviços de energia elétrica, foram classificados como desvinculados, seguindo a Resolução nº 691/2015 da Aneel. Em novembro de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.187, que possibilita ao Poder Concedente extinguir usinas térmicas que não se prestam mais ao serviço a custos adequados e dar livre disponibilidade de bens considerados inservíveis. Espera-se que no primeiro semestre seja feita a extinção da UTE Brasília e o leilão de seus bens. Com relação ao lote onde fica a usina, foi aprovada a mudança de destinação no âmbito do governo do Distrito Federal, por meio da Lei Complementar nº 939, de 9 de janeiro de 2018.

A EMPRESA

A CEB Geração S/A é subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi criada pela Lei Distrital Nº 2.648, de 26/12/2000 e explora o potencial de energia hidráulica da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Paranoá, nos termos do Contrato de Concessão Nº 01/2016 – ANEEL. A empresa possui capital social de R$ 7.575.212,61 (sete milhões quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e sessenta e um centavos) dividido em 7.575.212 (sete milhões quinhentas e setenta e cinco mil, duzentos e doze) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A governança da empresa, nos termos de seu Estatuto, é composta pela Assembleia Geral, duas Diretorias e Conselho Fiscal. O objeto social da empresa é a geração e comercialização da energia produzida pela Usina do Paranoá e da Térmica de Brasília, e por outros empreendimentos de geração de que vier a participar praticando todos os atos necessários à consecução de sua finalidade, podendo constituir ou participar de outras sociedades na condição de acionista ou quotista, como meio de realizar o seu objeto social ou para beneficiar-se de incentivos fiscais. Buscando o fortalecimento da identidade institucional do grupo empresarial, Companhia Energética de Brasília – CEB, com vistas ao aperfeiçoamento das melhores práticas de governança corporativa, ao aumento da produtividade e redução de despesas, foi feita a mudança da sede da CEB Geração S.A. para o SIA – Setor de Áreas Públicas, lote C, s/n.

MISSÃO

Gerar energia elétrica com qualidade, de maneira sustentável, beneficiando a sociedade e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

VISÃO

Até 2020 ser referência em geração de energia no Distrito Federal, buscando as melhores práticas em gestão e sustentabilidade.

VALORES

Legalidade: Estrita obediência à lei. Nenhum resultado poderá ser considerado bom, nenhuma gestão poderá ser reconhecida como de excelência à revelia da Lei.
Impessoalidade: Não fazer acepção de pessoas. A cortesia, a rapidez no atendimento, a confiabilidade e o conforto são requisitos de um serviço de qualidade e devem ser agregados a todos os clientes da empresa.
Moralidade: Pautar a gestão da CEB Geração S/A por um código moral de aceitação pública. Transparência: Dar publicidade e consistência aos fatos e aos dados da CEB Geração S/A repassados aos Órgãos Fiscalizadores, Governo e Sociedade em geral. Efetividade: Fazer o que precisa ser feito com o máximo de qualidade ao menor custo possível.

CONTEXTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CEB Geração S/A é uma concessionária na condição de Produtora Independente, obtendo sua receita exclusivamente da venda de energia da PCH Paranoá. A receita operacional líquida da Companhia, em 2017, totalizou R$20.390 mil, com aumento em 35,0% em relação ao ano de 2016, cuja receita foi de R$15.101 mil, adequada ao Novo Plano de Contas do Setor Elétrico. Embora apresente aumento na receita do ano, o lucro líquido diminuiu devido a elevação no custo de energia no mercado de curto prazo causado pelo déficit hídrico nos meses de julho a novembro.

(R$ Mil)

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	2017	2016
Receita Operacional Bruta	21.520	16.486
Receita Operacional Líquida	20.390	15.101
Resultado Operacional Líquido Antes dos Tributos	7.412	9.067
EBITDA	7.764	8.762
Lucro Líquido (Prejuízo)	6.571	8.324
Patrimônio Líquido	11.444	14.035

Fonte: Demonstrações Contábeis da CEB Geração S.A.

Do ponto de vista das despesas operacionais, seguindo orientação do grupo CEB, os resultados foram mantidos, ocorrendo o incremento na rubrica de serviços de terceiros, que aumentou em 7,4%, devido aos reajustes legais dos serviços contratados para manter e operar a PCH. A despesa de pessoal diminuiu 18,9%, de R$2.678 para R$ 2.172 mil, ou seja, R$506 mil, com a diminuição da força de trabalho, composta por 4 profissionais requisitados, 1 ocupante de emprego em comissão e 2 diretores.

DESPESAS OPERACIONAIS (R$ Mil)

Em 2017, a rubrica de depreciação/amortização aumentou na ordem de 88,4%, esse aumento foi motivado pela despesa de amortização do Uso do Bem Público estabelecido pelo Contrato de concessão 001/2016. Em gastos diversos ocorreu redução no ano em 96,5% perfazendo uma economia de R$ 421 mil.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

A estratégia de gestão continua com foco em resultados. A estratégia para 2018 continuará no sentido de viabilizar a venda dos ativos da usina térmica. A mudança de destinação do lote permitiu a flexibilização para usos institucional, comercial e prestação de serviços, bem como a alteração dos parâmetros de ocupação do terreno, ou seja, a alteração do gabarito de edificação, possibilitará um melhor preço de venda e um maior retorno financeiro para a empresa. Deverão ser concluídas em fevereiro de 2018 a reforma/modernização das válvulas borboletas e a reforma do vertedouro. Também em 2018, iniciaremos a reforma/modernização do regulador de velocidade da unidade geradora 02, do sistema de proteção da PCH Paranoá e a reforma/melhorias civis na barragem do Paranoá. Para tanto, já foram previstos em 2017 os orçamentos. Tendo em vista que a nova Lei 13.360/2016 e o fato de que a PCH Paranoá já foi prorrogada, trabalharemos com vistas às melhores alternativas frente ao vencimento da Concessão em abril de 2020. Cabe ressaltar que a responsabilidade socioambiental da Empresa se destaca pela manutenção da cota do lago Paranoá nos parâmetros definidos pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA, manutenção das matas ciliares na área da PCH PA, livre de invasões e de atividades de caça e pesca, além de realização de visitas técnicas de estudantes de diversas formações. Por fim, registre-se que a CEB Geração S/A realizou todas as suas atividades empresariais com recursos próprios, compreendendo: comercialização de energia elétrica, execução do controle efetivo da geração de energia e do estoque de água no Lago Paranoá, assim como suas atividades de suporte administrativo, contábil, econômico, financeiro e de suprimento, em conformidade com a legislação vigente local e federal.

GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL

O lago do Paranoá é de uso múltiplo com atividades de pesca amadora, esportes aquáticos, recreação, captação de água, além de ser um ponto de atração turística devido a beleza paisagística, com áreas de praias e locais para diversão em suas margens. A empresa é responsável pelo monitoramento e manutenção da cota do lago Paranoá, de acordo com os valores determinado pela ADASA. Em 2017, a cota do lago foi mantida entre os valores máximo de 1.000,80(m) e mínimo de 999,80(m). A manutenção da cota entre os valores máximo e mínimo tem influência no clima de Brasília, principalmente, no período seco, contribuindo para melhorar os níveis de umidade relativa do ar. A PCH Paranoá recebe visita de alunos das redes públicas e privadas, bem como de faculdades de ensino que recebem informações quanto ao uso racional de energia e ao seu processo de geração, abordando ainda as questões relacionadas com o meio ambiente, incluindo a importância da preservação das bacias hidrográficas. No ano de 2017, registramos as visitas de aproximadamente 264 pessoas à PCH Paranoá, oriundas de diversas instituições.Destacamos também que, devido a topografia da área e das instalações da PCH Paranoá, as equipes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF e do Exército Brasileiro realizaram treinamentos estratégicos das respectivas corporações.

RECURSOS HUMANOS

A CEB Geração S/A não possui quadro de empregados próprios. Em 2017 a equipe foi composta por 01 (um) Diretor Geral, 01 (um) Diretor, 04 (quatro) requisitados e 01 (um) empregado ocupante de Cargo em Comissão - EC, totalizando 7 (sete) trabalhadores. Ressalta-se que a manutenção e operação da PCH Paranoá é realizada por terceiros. Os empregados requisitados fazem jus aos termos contidos no Acordo Coletivo de Trabalho da empresa de origem.

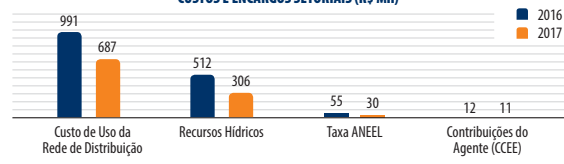
Treinamento e Desenvolvimento

No exercício de 2017 foram realizados os seguintes treinamentos:
- Participação no seminário nacional de produção e transmissão de energia elétrica;
- Participação no Encontro Nacional de Contadores do Setor Elétrico;
- Curso de Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais - Lei 13.303/16 - Zênite;
- Gestão e Fiscalização de Contratos - GDF;
- Curso de Segurança de Barragem;
- Curso de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE/MME;
- Curso para os engenheiros em trabalho em altura e trabalho em espaços confinados.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A PCH Paranoá possui garantia física de 13 MW médios, determinada pelo órgão regulador, e participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Com a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia – PIE, aliada a alteração na caracterização do ativo da empresa, de UHE para PCH, permitiu que a empresa passasse a comercializar energia elétrica incentivada, de maior valor de mercado em comparação com a energia convencional. Com o encerramento dos CCEARs em dezembro de 2016, a CEB GERAÇÃO realizou o 1º Leilão de Venda de Energia Incentivada no Ambiente Livre, em dezembro de 2016. A empresa alcançou seus objetivos no Leilão e firmou novos contratos de venda de energia, agora incentivada, com período de vigência de janeiro de 2017 a setembro de 2019. O volume de energia comercializada em 2017 totalizou 11,0 MW médios. A venda de energia no mercado livre resultou em uma receita bruta de aproximadamente R$ 17.380.000,00. A crise hídrica levou à redução de 20,6% da garantia física do sistema, afetando as empresas de geração. Para suprir essa redução, as empresas adquirem energia ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD – cujo valor médio foi de R$323,04/MWh em 2017. Devido a essa redução a CEB Geração S/A comprou energia no MCP, ou mercado SPOT, para cumprir seus contratos de venda energia. Com relação aos custos e encargos setoriais, houve decréscimo no CUSD – Contrato de Uso da Distribuição, visto que as geradoras de energia incentivada tem 50% de desconto nessa taxa. O encargo de Recursos Hídricos diminuiu porque a geração total de 2017 foi menor que a geração de 2016. A taxa da Aneel é calculada anualmente de acordo com orçamento da Agência e outros fatores, e é publicada através de nota técnica e resolução. A contribuição da CCEE é calculada anualmente com o orçamento previsto para o ano seguinte, cada agente paga proporcionalmente de acordo com a participação no mercado de energia elétrica.

CUSTOS E ENCARGOS SETORIAIS (R$ Mil)



PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Foi desenvolvido um estudo no Aterro sanitário de Brasília, conhecido como Lixão da Estrutural, com o objetivo de implementar um projeto de P&D intitulado hibridização de fontes de geração de energia elétrica como alternativa tecnológica de remediação ambiental de áreas degradadas por resíduos sólidos urbanos. Uma consultoria externa independente avaliou o projeto, qualificando-o como adequado à continuidade. Esperamos para o primeiro semestre de 2018 a formalização de Convênio e o consequente início dos trabalhos de Pesquisa.

PERSPECTIVAS E INVESTIMENTOS

Em 2017 foram feitos alguns importantes investimentos e iniciados outros para serem concluídos em 2018:
- Realizadas análises e laudos da tubulação de adução e do conduto forçado da PCH Paranoá;
- Finalizado o Plano de Segurança da Barragem do Paranoá;
- Finalizada a reforma da chaminé de equilíbrio, com troca de chapas, isolamento em epóxi, refazimento das soldas e pintura;
- Iniciada reforma/modernização das válvulas borboletas;
- Iniciada reforma das estruturas do vertedouro.

Também mantivemos as atividades em relação à Controladora CEB e em relação ao meio ambiente:
- Apoio à controladora Companhia Energética de Brasília - CEB nos assuntos institucionais, em especial aqueles relacionados com o Poder Concedente e às Associações de Classe;
- Preservação das matas ciliares e nativas na área da PCH Paranoá por meio vigilância e conservação nas proximidades da PCH.

AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Geração S/A agradece à Companhia Energética de Brasília - CEB pelo apoio e confiança recebidos no exercício de 2017. Aos clientes e fornecedores, nosso reconhecimento pela parceria respeitosa e dinâmica construída, que contribuiu para o alcance dos resultados apurados. Em especial, a empresa agradece aos seus colaboradores, pelo empenho e dedicação determinantes para o atingimento dos objetivos da empresa.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2017	2016
Ativo Circulante		**5.837**	**8.711**
Caixas e Equivalentes de Caixa	4	3.451	6.113
Caixa		1	2
Equivalentes de Caixa		3.450	6.111
Concessionários e Permissionários	5	1.477	1.696
Serviços em curso	6	20	8
Tributos Compensáveis	7	39	39
Depositos Judiciais e Cauções		0	10
Despesas pagas antecipadamente	8	845	845
Outros Ativos Circulantes		5	0
Ativo Não Circulante		**8.430**	**9.219**
Despesas Pagas Antecipadamente	8	1.268	2.113
Bens e Atividades não Vinculadas à concessão	9	519	0
Imobilizado	10	5.641	5.698
Intangível	11	1.002	1.408
Total do ativo		**14.267**	**17.930**

PASSIVO	Nota	2017	2016
Passivo Circulante		**2.316**	**3.029**
Fornecedores	12	341	889
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	52	56
Benefício pós-emprego	14	6	6
Tributos	15	224	309
Provisões para Contingências	16	1	1
Dividendos a pagar	17	0	162
Encargos Setoriais	18	1.164	989
Provisão para Uso do Bem Público	19	369	359
Partes Relacionadas	20	159	256
Outros Passivos Circulantes		0	2
Passivo Não Circulante		507	866
Provisão para Uso do Bem Público	19	507	866
Patrimônio Líquido	**21**	**11.444**	**14.035**
Capital Social		**7.575**	**7.575**
Capital Subscrito		7.575	7.575
Reservas de Lucros		**2.298**	**2.298**
Reserva Legal		1.515	1.515
Reserva de Retenção de Lucros		783	783
Dividendo Adicional Proposto		1.571	4.162
Total do passivo		**14.267**	**17.930**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Geração de Riqueza		
Receita Operacional (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	21.520	16.486
Suprimento de energia	**17.389**	**15.550**
CCEAL	17.389	9.935
MCSD	-	5.615
Energia de Curto Prazo	**4.131**	**936**
(-) Insumos (insumos adquiridos de terceiros: compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(10.802)	(3.602)
Resultado Não Operacional	-	-
= Valor Adicionado Bruto	10.718	12.884
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(282)	(365)
= Valor Adicionado Líquido	10.436	12.519
+ Valor Adicionado Transferido		
(receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	593	762
= Valor Adicionado a Distribuir	**11.029**	**13.281**
Distribuição da Riqueza – Por Partes Interessadas		
Empregados (Empregados e Administradores)	2.172	2.678
Governo (Impostos, Taxas E Contribuições)	48	47
Financiadores (Despesa financeira, empr. e financ.)	257	92
Acionistas (Lucro Líquido)	6.571	8.324
= Valor Adicionado Distribuído (Total)	**9.048**	**11.141**
Distribuição da Riqueza – Governo e Encargos Setoriais		
Tributos/Taxas/Contribuições	**1.627**	**1.345**
PIS/PASEP	140	107
COFINS	646	495
IRPJ do exercício	555	496
CSLL a pagar do exercício	286	247
Encargos Setoriais	**354**	**795**
RGR	7	76
Contribuições de Agentes - CCEE	11	12
CFURH	306	512
TFSEE	30	55
P&D	-	140
= Valor Distribuído (Total)	**11.029**	**13.281**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Nota	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.1	20.390	15.101
CUSTO COM ENERGIA ELETRICA	22.2		
Energia de Curto Prazo		(6.516)	(845)
Custo de Uso da Rede Elétrica		(687)	(991)
Contribuições de Agente		(11)	(12)
		(7.214)	(1.848)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**13.176**	**13.253**
DESPESAS OPERACIONAIS	22.3		
Material		(35)	(40)
Serviços de Terceiros		(3.428)	(3.192)
Tributos		(48)	(46)
Depreciação		(282)	(365)
Amortização		(406)	0
Pessoal		(1.538)	(1.792)
Administradores		(634)	(886)
(-) Recuperação de Despesas		286	1.901
Gastos Diversos		(15)	(436)
		(6.100)	(4.856)
RESULTADO DO SERVIÇO		**7.076**	**8.397**
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	22.4		
Receitas Financeiras		593	762
Despesas Financeiras		(257)	(92)
RESULTADO FINANCEIRO		**336**	**670**
RESULTADO DO SERVIÇO, ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	22.5	**7.412**	**9.067**
Contribuição Social		(286)	(247)
Imposto de Renda		(555)	(496)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**6.571**	**8.324**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		**0,87**	**1,10**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	19.776	16.387
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	472	728
Outros Recebimentos	-	735
Total de Entradas	**20.248**	**17.850**
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(733)	(968)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(3.555)	(2.803)
Salários, Remuneração e Encargos	(2.439)	(2.388)
Recursos Hídricos	(319)	(472)
Doações, Contribuições e Subvenções	(14)	(20)
Pagamento de Impostos	(2.060)	(1.982)
Encargos setoriais	(410)	(236)
Compra de Energia de Curto Prazo	(3.450)	-
Outros	(76)	(25)
Total de Saídas	**(13.056)**	**(8.894)**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**7.192**	**8.956**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Entradas/Saídas:		
Aquisição de Imobilizado	(530)	(170)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(530)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Saídas:		
Distribuição de Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	(9.324)	(9.161)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(9.324)	(9.161)
Variação Líquida de Caixas e Equivalentes	**(2.662)**	**(375)**
SALDO DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3.451	6.113
SALDO DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	6.113	6.488
AUMENTO DO SALDO LÍQUIDO DE CAIXA	**(2.662)**	**(375)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de Lucros			
	Capital Subscrito	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros (Prejuízo) Acumulados	Dividendo a disposição da AGO	Total
2015	**7.575**	**1.515**	**783**	**0**	**3.729**	**13.602**
Pagamento de Dividendos	–	–	–	–	(3.729)	(3.729)
Lucro do exercício	–	–	–	8.324	–	8.324
Reserva Legal	–	–	–	–	–	–
Dividendos a distribuir	–	–	–	(8.324)	4.162	(4.162)
2016	**7.575**	**1.515**	**783**	**0**	**4.162**	**14.035**
Pagamento de Dividendos	–	–	–	–	(4.162)	(4.162)
Lucro do exercício	–	–	–	6.571	–	6.571
Reserva Legal	–	–	–	–	–	–
Dividendos a distribuir	–	–	–	(6.571)	1.571	(5.000)
2017	**7.575**	**1.515**	**783**	**0**	**1.571**	**11.444**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CEB GERAÇÃO S/A ("Companhia"), cuja criação foi autorizada pela Lei Distrital nº. 2.648, de 26/12/2000, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB, regida pela Lei 6.404/76. Em 12 de janeiro de 2006 foi formalizada a desverticalização da CEB e, sob as disposições da Resolução Autorizativa ANEEL n.º 318, de 14.09.2005, foi dada autonomia e independência à CEB GERAÇÃO. A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia. Em 16 de novembro de 2016 a Aneel alterou o regime de exploração da Usina do Paranoá, de serviço público para produção independente de energia, e a enquadrou como Pequena Central Hidrelétrica - PCH. O Contrato de Concessão 001/2016 de Uso de Bem Público para geração de energia elétrica estabelece o pagamento anual do uso do bem público. Essa alteração ainda resultou em desconto de 50% na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e em isenção dos encargos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Reserva de Reversão Global - RGR.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Práticas Contábeis Gerais: Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em passivos financeiros, não mensurados a valor justo e ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos, ajustado ao valor provável de realização quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e outros ativos circulantes. O principal passivo financeiro reconhecido pela Companhia é *fornecedores*. Caixa e equivalentes de caixa: As contas caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado. ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão: Esta Interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões quando atendidas determinadas condições. O entendimento da Companhia é de que esta Interpretação não se aplica nesta concessão. Concessionárias e Permissionárias: Incluem a geração da energia elétrica faturada, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas, quando aplicável. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear. Intangível: Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a. Redução ao valor recuperável de ativos: A empresa avaliou o poder de recuperabilidade da PCH - Paranoá, ativo de titularidade da CEB Geração conforme estabelecido no CPC -01 elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Para estimar o valor em uso do ativo foi utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado. Tal metodologia consiste na estimativa dos fluxos de caixa esperados que são então descontados a uma dada taxa que reflita o custo de capital do empreendedor. Nos resultados obtidos, é possível destacar que a PCH - Paranoá gera fluxo de caixa suficiente para remunerá-la adequadamente considerando as taxas mínimas de atratividade estabelecidas. Portanto, podemos concluir que o valor alocado na conta de ativos imobilizado para a PCH reflete o seu valor justo e os ativos não estão registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado. Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados: Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação CEB de Seguridade Social - FACEB são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes são registrados em conformidade com a Deliberação CVM n 371/2000. Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todas as concessionárias e permissionárias é efetuado mensalmente de acordo com a disponibilização dos valores pela CCEE - Câmera de Comercialização de Energia Elétrica. Estimativas Contábeis: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de provisão para contingências. Receitas e despesas: Incluem os juros, variações monetárias incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data das demonstrações financeiras. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do período. Lucro por ação: É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data das demonstrações financeiras. Demonstração do valor adicionado (DVA): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais. 2.2 Práticas Contábeis Regulatórias: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD: A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando não haver risco de perdas com estes créditos. Imobilizado: i. Ativo Imobilizado em Serviço - AIS: • Bens e Instalações em função do serviço concedido: Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária emsistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. • Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, que estabelece as taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço das concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor elétrico, conforme tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE (Vide nota explicativa nº 10). Referidas taxas foram avaliadas pela Companhia, tendo concluído que as mesmas refletem a vida útil do seu ativo imobilizado. ii. Ativo Imobilizado em Curso - AIC: Bens e instalações em formação ou construção. • Rateio de Administração Geral (RAG): É a transferência para as Ordens em Curso da parcela registrada na Administração Central que indiretamente trabalhou para o investimento. O valor é calculado em até 10% da apropriação de Pessoal e de Serviço de Terceiros nas Ordens em Curso. • Encargos Financeiros: Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, e na Deliberação CVM nº 672, de 20 de outubro de 2011, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo. Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.: Os registros das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, definidos pela CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações fornecidas por aquela entidade e/ou por estimativa, quando essas informações não estão disponíveis. 2.3 Bases de preparação das Demonstrações Financeiras: As Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda usual da Companhia, com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em aderência nas normas emitidas pelo "International Financial Reporting Standards" - IFRS. No caso especifico destas informações foi adotado o IAS - "International Accounting Standards" nº 34, que reflete o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 21 (R1) que trata das demonstrações. A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o liquido das atividades operacionais nota nº 24. A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado - DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras. A CEB Geração avaliou os eventos subsequentes até 19 de janeiro de 2018, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia.

3. DAS CONCESSÕES

O empreendimento do Paranoá foi enquadrado como PCH, permitindo que a ele fossem conferidos os benefícios previstos na legislação pertinente para esse tipo de central geradora.Foi assinado em dezembro de 2016 o novo Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, na qual a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. A Usina Termelétrica Brasília deu-se o término contratual da concessão, no dia 07/07/2015, o processo de caducidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (ofício 661/2015-SCG/ANEEL) deveu-se a vários fatores: projeto da década de 50, custo de energia mais caro do Brasil, ausência de peças, questões ambientais e não foi mais despachada pelo Operador do Sistema Nacional - ONS desde 2009, sendo até retirada do quadro de Usinas disponíveis à ONS. Os ativos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização.

Usinas	Potência instalada	Localização	Operação
PCH - Paranoá	30 MW	Rio Paranoá - DF	Ativa
Usina Termelétrica de Brasília	10 MW	SIA - Trecho 4, Lote A - Brasília - DF	Inativa

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados por aplicações em Certificado de Depósito Bancário -

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da CEB Geração S.A.
Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CEB Geração S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, valor adicionado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Geração S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases - Das Concessões:** Conforme nota explicativa nº 3, o empreendimento PCH - Paranoá, foi enquadrado como Pequena Central Hidrelétrica, conforme Contrato de Concessão nº 001/2016-Aneel, a CEB Geração pode atuar como Produtora Independente de Energia. Quanto a Usina Termelétrica Brasília o término contratual da concessão, deu-se em 07 de julho de 2015, os ativos dessa Usina estão sendo avaliados visando sua desmobilização. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos. **Partes Relacionadas:** De acordo com o divulgado na nota explicativa n° 20, a Companhia possui transações com partes relacionadas, decorrentes do uso de rede elétrica e de pessoal requisitado do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31.12.2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executada em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo esta de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de janeiro de 2018.

Maciel Auditores S/S
2CRC RS 5.460/0-0 - T - SP

Roger Maciel de Oliveira
1CRC/RS 71.505/0-3 - "T" - SP - Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
1CRC/RS 059.628/0-2 - "S" - SP - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CEB Geração S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras, além das informações complementares objeto das Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantados em 31 de dezembro de 2017, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB). Todas as peças foram apresentadas de forma comparativa àquelas encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Colegiado tomou conhecimento do relatório da Maciel Auditores S/S, emitido sem ressalvas em 19.01.2018, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício de 2017. Com base nos documentos apresentados e no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal concluiu, por unanimidade, que as peças estão em ordem e adequadas, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidas à deliberação final da Assembleia Geral Ordinária da CEB Geração S/A. O Conselho Fiscal verificou não existirem, nos registros contábeis da Companhia apresentados ao Colegiado, irregularidades apuradas no exame realizado, encontrando-se normal a situação dos dirigentes responsáveis perante os cofres da Empresa, até a presente data.

Brasília, 20 de março de 2018.

Luiz Reis de Mello — **Edmond Fernando Santiago** — **Wolney Arruda**

CEB PARTICIPAÇÕES

CEB PARTICIPAÇÕES S.A. - CEBPar

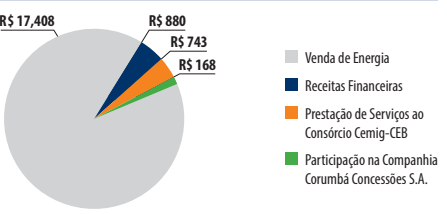
CNPJ nº 03.682.014/0001-20

SIA - Setor de Áreas Públicas, Lote C, Bloco M,
Complexo CEB, CEP: 71215-902 - Brasília/DF

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,
A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2017. Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado ao planejamento estratégico da Companhia Energética de Brasília - CEB, controladora integral, que em linhas gerais reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores. O resultado global manteve a tendência de crescimento ocorrido nos últimos anos. Foi marcado, especialmente, pela continuidade dos contratos de comercialização de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, e complementado pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, nas proporções apresentadas no gráfico a seguir:

Composição da Receita Bruta (R$ Mil)



A receita operacional bruta, formada pela soma das receitas da venda de energia e da prestação de serviços, cresceu 5,29%. Os resultados dos últimos quatro anos estão consignados no quadro a seguir:

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	**14.412**	**15.463**	**17.239**	**18.151**
Venda de Energia Elétrica	13.772	14.809	16.438	17.408
Prestação de Serviços	640	654	801	743

(R$ Mil) *Reapresentado.

A Companhia adotou o novo Plano de Contas estabelecido pela ANEEL, no ano de 2017, que determinou a classificação como Dedução da receita bruta as despesas de Taxa de fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, que até então eram registradas como custo de energia elétrica e operação. Estes saldos necessitaram ser reclassificados em 2014,2015 e 2016. A receita adicional das aplicações mantidas no Banco de Brasília - BRB e no Bradesco totalizou R$ 880 mil. Quando comparada com a receita auferida em 2016, de R$ 1.732 mil, apresentou forte redução de 49,18%. A Administração mantém de forma rigorosa todos os recursos disponíveis em conta de aplicação, porém, a redução dos rendimentos ocorreu devido à necessidade de saídas adicionais de caixa em operações ao longo do ano para distribuição de dividendos propostos de 2016, no valor de R$ 5.955 mil, distribuição de dividendos intercalares, no valor de R$ 5.000 mil, e redução de R$ 10.000 mil no capital social da Empresa.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Rendimento de Aplicações Financeiras	2.146	1.554	1.497	833
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	–	527	113	32
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	–	–	114	–
Atualizações sobre Crédito Tributário	–	7	6	14
Outras Receitas Financeiras	–	1	2	1
Receitas Financeiras	**2.146**	**2.089**	**1.732**	**880**

(R$ Mil) *Reapresentado.

A participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, foi positivo no valor de R$ 168 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Equivalência Patrimonial	-1.737	-906	112	168

(R$ Mil) *Reapresentado.

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP[1], estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano. Contudo, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR[2] sofreram expressivo aumento de 130%, saindo de R$ 1.030 mil em 2016, para R$ 2.370 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Energia de Curto Prazo	-6.286	-7.094	-1.030	-2.370
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-707	-778	-847	-848

(R$ Mil) *Reapresentado.

1 MCP - Mercado de Curto Prazo.
2 ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

As principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD[3]; taxas destinadas à ANEEL[4], CCEE[5], ONS[6], gastos com liquidações no MCP[7] de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	**14.412**	**15.463**	**17.239**	**18.151**
Deduções da Receita Operacional	**-1203**	**-1217**	**-1182**	**-1181**
PIS	-92	-101	-112	-118
COFINS	-426	-465	-517	-545
ISS	-32	-33	-40	-37
P&D	-136	-147	-163	-164
Taxa de Fiscalização ANEEL	-71	-129	-154	-162
Compensação Financeiras pelo Uso de Recursos Hídricos	-446	-342	-196	-156
Receita Operacional Líquida	**13.209**	**14.246**	**16.057**	**16.970**

(R$ Mil) *Reapresentado.

Neste ano, a CEB Participações S.A. celebrou contrato de mútuo com a Companhia Corumbá Concessões S.A. no valor de R$ 384 mil, com vigência total de 42 meses, sendo 18 meses de carência inicial e 24 parcelas corrigidas pelo sistema de amortização constante (SAC), acrescidas de correção monetária pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário - CDI. Seguindo as diretrizes de sua controladora integral, a Administração promoveu a redução do capital social da Empresa em R$ 10.000 mil, considerado excessivo para a realização do objeto estatutário, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/1976. Com isso, o capital social passou a ser de R$ 21.270 mil, com a diminuição do número de ações ordinárias nominativas na mesma proporção e redução do Patrimônio Líquido de R$ 39.457 mil para R$ 26.794 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Patrimônio Líquido	43.321	45.782	39.457	26.794

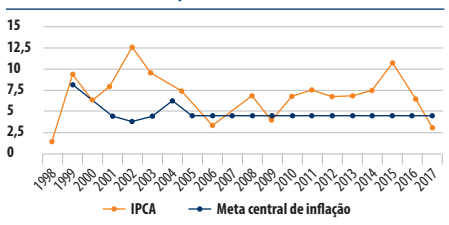
(R$ Mil) *Reapresentado.

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME[8] publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou 17,1% a garantia física de energia atribuída à UHE Queimado, de 58,0 para 67,9 MW Médio, e passou a vigorar em janeiro de 2018. De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2017 refletiu a regularidade da comercialização dos contratos de energia elétrica, o controle rigoroso das despesas operacionais e a priorização dos investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos temos a expectativa de estabilização climática e melhoria no ciclo hidrológico, que somadas aos ajustes regulatórios poderão contribuir para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e otimização dos indicadores empresariais.

2 - CENÁRIO MACROECONÔMICO

Apesar da economia brasileira ainda ter registrado reflexos da crise, o ano de 2017 foi marcado pelo fim da recessão econômica. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,0%, registrando a primeira alta após dois anos consecutivos de retração. Em valores correntes, o PIB foi de R$ 6,6 trilhões. A recessão dos últimos anos contribuiu para conter os preços e a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que ficou abaixo do piso da meta de 3,0%, com alta acumulada de apenas 2,95%, resultado 3,34% inferior aos 6,29% acumulados em 2016. É o menor número desde a taxa de 1998, quando ficou em 1,65%.

Inflação Acumulada (Em %)



Fonte: IBGE e Banco Central.

3 Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).
4 ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.
5 CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.
6 NOS - Operador Nacional do Sistema.
7 MCP - Mercado de Curto Prazo.
8 Ministério de Minas e Energia.

A retomada da economia a partir do segundo semestre abriu espaço para criação de empregos, que chegou a acumular algumas altas consecutivas, mas terminou o ano com pequeno recuo de vagas. Segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), embora os postos de trabalho de janeiro a novembro tenham alcançado o saldo positivo de 299.635, em dezembro o número de vagas ficou negativo em 328.539. Alinhada aos preços mais baixos e às expectativas de uma inflação menor, a taxa básica de juros "Selic" passou por um ciclo de cortes, chegando ao seu menor nível histórico. Nas oito reuniões realizadas em 2017, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, acumulando uma queda de 6,75 pontos percentuais, que passou de 13,75% para 7% ao ano. Em 2018, o crescimento maior do PIB estará associado à ampliação dos investimentos, alta da massa salarial e expansão do consumo das famílias. O crescimento do consumo interno favorecerá a expansão do crédito, e, como reflexo, os investimentos tenderão a crescer para pessoas jurídicas, bem como a melhoria da confiança dos empresários. Espera-se, por fim, que a recuperação econômica continue seu curso com expansão positiva em todos os trimestres. Obviamente, essa dinâmica pressupõe que o ambiente global permanecerá favorável e que o quadro político brasileiro não influenciará a economia de forma significativa.

3. CONTEXTO OPERACIONAL

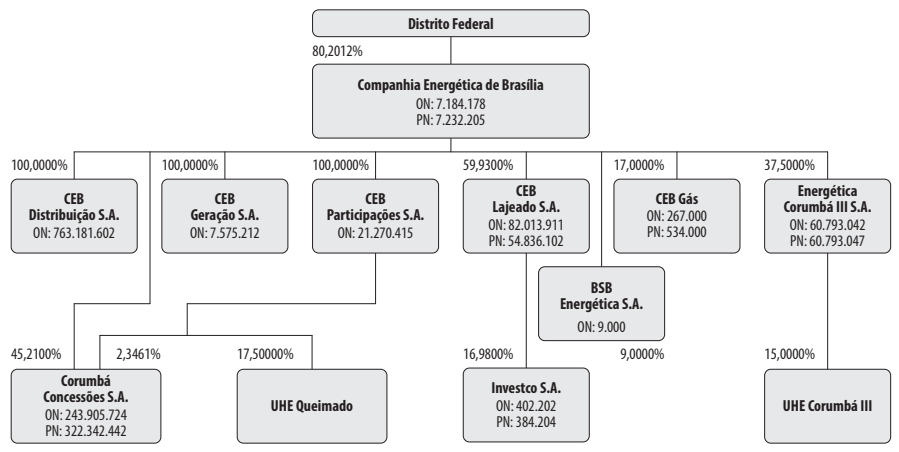
O setor elétrico vivenciou mais um ano de instabilidade financeira e de tímida recuperação. A falta de chuvas e a escassez de água observada nos reservatórios das principais usinas hidrelétricas brasileiras, fez com que o setor continuasse enfrentando conflitos regulatórios e variação de preços no ambiente de liquidação no MCP, que causaram consequências significativas para o caixa das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras. Integrante do mecanismo de compartilhamento de risco hidrológico - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE - a CEB Participações S.A. foi obrigada a adquirir energia a valores superiores aos previstos, de forma a honrar seus contratos de comercialização. Assim, o *déficit* de geração em 2017 provocou relativa exposição financeira da Empresa, que se traduziu em perda de oportunidade de receita, especialmente no segundo semestre. Ressalte-se que, em geral, esse mecanismo produz resultados favoráveis quando o problema é localizado. No entanto, quando ocorrem eventos das dimensões verificadas neste ano (dificuldades de geração hidrelétrica em grande parte do território nacional), podem acontecer os efeitos indesejáveis. Em contrapartida, registra-se que os efeitos danosos do déficit nas operações de energia foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico, celebrado no final de 2015, e também pela estratégia adotada pela Empresa. Para os próximos anos, com a provável estabilização do ciclo hidrológico e o aumento de 17,1% na garantia física de energia gerada pela UHE Queimado, resultante da revisão aprovada pelo MME, projetamos uma substancial melhoria no desempenho econômico e, consequentemente, nos resultados gerais da Empresa.

4. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília - CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor. O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, nos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão. Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília - CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL. Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília - CEB:

ESTRUTURA SOsocietária - GRUPO CEB



Possui, ainda, participação acionária de 2,35 % na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata. O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável. No ano de 2017, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício. A CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente, para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, cuja estrutura é composta por dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.. O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição. Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função desempenhada por um de seus Diretores.

6. NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília - CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado. O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrependido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unaí em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal. A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente. Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos. Destacamos as principais ações que objetivaram a melhoria operacional da UHE Queimado, e influenciaram positivamente no resultado alcançado pela CEB Participações S.A.:

- Priorização de investimentos, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- Atendimento das demandas regulatórias relacionadas à segurança de barragens, constantes da fiscalização realizada em 2016:
  - ☑ concreto projetado no talude do vertedouro;
  - ☑ iluminação refletiva na crista da barragem;
  - ☑ limpeza da faixa de acesso à cachoeira dos andorinhões;
  - ☑ realocação das pedras no promontório;
  - ☑ correção do estaqueamento na barragem, e;
- Vcoleta de dados brutos de PH na água;
- Instalação da válvula no vertedouro para garantir a vazão residual em caso de indisponibilidade das máquinas;
- Serviços de medições de vazões líquidas na saída da válvula do túnel de desvio;
- Início da obra de drenagem da barragem e melhorias na estrada de acesso;

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal. Em 2012, a CEB Participações S.A. aumentou 0,22% seu percentual de participação no negócio, passando de 2,12% para 2,35%.

Outros Negócios

Além dos ativos de geração de energia elétrica, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 97% do CDI, respectivamente.

7. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033. Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado celebrados com distribuidoras de energia. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo - MCP. A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Comercializada no ACR

	Montante (MW) - 2014	Montante (MW) - 2015	Montante (MW) - 2016	Montante (MW) - 2017	Preço Médio (R$/MWh) - 2017
1º Semestre	9.079	9.233	9.245	8.996	217,97
2º Semestre	8.922	8.769	8.803	9.005	221,18

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A receita bruta proveniente da comercialização de energia elétrica gerada pela UHE Queimado em 2017 foi de R$ 17.408 mil. Quando comparada ao valor apurado no ano anterior, de R$ 16.438 mil, representa um aumento de 5,90%. Considerando os recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados ao Consórcio Cemig-CEB, a receita operacional bruta aumentou 5,29%, totalizando R$ 18.151 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R$ 8.293 mil.

Exercício	2014	2015*	2016	2017
Receita Operacional Bruta	14.412	15.463	17.239	18.151
Receita Operacional Líquida	13.209	14.246	16.057	16.970
Resultado Antes dos Tributos	551	3.966	11.306	9.185
EBITDA	-613	2.896	10.415	9.777
Lucro Líquido (Prejuízo)	-659	2.748	10.187	8.293
Patrimônio Líquido	43.321	45.782	39.457	26.794

(R$ Mil) *Reapresentado.

9. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). O Estatuto Social da Companhia é omisso em relação ao percentual de remuneração dos Dividendos Mínimos Obrigatórios, por esta razão foi aplicado o percentual de 50% sobre o lucro líquido ajustado, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76, ajustando a destinação do seu lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios em R$ 3.939 mil, e para dividendos adicionais propostos em R$ 3.939 mil, conforme discriminado no quadro abaixo:

Apuração/Destinação de Dividendos	2017
Lucro Líquido do Exercício	8.293
Constituição de Reserva Legal	415
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	7.878
Dividendo Mínimo Obrigatório – 50%	3.939
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos	3.939

(R$ Mil)

Registra-se que neste ano a Empresa realizou uma antecipação de dividendos no valor de R$ 5.000 mil, sendo este valor superior ao dividendo mínimo obrigatório. Assim, no tocante aos Dividendos Adicionais Propostos para o exercício de 2017, restaram R$ 2.878 mil para serem distribuídos no exercício de 2018, registrados em conta específica até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária que, se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

10. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal Colaboradores	2014	2015*	2016	2017
Diretores sem vínculo efetivo	2	3	3	3
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	5	1	1	1
Conselheiros sem vínculo efetivo	3	1	2	2
Total (Força de Trabalho)	**10**	**5**	**6**	**6**

*Reapresentado.

11. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

12. AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensados pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília - CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho neste exercício.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

DIRETORES

Lener Silva Jayme — Diretor-Geral
Elias Brito Júnior — Diretor Técnico
Aurélio Jackson Fernandes Mazeto — Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHEIROS FISCAIS

André Vilanova da Silva
Dalmo Alexandre Costa — **Wolney Arruda**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2017	2016
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.259	12.342
Concessionários e permissionários	4	1.942	1.917
Impostos a recuperar		160	180
Repactuação do Risco Hidrológico	5	63	75
Outros créditos		101	148
		3.525	**14.662**
Ativo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		103	713
Empréstimos com parte relacionada	6	620	203
Aplicações financeiras		219	219
Repactuação do Risco Hidrológico	5	1.089	1.151
Realizável a Longo Prazo		**2.031**	**2.286**
Investimentos	7 a)	3.870	3.713
Imobilizado	8	19.731	18.462

zações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8. **2.10. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9). **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos. **2.12. Passivos financeiros:** A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10) e demais obrigações (Nota 13). **2.13. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.14. Impostos e contribuições sociais:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2017 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. **2.15. Demais ativos e passivos:** Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **2.16. Capital Social: a) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo. **2.17. Reserva legal:** Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 13.2.a). **2.18. Reconhecimento da receita: a) Receita de comercialização de energia:** De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica. **b) Receita da receita de prestação de serviços:** A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços. **2.19. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC novas e revisadas: IFRS 9** - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018); **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **IFRS 16** - Arrendamentos - introduz novas exigências para a contabilização dos contratos de arrendamento operacional (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019). A Administração da Companhia avaliou essas novas IFRSs e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. **2.20. Aprovação das demonstrações financeiras:** Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2018.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Caixa	10	1
Aplicações Financeiras	1.249	12.341
	1.259	**12.342**

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB contratados com instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo, com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A redução da conta de caixa e equivalentes de caixa refere-se ao pagamento de dividendos e a redução de Capital Social que juntos totalizaram aproximadamente R$21 milhões em desembolsos financeiros no ano de 2017.

4. CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS (CONTAS A RECEBER)

	2017	2016
Suprimento de Energia	1.942	1.904
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	–	13
	1.942	**1.917**

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração. A Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2017, uma vez que os créditos foram integralmente recebidos em 2018.

5. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a Companhia possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados. O valor de R$1.152 em 31 de dezembro de 2017, sendo R$ 63 no Ativo circulante e R$1.089 no Ativo não circulante (R$1.226 - 31/12/2016, R$75 no Ativo circulante e R$1.151 no Ativo não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. EMPRÉSTIMO COM PARTE RELACIONADA

Em 15 de agosto de 2016 a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R$ 196, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016, com prazo de 60 meses, com carência de pagamento de 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês. Em 2017 Companhia realizou uma nova operação de mútuo com a Corumbá S.A, no valor de R$385, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 9 de novembro de 2017, este com prazo de 42 meses, carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Deposito Bancário - CDI e juros de 1% ao mês. Em função dos valores de atualização e o novo contrato de Mútuo, o saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 620 (R$203 em 31 de dezembro de 2016). Esse contrato respeita a exigência do órgão regulador (ANEEL) de que se deve atender à comutatividade financeira do montante mutuado.

7. INVESTIMENTOS

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial: A CEBPar possui participação de 2,3461% na empresa Corumbá Concessões, S.A. ("Corumbá"), que foi fundada em 06 de setembro de 2000, com o objetivo de constituir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no município de Luziânia – GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL. O capital social da Corumbá é representado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 por 566.248.166 Ações Nominativas, sendo 243.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe "PNA", 126.666.666 Ações Preferenciais Nominativas – PN classe "PNB", totalizando um capital subscrito e integralizado de R$171.516. A CEBPar possui 13.285.000 Ações Ordinárias. A Corumbá Concessões é considerada como coligada da CEBPar e o investimento é calculado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) pelo fato das duas Companhias serem controladas pela mesma Entidade, a Companhia Energética de Brasília, que possui 45,2% das ações da Corumbá Concessões S.A. e 100% das ações da CEBPar. Os principais números do Balanço Patrimonial e da Demonstração do resultado da investida são assim apresentados:

	2017	2016
Ativo		
Circulante	**26.276**	**36.008**
Não Circulante	**653.170**	**674.825**
Realizável a Longo prazo	75.000	81.786
Imobilizado	571.249	585.721
Intangível	6.921	7.318
	679.446	**710.833**
Passivo		
Circulante	**373.468**	**425.914**
Não Circulante	**141.707**	**127.145**
Patrimônio Líquido	**164.271**	**157.774**
	679.446	**710.833**
	2017	**2016**
Receita líquida	184.304	170.327
(-) Custo com geração de energia e operação	(114.392)	(79.065)
Lucro bruto	**69.912**	**91.262**
(-) Despesas operacionais líquidas	(7.808)	(9.152)
Resultado operacional	**62.104**	**82.110**
Resultado financeiro líquido	(50.858)	(75.752)
Lucro antes de impostos sobre o lucro	**11.246**	**6.358**
Impostos	(4.067)	(1.593)
Lucro Líquido do exercício	**7.179**	**4.765**

Em 31 de dezembro de 2017 houve a classificação do saldo a pagar de debêntures, principal passivo da Corumbá Concessões, do não circulante para o circulante motivada pela ultrapassagem dos índices ("*covenant*") estabelecidos na escritura de emissão, com potencial vencimento antecipado não automático. Em 2016 este fato também ocorreu e durante o exercício de 2017 a Corumbá Concessões realizou tratativas de repactuação dos *covenants* com sucesso, todavia, houve uma nova situação de desenquadramento para 31 de dezembro de 2017 e o saldo foi, novamente, lançado integralmente no passivo circulante ao contrário do cronograma de amortização originalmente previsto. A movimentação deste investimento no exercício de 2016 e para o período findo em 2017 está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.669**
Equivalência Patrimonial	112
Ajuste de Exercícios Anteriores de Equivalência Patrimonial	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.713**
Equivalência Patrimonial	168
Distribuição de Dividendos	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**3.870**

b) Operação controlada em conjunto - Consórcio CEMIG - CEB: Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Entidade é parte do Consórcio CEMIG - CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico AHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do do Consórcio são como segue:

	2017	2016
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	969	993
Créditos com Consorciadas	1.162	98
Outros	66	–
Imobilizado e Intangível	117.175	113.891
	119.372	**114.982**
Passivo + Patrimônio Líquido		
Fornecedores	1.941	985
Impostos e Contribuições sociais	110	88
Outras provisões	47	–
Concessão Onerosa	4.297	4.952
Provisão contingencial	7.709	
Patrimônio líquido	105.268	108.957
	119.372	**114.982**

A parcela da CEBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas. As principais despesas do Consórcio nos exercícios de 2017 e 2016 são assim apresentadas:

	2017	2016
Operação e Manutenção	4.227	2.907
Meio Ambiente	1.191	1.331
Seguro de Risco Operacional	1.286	1.311
Administrativo	242	238
Outros	84	1.128
	7.030	**6.915**

8. IMOBILIZADO

Em atendimento ao CPC 27 que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconheceu no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG - CEB. A movimentação das contas do ativo imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	Saldo em 31/12/2015	Movimentações 2016 Adições	Movimentações 2016 Depreciação	Saldo em 31/12/2016	Movimentações 2017 Adições (a)	Movimentações 2017 Transf. (b)	Movimentações 2017 Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Geração em serviço:									
Terrenos		949	–	–	949	1.349	610	–	2.908
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.413	–	–	11.413	–	–	–	11.413
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	–	–	4.952	–	–	–	4.952
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.817	5	–	8.822	14	–	–	8.836
Móveis e Utensílios	10%	29	3	–	32	–	–	–	32
		26.160	**8**	**–**	**26.168**	**1.363**	**610**	**–**	**28.141**
(-) Depreciação Acumulada:		(7.735)	–	(663)	(8.398)	–	–	(673)	(9.071)
		(7.735)	**–**	**(663)**	**(8.398)**	**–**	**–**	**(673)**	**(9.071)**
Geração em Curso:									
Reservatórios, Barragens e Adutoras		–	–	–	–	7	–	–	7
		–	**–**	**–**	**–**	**7**	**–**	**–**	**7**
Transmissão em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	–	–	942	–	–	–	942
		942	**–**	**–**	**942**	**–**	**–**	**–**	**942**
(-) Depreciação Acumulada:		(294)	–	(27)	(321)	–	–	(26)	(347)
		(294)	**–**	**(27)**	**(321)**	**–**	**–**	**(26)**	**(347)**
Administração em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	53	–	–	53	–	–	–	53
Móveis e Utensílios	10%	103	–	–	103	2	–	–	105
		156	**–**	**–**	**156**	**2**	**–**	**–**	**158**
(-) Depreciação Acumulada:		(71)	–	(14)	(85)	–	–	(14)	(99)
		(71)	**–**	**(14)**	**(85)**	**–**	**–**	**(14)**	**(99)**
		19.158	**8**	**(704)**	**18.462**	**1.372**	**610**	**(713)**	**19.731**

a) Adições: Do saldo total de adições em 2017 de R$1.372, R$1.349 se refere ao reconhecimento do custo de terreno envolvido em ação judicial de desapropriação em que a CEBPar é ré em que se discute o valor da indenização de um terreno que já é parte do empreendimento UHE Queimado (Consócio CEMIG - CEB). Os assessores jurídicos da CEBPar entendem que a possibilidade de perda é provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente pelas consorciadas no curso normal da ação. O valor reconhecido no ativo em 2017 se refere à parcela que a CEBPar faz jus no Consórcio CEMIG - CEB, considerando que tal terreno já está em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia e, como contrapartida, foi reconhecido um passivo de igual valor em 31 de dezembro de 2017 para fazer frente à obrigação da CEBPar. Considerando que este processo judicial foi iniciado em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período, o que, de certa forma, impactou na relevância das cifras apresentadas a valores atuais. b) Transferência: O valor de R$610 mil refere-se a depósito judicial realizado pela CEBPar para fazer frente à condenação em processo de desapropriação de terreno em uso do empreendimento UHE Queimado. Em 2017 o valor do depósito foi levantado pela outra parte e a Companhia transferiu o seu valor do Realizável a longo prazo para o custo do imobilizado. A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu Imobilizado em 31 de dezembro de 2017. A CEBPar faz anualmente uma avaliação do valor do Imobilizado com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*.

9. INTANGÍVEL

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A composição do intangível em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Taxas anuais de depreciação em %	Saldo em 31/12/2015	Movimentações 2016 Adições	Movimentações 2016 Amortização	Saldo em 31/12/2016	Movimentações 2017 Adições	Movimentações 2017 Amortização	Saldo em 31/12/2017
Geração em serviço:								
Intangíveis e Consórcio	3,5%	1.504	46	–	1.550	10	–	1.560
(-) Amortização Acumulada:		–	–	(9)	(9)	–	(717)	(726)
		1.504	**46**	**(9)**	**1.541**	**10**	**(717)**	**834**

O valor de R$1.560 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público - UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo relatório, referente ao direito do Consorcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto. Até 31 de dezembro de 2016 o Consórcio não realizava a amortização deste ativo intangível, sendo que, em nova análise, optou-se pela sua amortização. Consequentemente, houve uma amortização substancial em 2017, que engloba a amortização de 2017 e também a amortização referente ao período de abril de 2004 a dezembro de 2016.

10. CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

		2017	2016
Energia Comprada - CCEE	(a)	639	169
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(b)	67	73
Fornecedores de Serviços		65	62
		771	**304**

a) Energia comprada - CCEE: A provisão de R$639 refere-se à: i) apuração da CCEE do déficit de energia no Mercado de Curto Prazo de novembro de 2017 no montante de R$367, a ser liquidado em janeiro de 2018; e ii) estimativa de liquidação da Companhia para o mês de dezembro de 2017 no valor de R$272. **b) Encargos de uso do sistema de transmissão:** Referem-se aos custos dos serviços prestados de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	2017	2016
IRPJ e CSLL a pagar	111	245
PIS e COFINS	39	50
INSS	31	30
IRRF	22	34
Outros	21	18
	224	**377**

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento	(a)	402	306
Coligadas e controladas	(b)	298	121
CPFURH[1]		32	15
Outras		52	17
Total		**784**	**459**

[1] Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

a) Os valores em aberto de P&D são compostos por pagamentos mensais ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico - FNDCT e Ministério de Minas e Energia - MME, que representa R$16, e de R$386 que deve ser aplicado em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado. b) O valor refere-se ao valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio em cada data-base.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 21.270, (31.270 em 31 de dezembro de 2016) que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2016). Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB. Em 8 de maio de 2017, a Diretoria da Companhia, ata nº 171ª, decidiu pela redução de Capital Social no valor de R$10.000 que foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 17 de maio de 2017. Com amparo do art. 173 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia considerava excessivo para realização de seu objeto social. Após a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme despacho nº 2.417 de 09 de agosto de 2017, a operação foi concretizada, sendo registrada a redução de capital no montante de R$10.000, dos quais R$7.000 foram repassados em 27 de setembro de 2017 e R$3.000 foram repassados em 11 de dezembro de 2017. **13.2. Reserva de lucros:** O saldo é composto dos seguintes valores:

	2017	2016
Reserva Legal	2.646	2.231
Dividendos adicionais propostos	2.878	5.956
	5.524	**8.187**

a) Reserva legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos. b) Dividendos adicionais propostos: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. A Diretoria da Companhia deliberou em 2017 a distribuição integral dos dividendos adicionais propostos de 2016, que foram integralmente liquidados em 2017. O saldo dos dividendos adicionais de 2017 estarão disponíveis à Administração para distribuição durante o ano de 2018.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Venda de Energia Elétrica	17.178	16.181
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	230	257
Prestação de Serviços	743	801
Receita Operacional Bruta	**18.151**	**17.239**
PIS	(118)	(112)
COFINS	(545)	(517)
ISS	(37)	(40)
P&D	(164)	(163)
Taxa de Fiscalização Aneel	(161)	(154)
Compensação Financeira Uso de Recursos Hídricos	(156)	(196)
Dedução da Receita Operacional	**(1.181)**	**(1.182)**
Receita Operacional Líquida	**16.970**	**16.057**

15. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E OPERAÇÕES

		2017	2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	**a)**	(2.370)	(1.030)
Despesas Relacionada com UHE Queimado	**b)**	(1.721)	(1.498)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão		(848)	(847)
Depreciação		(713)	(697)
Amortização		(717)	–
Prêmio de Seguro - Repactuação Risco Hidrológico		(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEE		(8)	(10)
		(6.453)	**(4.158)**

a) Energia elétrica comprada para a revenda: O valor se refere à compra de energia no mercado de curto prazo e encargos imputados aos agentes de mercado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O aumento deste custo em 2017 em comparação a 2016 foi consequência principalmente do déficit de geração de energia no MRE e também pelo elevado valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD. **b) Despesas relacionadas com a AHE Queimado:** O valor de R$1.721 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.498 - 31 de dezembro de 2016) é referente às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG - CEB, de responsabilidade da CEBPar.

16. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Pessoal e Encargos	(1.764)	(1.573)
Serviços de Terceiros	(531)	(877)
Contribuições Sindical Patronal	(32)	(42)
Outros	(34)	(17)
	(2.361)	**(2.509)**

17. RECEITAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Rendimento de Aplicações Financeiras	833	1.497
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo	32	113
Reconhecimento de Receita Financeira – FIP	–	114
Atualizações Monetárias sobre Crédito Tributário	14	6
Outras Receitas Financeiras	1	2
	880	**1.732**

A redução do rendimento de aplicação financeira em 2017 foi motivada pelo elevado volume de desembolsos financeiros com acionista realizados pela Companhia no exercício, referente à redução de capital e pagamento de dividendos, que totalizaram aproximadamente R$21 milhões.

18. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia tributa o seu resultado com base no Lucro Presumido, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, apurado em cada período trimestral de tributação, sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada trimestre de apuração, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi de R$893 (R$1.119 em 31/12/2016).

19. PARTES RELACIONADAS

Ativo

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Serviços Prestados (a)	Consorcio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	63	127
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	3.870	3.713
Empréstimos (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	620	203
Usina (d)	Consorcio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	20.507	19.932
Total			**25.060**	**23.975**

Passivo

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Outros (e)	CEB Distribuição S.A	Pessoal à Disposição	24	23
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas a reembolsar	298	98
Total			**322**	**121**

Demonstração do Resultado

Item	Parte Relacionada	Natureza	2017	2016
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Serviços Prestados	743	801
Receita (h)	CEB Distribuição S.A	Encargos de Mútuo	–	102
	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	32	11
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas - cota parte	(1.721)	(1.498)
Total			**(946)**	**(584)**

a) A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R$4.051), serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE. b) Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7.a). c) Empréstimo (mútuo) com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R$ 620, conforme mencionado na (Nota 6); d) Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB; e) Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A; f) Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%; g) Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT. h) Refere-se à receita financeira auferida do Contrato de Mútuo nº 01/2015-CEBPar, firmado entre a CEB Participações S.A e a CEB Distribuição S.A, liquidado em 2016, com a diminuição do Capital Social e também dos rendimentos do empréstimo de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.; i) Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

20. GESTÃO DE RISCOS

20.1. Risco de capital: Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Administração da Companhia entende que a redução de capital realizada em 2017, no montante de R$10.000, não afeta a sua capacidade de operacional. **20.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida. **20.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissionários (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para as Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios. **20.4. Risco de crédito:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissionárias e de Equivalentes de caixa. No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador. O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração locar os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco baseadas nas agências avaliadores de risco. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **20.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL:** A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo